



**PONTO &  
VÍRGULA**

**Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da PUC-SP - ISSN 1982-4807**

**N. 31, 2022**

## EDITORIAL

A Revista Ponto e Vírgula nº 31 apresenta o Dossiê, **Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia**. Os artigos deste dossiê resultaram do ciclo de debates organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUCSP, sob a liderança da professora Dra. Cecília Pescatore Alves. Os debates ocorreram em meio à pandemia ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), na vigência de um governo negacionista e de condutas fascistas responsáveis por centenas de milhares de mortes e de exposição aos riscos de contaminação das populações em situação de vulnerabilidade social: de trabalhadores e trabalhadoras, populações encarceradas, mulheres, negros e negras, indígenas e migrantes. Compõe-se o Dossiê de uma Apresentação de autoria das organizadoras, Cecília Pescatore Alves, Suélen Cristina de Miranda e Diane Portugueis, e de quatro artigos gerados com base em diálogos com lideranças e estudiosos(as) vinculados(as) às referidas populações. O primeiro diz respeito à identidade e sobrevivência dos indígenas extraído do debate com o líder indígena Ailton Krenak e com o Cacique Xavante Robson, da aldeia de São Marcos. O segundo ressalta a educação e a população de negros e negras, em diálogo com os convidados: o professor Dennis de Oliveira e da professora Maria da Glória Calado. O debate sobre a condição da mulher contou com a participação de profissionais e integrantes de coletivos, Givânia Silva, Fe Maidel e Renata Alves da Costa. Por fim, a condição do migrante foi debatida com profissionais e pesquisadoras envolvidas com a temática migratória: Fernanda Paraguassu, Giuliana Redin e Júlia Bartsch.

Incluímos nesta publicação artigos de pesquisadores de diversas universidades brasileiras que tratam de temas correlatos ao dossiê. Os artigos reunidos na Revista Ponto e Vírgula nº 31 apontam para a necessidade da continuidade da discussão, para além do momento pandêmico, face à urgência da redução das desigualdades sociais. Acrescentamos dois artigos diretamente relacionados ao tema do dossiê, *Reflexões sobre a categoria necropolítica e a epidemia do novo coronavírus: o caso das prisões brasileiras e Prisão domiciliar na pandemia*. Correlata à proposta do dossiê destacamos o artigo *(In)justiça ambiental e refugiados humanos*, e sua colocação de um tema original e de enorme atualidade acerca das desigualdades ambientais e os dos refugiados humanos.

Testemunhamos, com o fim do Governo de Jair Bolsonaro, por meio de imagens estarrecedoras, o genocídio dos povos yanomamis, provocado pelo incentivo deste

governo às explorações de minérios por garimpeiros que invadiram suas reservas demarcadas. Para a difusão da rica cultura destes povos, publicamos o artigo sobre a relação dos yanomamis com as plantas e, particularmente, o uso ritual pelos xamãs do pó de yãkoana.

Por fim, em sintonia com o espírito pluralista e crítico da Revista, incluímos, neste número, uma abordagem do movimento feminista sob a ótica de desmistificação de algumas ações supostamente libertárias realizadas por ou em nome de mulheres.

Na expectativa de reunirmos leitores que saibam apreciar a fortuna dos artigos apresentados neste número da Revista Ponto e Vírgula, desejamos a todos e todas uma ótima leitura.

Silvana Tótoro (Editora Científica)

Cintia Tolosa (Editoria Técnica)

Maikol Nascimento (Editoria Técnica)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

### Necropolítica e vulnerabilidade no contexto da pandemia

Cecília Pescatore Alves<sup>1</sup>

Suélen Cristina de Miranda<sup>2</sup>

Diane Portugueis<sup>3</sup>

O presente texto propõe introduzir o leitor aos artigos produzidos neste dossiê. Não se trata de antecipar as reflexões de cada produção, mas de inseri-las no contexto em que o debate foi pensado e planejado.

Com a pandemia ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), que assola o planeta desde o final de 2019, as transformações cotidianas, sem precedentes, surpreendem a cada dia. O isolamento social, a crise sanitária, as medidas políticas e as decorrências socioeconômicas – como o desemprego e a falta de moradia – intensificaram a crise econômica iniciada no século passado, bem como as mudanças em curso, gerando novas atividades, sentimentos e referências identitárias (ALVES *et al.*, 2021).

---

<sup>1</sup> Doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), psicóloga. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), e no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da mesma Universidade. <https://orcid.org/0000-0002-1455-6646>. <http://lattes.cnpq.br/4965343655310954>. [cpalves@pucsp.br](mailto:cpalves@pucsp.br).

<sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). cursou extensão universitária em Analista de Recursos Humanos (FGV) e graduação em Psicologia (Mackenzie). Áreas de interesse: Psicologia Social, Identidade, Migração e Empreendedorismo. <https://orcid.org/0000-0003-4146-0006>. <http://lattes.cnpq.br/1122463673971080>. [suca\\_miranda@hotmail.com](mailto:suca_miranda@hotmail.com).

<sup>3</sup> Pós-doutoranda bolsista CAPES, doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), graduada em Psicologia (Mackenzie). Integra o corpo docente do curso de Pós-graduação em Suicidologia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). <https://orcid.org/0000-0002-8347-2761>. <http://lattes.cnpq.br/3641556230431708>. [dportugueis@gmail.com](mailto:dportugueis@gmail.com).

# Artigo

Diante deste contexto, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM) voltou sua percepção e atividades para compreender as metamorfoses identitárias que este fenômeno estaria possibilitando na população brasileira, já que, diante de uma situação de mudança e imprevisibilidade, as referências identitárias também sofrem metamorfoses. A problematização que se configurou em um primeiro momento, neste contexto, se revelou no questionamento de como essas metamorfoses estavam em curso, sobretudo se atendiam aos parâmetros regulatórios da sociedade e/ou desvelavam os processos de dominação e opressão, possibilitando identificações identitárias na direção da emancipação humana.

Esses objetivos estão traçados no seio da Psicologia Social e da concepção de identidade que orienta os estudos realizados por este grupo de pesquisa (CIAMPA, 1987). Compreende-se identidade enquanto processo de metamorfose, um movimento de transformação constante, de modo que “[...] os fenômenos psicológicos, ao serem tratados como resultado de um processo, viabilizam identificar a constituição social do indivíduo na relação objetividade-subjetividade como um movimento em constante mudança” (ALVES, 2021, p. 18). Esse movimento ocorre na atividade humana, concebida como um encadeamento de ações, em que o indivíduo entra em contato com os outros ao desempenhar papéis sociais (LANE, 1992).

Nessa perspectiva, identidade-metamorfose é um processo de multiplicidades constituídas no entorno do indivíduo, que se apresentam enquanto políticas identitárias, que colonizam e regulam processos adaptativos e/ou possibilitam reinventar o desempenho de papéis sociais impostos coercitivamente. Logo, faz-se necessário pensar a identidade como um problema político fundamental, de modo que os estudos não podem se isentar da construção de projetos éticos políticos, em relação às ciladas envolvidas no uso de concepções tradicionais de diversos campos de conhecimento e, fundamentalmente, dos perigos da reprodução cínica de políticas que segregam e estigmatizam, muitas vezes compreendidas como formas de conhecimento, sejam elas perversas ou de reconhecimento negado.

Iluminada pela sua origem, enquanto categoria de análise da Psicologia Social, que voltava seu olhar para a dinâmica da sociedade capitalista, concebe-se que a identidade, tanto individual quanto coletiva, tem adquirido variadas configurações. Parafraseando Furlan e Alves (2021), podemos afirmar que a identidade, como problema político, está submetida à estruturação de poder da lógica injustamente hierárquica, que exclui determinadas identidades

# Artigo

do campo de participação política e faz estruturas de poder que delineiam os lugares sociais, das lutas políticas, bem como atribui o critério hierárquico da distribuição das identidades.

Nesse sentido, a política se constitui enquanto referencial identitário, isto é, como políticas de identidade. Logo, só é possível estudar a identidade coletiva e individual enquanto identidades no processo de formação social, que se dá como metamorfose no movimento histórico, porque concebemos que a identidade é um processo que se constitui ao longo da história do humano, no confronto com o outro, ao desempenhar os papéis sociais, e que estes estão intimamente relacionados com os movimentos da sociedade e as transformações históricas.

Cabe destacar que, na dinâmica cotidiana, o indivíduo está submetido a políticas de identidades que são manifestadas na atividade através das ideologias de grupos, coletividades e instituições. E podem, por um lado, impor uma hegemonia e, por outro, apresentar possibilidades para caminhar na direção de uma identidade em emancipação.

Na medida em que pensamos na emancipação como algo inscrito, ao menos potencialmente, na vida de indivíduos e grupos, na realidade social cotidiana, ela se inscreve na busca e na luta pela superação das condições desfavoráveis [...] envolvendo a predisposição para ação, uma práxis liberadora. Nesses termos, [...] faz mais sentido falar em movimentos emancipatórios e em processos emancipatórios, em ações dotadas de sentido emancipatório (ALMEIDA, 2017, p. 5).

O autor afirma, ainda, que este processo deve ser entendido a partir da elaboração de outros sentidos que possibilitem a superação do vivido, tanto na perspectiva pessoal quanto social, que possam cercear e/ou impor modos coercitivos para a existência humana. Essa proposição epistemológica tem fundamentado a reflexão sobre o momento atual, tornando imprescindível questionar sua característica de anormalidade. Assim, recorreremos a Santos (2020) quando postula acerca da “anormalidade da exceção” (p. 5). Afirma o autor que vivemos em estado de exceção desde a década de 1980, com a imposição de dominação do neoliberalismo no capitalismo e que, portanto, “a pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade, [...] o mundo tem vivido em permanente estado de crise. Uma situação duplamente anômala” (p. 5).

Argumenta o pensador que a situação é atípica, porque o próprio conceito de crise a coloca como um fenômeno passageiro. Deste modo, quando é fomentada como permanente, está se isentando da possibilidade de superação e se insere como causa, justificando todos os

# Artigo

fenômenos sociais e legitimando tanto as desigualdades vividas nas sociedades, como o princípio de acúmulo de capital, em detrimento da depredação do planeta: “por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SANTOS, 2020, p. 6).

Contudo, Walter Benjamin (1987), que viveu a virada do século XIX e XX, já falava sobre o estado de exceção enquanto regra geral, transmitida pela tradição dos dominadores. Agamben (2008; 2010), por sua vez, também postula sobre o momento contemporâneo como um estado de exceção, cuja política se sustenta sobre a biopolítica – conceito cunhado por Foucault que, segundo Copetti e Wermuth (2020), compreende:

uma forma de manifestação de poder por meio da qual os mecanismos da vida biológica dos seres humanos são incluídos na gestão política de um Estado, passando a ser gerenciados e administrados. A biopolítica tem como foco estabelecer mecanismos de controle que não mais incidirão sobre corpos individuais, mas sobre populações, estabelecendo censuras entre diferentes grupos sociais de acordo com o interesse político almejado (p. 1).

Para Furlan e Alves (2021), a investigação de Agamben busca a correlação entre “biopolítica e estado totalitário”, já que compreende que suas análises são inseparáveis e que o corpo político se constitui no poder soberano. Mbembe (2018) também define a política contemporânea fundamentada na biopolítica, adquirindo forma de necropolítica, à medida em que o poder exerce os limites da soberania sobre os ditames da mortalidade: matar ou deixar viver. Nesse sentido, refletir sobre esse momento histórico vivido pela humanidade levanta o questionamento sobre como, sob a forma de um governo biopolítico, se produziu um campo que abriu espaço para o estado de exceção se tornar regra nesses tempos pandêmicos. Como o poder soberano deu as condições de abertura para a matança, já prevista pela ciência, configura-se um poder que pode matar ou deixar viver, ou seja, que se manifesta sob a forma de necropolítica.

Desde o início do momento pandêmico, no Brasil, são milhares de óbitos e milhões de casos de contaminação por COVID-19, sem contar os milhares não notificados, principalmente no início de 2020, quando a desinformação foi a principal vilã. Diante desse cenário, as pesquisas desenvolvidas pelo NEPIM denunciaram violências e violações de direitos vividas pela sociedade, especialmente na realidade brasileira. Os debates ocorridos no interior do núcleo de pesquisa, voltados para a compreensão do fenômeno vivido, nos revelaram que a



pandemia não só gerou novas questões, como adensou e visibilizou as desigualdades vivenciadas pelo povo brasileiro (ALVES *et al.*, 2021).

Essas reflexões possibilitaram a objetivação de novos caminhos, principalmente a concretização da necessidade de reinventar métodos e didáticas para a construção dos conhecimentos científicos, em função do isolamento social e das derivações sociopolíticas e econômicas. Assim, a interlocução com pesquisadores de outros grupos de pesquisas e/ou de profissionais sensíveis a estas questões se fortaleceu como prioridade em 2020. Por sua vez, tais articulações desencadearam diversas produções, como artigos, boletins, capítulos de livros e a organização de duas coletâneas, com o objetivo de debater temáticas fundamentais para as pesquisas em desenvolvimento, pela relevância e/ou pela atualidade da temática vivida pela população brasileira.

As questões acerca da crise sanitária e econômica continuaram a se manifestar ao longo de 2021, agravadas pelo fascismo à brasileira, escancarado sob a forma de um governo que se sustenta no poder. Assim, o objetivo das atividades no NEPIM se configurou na continuidade do debate acerca das questões sociais e dos desdobramentos da pandemia sobre os processos de constituição da identidade, sobretudo no que tange as condições de existência dos grupos em condições mais vulneráveis. Tal intento norteou a organização de um ciclo de debates, realizado em quatro encontros, visando estabelecer interlocuções com pesquisadores, militantes e estudiosos acerca da realidade vivida. O tema ***“Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”*** norteou as discussões, com a proposta de evidenciar e denunciar as políticas que geraram as dinâmicas e relações sociais, sobretudo no contexto de desmonte das políticas públicas neste período pandêmico.

A realização deste ciclo de debates gestou a elaboração dos quatro artigos que compõem o dossiê aqui apresentado. O método aplicado para a elaboração deste material concentrou-se na narrativa dos convidados e na reflexão que estas possibilitaram aos autores. Deste modo, as reflexões e argumentos acerca dos temas desenvolvidos se constroem a partir das falas dos convidados, como especialistas em cada discussão, defendendo a necessária reinvenção acadêmica diante das novas determinações pandêmicas.

***“Povos indígenas, identidade e sobrevivência de culturas ancestrais no Brasil contemporâneo”*** é a temática que Mirella Martins Justi e Gustavo Rocha de Moraes desenvolveram, a partir do diálogo ocorrido com o líder indígena Ailton Krenak e com o

# ..... Artigo .....

Cacique Xavante Robson, da aldeia de São Marcos, destacando as adversidades e os enfrentamentos vividos pelas comunidades dos povos originários, sobretudo no momento pandêmico. O artigo se constituiu no formato de entrevista, de modo que, à narrativa dos convidados, se inserem reflexões significativas acerca da identidade de povos que lutam pelo seu reconhecimento, mas, sobretudo, pela sobrevivência de toda a humanidade, já que nos discursos se evidencia, com total clareza, que a concepção de sobrevivência está cindida com a do planeta.

Na sequência, o enfoque se voltou para a temática da educação, no intento de analisar como este fenômeno tem oferecido referências identitárias às crianças e jovens, pela compreensão de que a realidade brasileira se caracteriza pelas desigualdades em vários aspectos e que, na educação, essas desigualdades, além de gritantes, são também banalizadas através da ideologia da meritocracia. A interlocução estabelecida com o professor Dennis de Oliveira e com a professora Maria da Glória Calado ensejaram a produção intitulada “*A educação brasileira e a população negra no momento pandêmico: desafios emancipatórios ou regulatórios*”, pelos autores Claudio Ramos de Souza dos Santos, Felipe Corrêa dos Santos e Bruno Yoshio Hara. A grande questão debatida acerca da educação brasileira e a população negra no momento pandêmico reporta-se aos desafios emancipatórios e regulatórios, constituidores do processo identitário do aluno, de modo a criar colocações e provocações, com o objetivo de fundamentar a continuidade da luta por uma sociedade em que o acesso à educação não seja obstruído e impossibilitado pelo racismo.

Dando sequência aos processos reflexivos sobre a temática condutora desta proposta, fez-se fundamental uma discussão ampla a partir de vivências e trabalhos com mulheres em vulnerabilidade social. A interlocução com as profissionais e integrantes de coletivos Givânia Silva, Fe Maidel e Renata Alves da Costa – cujas narrativas desvelaram situações de mulheres com diferentes acessos à vida coletiva, identidades projetadas e ideologias defendidas no contexto pandêmico, tendo em vista os atravessamentos da atual conjuntura sociopolítica brasileira – possibilitou Fiori Simões de Freitas, Vanessa Meirelles e Melissa Ágda da Silva a autoria do artigo intitulado “*Violência da mulher no Brasil 2021*”. A produção discute a necessidade de realização de ações mobilizadoras e parcerias que auxiliem as mulheres que vivem em vulnerabilidade no enfrentamento dos desafios circunscritos pelas condições

# Artigo

específicas oferecidas pela realidade brasileira e agravadas pelas crises sanitária, econômica e política.

Encerrando o dossiê, Diane Portuguez, Suelen Cristina de Miranda e Clara Scaldelai do Nascimento elaboram a reflexão intitulada “*Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante: um debate sobre o direito a ter direitos*”, a partir das narrativas de três profissionais e pesquisadoras envolvidas com a temática migratória: Fernanda Paraguassu, Giuliana Redin e Júlia Bartsch. Entendendo que esse é um tema mundial, mas que nos afeta de modo particular, por ter sido banalizado e ocultado, de modo a possibilitar a escassez de políticas públicas que acolham essa população, busca-se contribuir com a ampliação do entendimento da singularidade do ser/estar migrante e das particularidades que envolvem os atravessamentos da atualidade sociopolítica brasileira.

Finalizamos essa apresentação reafirmando que não podemos nos calar diante da realidade fascista em que vivemos e que, estarecidos, podemos ver se manifestando cotidianamente através de pautas antidemocráticas, exercidas por um poder soberano sob a forma de necropolítica. Afinal, “se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia” (MELO NETO, 2010, p. 74-75).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: arquivo e testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e Emancipação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 29, e170998, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ALVES, Cecília Pescatore. Sintagma identidade-metamorfose-emancipação. In: ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2021. p. 13-42.

# Artigo

ALVES, Cecília Pescatore *et al.* Apresentação. In: ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19**. 1. ed. São Paulo: Amavisse, 2021. p. 11-34.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (texto originalmente publicado em 1965).

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COPETTI, Dhyani Colpo; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro. **Salão do Conhecimento UNIJUÍ**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/17848>. Acesso em: 14 ago. 2022.

FURLAN, Vinícius; ALVES, Cecília Pescatore. Biopolítica e fascismo a brasileira em tempos de pandemia. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 409-420, ago. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2021000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 ago. 2022.

LANE, Silvia T. Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 10-19.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Edições- n 1, 2018.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas**. *E-book*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. *E-book*. Coimbra: Edições Almedina, 2020. Disponível em: [https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro\\_Boaventura.pdf](https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

Recebido em: 23/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2022i31e59119>

## **Povos indígenas, identidade e sobrevivência de culturas ancestrais no Brasil contemporâneo**

Mirella Martins Justi<sup>1</sup>

Gustavo Rocha de Moraes<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A pandemia de Coronavírus se apresentou como um fator de desvelo da vulnerabilidade social, política e ambiental vivida pelos povos originários. Este artigo tem como objetivo compreender as possibilidades emancipatórias dos povos indígenas durante o período pandêmico de COVID-19, através da apreensão das relações entre políticas de identidade e identidades políticas presentes nesse cenário. Sendo assim, se oportunizaram as falas de algumas importantes lideranças indígenas, uma vez que podem nos apresentar estratégias das quais têm se logrado para superar as dificuldades da pandemia. Diante disso, fora possível inferir que as políticas de identidade produzidas por esses grupos, apesar de seu encapsulamento, possibilitaram a manutenção de suas tradições enquanto ferramentas de resistência às mazelas pandêmicas.

**Palavras-chave:** Identidade; Povos indígenas; Coronavírus; Xavante; Krenak.

*Indigenous peoples, identity and survival of ancestral cultures in contemporary Brazil*

### **Abstract**

*The Coronavirus pandemic presented itself as a factor of displaying for the social, political and environmental vulnerability experienced by native peoples. This article aims to understand the emancipatory possibilities of indigenous peoples during the COVID-19 pandemic period, through the apprehension of the relationships between identity politics and political identities present in this scenario. Thus, the speeches of some important indigenous leaders were given opportunity, since they can present us with strategies that have been achieved to overcome the difficulties of the pandemic. In view of this, it was possible to infer that the identity policies produced by these groups, despite their encapsulation, made it possible to maintain their traditions as tools of resistance to pandemic ills.*

---

<sup>1</sup> Psicóloga e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, cuja tese trata do educador da etnia Xavante. <https://orcid.org/0000-0003-3378-3278>. <http://lattes.cnpq.br/4934524352134481>. [mirella.mjusti@gmail.com](mailto:mirella.mjusti@gmail.com).

<sup>2</sup> Psicólogo e mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP. <https://orcid.org/00000002-4644-9925>. <http://lattes.cnpq.br/9174569715160555>. [gustavorochapsi@gmail.com](mailto:gustavorochapsi@gmail.com).

# Artigo

**Keywords:** Identity; Indigenous peoples; Coronavirus; Xavante; Krenak.

*Pueblos indígenas, identidad y supervivencia de las culturas ancestrales en el Brasil contemporáneo*

## Resumen

*La pandemia del Coronavirus se presentó como un factor de atención a la vulnerabilidad social, política y ambiental que viven los pueblos originarios. Este artículo tiene como objetivo comprender las posibilidades emancipatorias de los pueblos indígenas durante el período de la pandemia de COVID-19, a través de la aprehensión de las relaciones entre las políticas de identidad y las identidades políticas presentes en este escenario. Así, se dio oportunidad a los discursos de algunos importantes líderes indígenas, ya que pueden presentarnos estrategias que se han logrado para superar las dificultades de la pandemia. Ante ello, fue posible inferir que las políticas identitarias producidas por estos grupos, a pesar de su encapsulamiento, permitieron mantener sus tradiciones como herramientas de resistencia a los males pandémicos.*

**Palabras clave:** Identidad; Pueblos indígenas; Coronavirus; Xavante; Krenak.

## 1 INTRODUÇÃO

*“A vida não é útil, a vida é uma fruição, é um dom. Eu reivindico a potência dos seres humanos viverem a vida como uma dança cósmica, sim, uma dança do universo. Algumas tradições ainda possibilitam que coletivos inteiros cantem, dançam e vivam essas experiências de fruição de vida. Mas, nós estamos cada vez mais nos rendendo ao apelo de que a vida seja utilitária; por isso, eu não vou me cansar de dizer que a vida não é útil, a vida é uma experiência maravilhosa, é um bem comum, não é um privilégio, não é um mérito, é um dom. Então, viva radicalmente, seja um corpo vivo numa terra viva, olhe ao seu redor, reivindique um território livre para uma experiência de vida que seja de verdade de corpos vivos na terra, não se renda a ideia da mercadoria, considere a possibilidade de se render a uma outra poética da existência que não seja a da utilidade da vida. A vida é uma dança cósmica, a vida é uma experiência transcendental.*

*Erehé!”*

*(Ailton Krenak).<sup>1</sup>*

# Artigo

Este artigo é um produto da mesa de abertura intitulada “Povos indígenas, identidade e sobrevivência de culturas ancestrais no Brasil contemporâneo”, realizada no dia 11 de agosto de 2021, durante o evento denominado “Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose (NEPIM), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Trata-se, portanto, de uma transcrição comentada dos conteúdos abordados por mediadores e convidados durante a apresentação.

Partindo da ideia exposta de que uma vida não deve ser útil, mas experienciada (KRENAK, 2020a), e contemplando os estudos do NEPIM, se fazem pertinentes as falas de algumas lideranças indígenas, visto que podem nos oferecer um panorama da identidade desses povos no mundo atual e, além disso, nos apresentar estratégias das quais têm se valido para lidar com o cenário pandêmico. A escolha do tema, bem como dos convidados, repousou no apelo à importância do resgate histórico sobre as implicações das pandemias e suas trágicas recorrências ao longo dos cinco séculos aos povos originários desde o início da colonização. Nesse sentido, a pandemia do Coronavírus nos remete a dolorosos episódios vivenciados pelos povos originários que, inquestionavelmente, desvelaram a acentuada vulnerabilidade política, social e ambiental imposta a essas populações. Face ao cotidiano de violência e discriminação, ser indígena no Brasil ainda implica viver sob precárias condições de existência.

O primeiro convidado, Ailton Alves Lacerda Krenak, é um líder da etnia Krenak, ambientalista, filósofo, poeta, escritor e professor *honoris causa* da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com excelente habilidade em discorrer sobre as nuances do mundo colonizado. É uma liderança conhecida desde 1987, por conta de sua fundamental participação na Constituinte, enquanto um dos responsáveis pela inclusão do capítulo dos índios na Constituição de 1988, além de colaborar em diversos outros movimentos pelos direitos indígenas e não indígenas, e pela sobrevivência da vida na terra. Destaca-se, ainda, na luta do povo Krenak por sua terra originária no Vale do Rio Doce (Minas Gerais), a qual regressou definitivamente em 1997, após uma luta iniciada em 1920 e que, hoje, se encontra contaminada pelos detritos de minérios dispersados no rompimento da barragem em Mariana, em 2015.

Para integrar o debate, se fez presente o Cacique Robson Tsuba Tsere’urã, que expressou em sua liderança xavante preocupações relacionadas à educação e à saúde dos indígenas. Esta liderança vive, desde o seu nascimento, na terra indígena de São Marcos, que

# Artigo

fica localizada na Serra do Roncador, no Estado Mato Grosso. Em seu território, mantém-se o modo de viver xavante, de modo que, com exceção do espaço da escola, a língua portuguesa é pouco falada e o estilo de vida ocidental se estabeleceu de maneira restrita. São Marcos é uma terra indígena com cerca de 54 aldeias, sendo a maior delas a aldeia homônima de São Marcos, que conta com uma escola estadual de ensino fundamental e médio, além de posto de saúde. Ainda há, nesse território, conforme aponta o estudo de Silva (2017), a presença dos missionários salesianos, que chegaram em 1902 e detinham a posse da terra na década de 1960, período em que algumas famílias da etnia xavante aceitaram o contato pacífico devido às tensões geradas com a chegada do “desenvolvimento” na região central do Brasil, ocorrida a partir de 1920.

A combinação do cenário supracitado com a configuração de uma sociedade mais numerosa e organizada politicamente, desembocou na tomada e redistribuição de terras dos povos originários aos interesses do agronegócio, culminando no encapsulamento territorial e no expressivo desejo de extermínio destes que, inclusive, já haviam sido dizimados por chacinas e epidemias progressivas. Entre 1920 e 1964, esse povo lutou, fugiu e guerreou para preservar sua cultura, história e costumes. No entanto, no final desse período, já enfraquecidos, solicitaram o auxílio da comunidade salesiana, que habitava aquela terra e já aguardava esse aceno diante das tentativas malsucedidas de penetrar na sociedade xavante, devido à resistência deste povo (JUSTI; ROONHIPÃ, 2021) – sendo essa uma característica marcada sobre sua representação que vinha a calhar, pois conforme avançava a “marcha para o oeste”, do governo de Getúlio Vargas, o Xavante era a imagem do sucesso do amansamento deste “bom selvagem” brasileiro (GARFIELD, 2000).

É necessário notarmos que, historicamente, as regulações colonizatórias promovidas aos povos originários do Brasil partiram, via de regra, do Estado ou da igreja, sempre intencionadas a introduzir o estilo de vida do mundo branco e, por vezes, conduzidas por interesses privados em que a análise está centrada em novas alternativas e privilegiam noções de progresso e desenvolvimento, ou por tentativas de reparação voltadas para tensões sociais anteriores não resolvidas, que enfatizam conceitos de opressão e exploração. Ciampa (2002) infere que pensar sobre as relações entre políticas de identidade e identidades políticas “pode permitir a discussão de aspectos, tanto regulatórios como emancipatórios, de ações e discursos, tendo em vista as assimetrias de poder presentes nas relações sociais” (p. 133). No contexto vivido pelos povos

# ..... Artigo .....

originários do Brasil, claramente se pode identificar a invasão de políticas de identidade colonizatórias nos mais diversos aspectos da vida; no entanto, como reação a essa invasão, por meio da luta pela afirmação de suas identidades coletivas, também criaram políticas identitárias, garantindo e ampliando seus direitos.

Vemos aqui a tentativa constante vinda das estruturas da sociedade ocidental de promover a inclusão cultural, oferecendo sempre como contrapartida a exclusão socioeconômica. Esta dialética da inclusão cultural/exclusão social vai muito além da falta de acesso a bens e serviços básicos, refere-se também, conforme apontam Campos *et al.* (2004), à “existência de segmentos sociais sobranes de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente” (p. 33). Lógica também apontada por Mbembe (2014), quando afirma que a exclusão social é a marca inquestionável do desenvolvimento do capitalismo, sendo repetida com algumas alterações ao longo do tempo, porém, nunca objetivando realizar reparações históricas efetivas a essas populações, reforçando e generalizando a exclusão social, “transformando os seres humanos em coisas e instituindo enquanto padrão de vida o descartável e solúvel” (MIRANDA; JUSTI; FERRAZ, 2019, p. 93), que Ailton Krenak se refere quando chama de uma vida útil, coisificada em sua utilidade – nas palavras dele citadas na abertura deste texto.

Seguindo este pensamento, um exemplo completo é o da escola, cuja legislação garante para cada aldeia sua estrutura formal, além de assalariar professores da comunidade (JUSTI; ROONHIPÃ, 2021), aparecendo como mediadora política e econômica entre os saberes dos mundos branco e indígena. Vê-se, claramente, o intento da inclusão cultural dos originários à vida colonizada, no entanto, a contrapartida não é a apropriação da cultura indígena pelo mundo branco; sequer existe a busca por alguma igualdade neste sentido. A direção sempre está voltada para a realização de uma vida indígena no meio dominante. Como reação a toda a barbárie histórica vivida por estes povos, o que se tem é um desejo pela escola formal, para que se aprimore a fluência destes minoritários no mundo branco, que possibilite alguma igualdade de saída na luta por seus direitos, e na conquista de uma vida com mais qualidade e dignidade, em que a preservação e continuidade da cultura originária tenham alguma chance de existência.

Outro exemplo interessante sobre a realidade dos povos originários na atualidade foi a pandemia da COVID-19, democrática no sentido de que atingiu a todos, impondo o isolamento

# ..... Artigo .....

social ao mundo inteiro. Oportunamente, nos deparamos com a priorização dos povos indígenas, como jamais ocorrida em tempo anterior, visto terem sido contemplados enquanto grupo prioritário no plano de vacinação, fato que, somado à possibilidade de maior isolamento, às experiências anteriores com epidemias, e ao uso de remédios naturais advindos do conhecimento ancestral, levou à redução da taxa de óbito a quase zero. Ainda assim, na primeira onda de contágio, estas populações viveram perdas inestimáveis de muitos velhos das comunidades, reiterando a acentuada vulnerabilidade da qual padecem, imperando uma sociedade escravizada pelo capitalismo e cujas mazelas não se esgotam apenas na obliteração de seus corpos físicos, mas no apagamento de saberes e estilos de vida que se diferenciam da política dominante.

A educação, atravessada por resistências advindas ora das instituições sistêmicas, ora da tradição, e a pandemia, foram os disparadores da conversa com as lideranças já apresentadas, sendo que os caminhos que a assoalharam foram trilhados a partir do norteamento da Psicologia Social Crítica e dos estudos sobre a identidade de Ciampa e de seus colaboradores. Para estes, a identidade deve ser entendida como um processo de metamorfose constante, que se configura pelo movimento das transformações que ocorrem na vida cotidiana, seja como história ou como projeto de vida, mas sempre pensada a partir da realidade sócio-histórica, com sentido em direção à busca pela emancipação (CIAMPA, 2007). Ao considerar a questão da emancipação em sua construção teórica, o autor propõe o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, pois entende que estes três elementos constituem uma unidade significativa e mantém entre si relações de dependência e de ordem.

Em seus estudos sobre o papel da tradição no sintagma supracitado, Campos (2013) compreende que a ancestralidade e a memória constituem os fios condutores entre as gerações de determinadas sociedades. O pertencimento consulta a ancestralidade a fim de apreender recursos para lidar com os paradoxos e contradições sofridas pelas configurações sociais. Simultaneamente, a memória se mune de registros no intuito de expandir o projeto de reconhecimento das identidades e, por conseguinte, de suas metamorfoses. Memória e pertencimento constituem o bojo da compreensão sobre o contexto sócio-histórico da realidade. Outrossim, contemplam o investimento sobre a constituição do simbólico das relações. Por isso, o pertencimento pode ser contemplado em síncrono ao lugar geográfico e aos encontros das subjetividades, enquanto o reconhecimento ao modo de existir pode suplantiar quaisquer

# ..... Artigo .....

geografias do pertencimento. Estes elementos – tradição, memória, identidade, pertencimento e reconhecimento – estiveram presentes durante todo o trajeto da conversa. Vamos a ela.

## 2 FALAS DOS CONVIDADOS

Discursando de maneira remota, enquanto presente na aldeia do seu povo, às margens do Rio Doce, Krenak relatou que esse lugar, na década de 20 do século passado, sofreu com a ocupação do vale dessa região da floresta. Ainda naquele século, segundo ele, se tratava de uma região selvagem – valendo-se daquilo que chamou um termo “próprio” –, visto que os povos que lá viviam eram somente os nativos, ou seja, ainda não se fazia presente a colonização, constituindo-se uma região de colonização tardia, apesar desse movimento, quando ocorrido, ter sido fulminante.

Há mais de 100 anos, nas décadas de 1910 e 1915, teve início o processo colonizatório, sendo o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), orientado por Rondon, que iniciou os contatos com os povos daquela região, semelhante ao que fora feito com os povos da Amazônia, na década de 90. Krenak revelou que eles eram uma espécie de Amazônia, deslocada na geografia, localizada na região leste de Minas Gerais. A região era de floresta e, portanto, o povo de lá era um povo da floresta, o que lhe rendeu uma forte formação mnemônica dessa geografia. Ao passo em que se afirma como povo da floresta, sugere que essa deixa marcas profundas na formação de seu povo. As histórias do povo Krenak são, para ele, a continuação da história de um povo da floresta que ficou sem floresta, mais ou menos como aqueles que ficaram sem terra, uma grande população brasileira que vivia na zona rural até 50 ou 60 anos atrás e que, por isso, foram viver na cidade, atraídos pela facilidade que a vida moderna supõe: *“Como se você não precisasse fazer nada, está tudo na prateleira”*.

A maioria das pessoas da geração de Ailton Krenak nasceu em suas casas, muitas das quais possuíam chão de terra, o que não incidiu em qualquer perda de cognoscibilidade de vida. Sendo assim, a ideia de que nascemos modernos em maternidades, em ambientes sanitários e que existe um lugar que ainda é precário para acolher um nascimento, é uma ideia cultural. Ou seja, uma ideia cultural de que existe certa precariedade na vida daqueles não-urbanos ou que não foram assimilados pela vida urbana. O convidado reiterou a importância dessa avaliação na

# ..... Artigo .....

medida em que comentou sobre o apreço de Carlos Drummond de Andrade pela sua região, semelhante ao dos próprios nativos.

Na década de 1940 e 1950, essa região foi assolada pela modernidade. Seu povo, invadido, e seu território rebatizado com o “nome horroroso” de Vale do Aço. Ou seja, o que era chamado com esplendor de magnífica floresta se transformou, no século XX, em Vale do Aço. Em uma comparação com o mesmo Drummond, que dizia sua Itabira ser, agora, só um quadro na parede, Krenak também se viu sofrendo o mesmo fim. Ainda assim, comentou que seu povo insistiu em plantar e cultivar novamente. Seu Rio Doce, agora assolado pela lama da mineração vinda do rompimento da barragem, em 2015, em Mariana, como fosse um prêmio do Vale do Aço para os ribeirinhos e para as comunidades indígenas.

Ainda, essas transformações violaram suas próprias identidades, visto que eles não precisaram deixar a região pois, entre 1920 e 1997, apesar do açoite, nunca deixou de haver uma terra indígena Krenak. À época, o presidente da província de Minas Gerais era Arthur Bernardes, que assinou um documento instituindo a reserva indígena naquele lugar, muito embora tenha havido uma sucessão de invasões, inclusive de colonos vizinhos, que adentraram a reserva e predaram o território. Sendo assim, seu povo teve que lutar contra essas invasões, retomar e cuidar desse território. Em uma oportuna analogia, Krenak imaginou o Brasil atual como uma reserva indígena que fora invadida e destruída, completamente desmontada. Dissolveram o aparato estatal, acabaram com o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente, com as Universidades, com o investimento na educação, ciência e tecnologia: *“O negacionismo tomou conta de tudo e teremos que tomar de novo essa reserva, de modo a constituí-la como um lugar bom para se viver e onde possamos exercer o sentido da cidadania, aquela mesma que Ulysses Guimarães descrevia ao abominar a ditadura”* (Ailton Krenak).

Para Krenak, os povos indígenas têm vivido uma experiência em relação aos seus territórios, denominada Marco Temporal, que se trata de um abuso da constituição, visto que a Constituição de 1988 institui que o Estado brasileiro e a União devem assegurar a proteção desses territórios, o que dá manutenção ao abuso das terras indígenas sofridos desde muito tempo:

*“Muitos territórios e comunidades indígenas continuam sofrendo violência devido à negligência do Estado brasileiro sobre suas obrigações. Não se trata de favores. E, nesse*

# ..... Artigo ..... .....

*momento, temos o Estado brasileiro atuando contra a sociedade, o que me lembra, inclusive, da obra de Pierre Clastres, em que ele evoca uma sociedade contra o Estado. Clastres narra a não concepção dos povos originários, nesse caso, o povo Guarani, de uma estrutura como o Estado moderno, imperando sobre a vida das pessoas, o que causaria, enquanto uma reação natural desses povos, a revolta da sociedade contra o abuso desse poder instituído. O que ilustra uma situação bastante atual, visto que o Brasil tem sido abusado pelo Executivo, que ofende o senso de cidadania e faz rolezinho de tanques na Esplanada dos Ministérios para intimidar o Congresso, que devia ser tão proibido quanto aquele que proibiram os meninos pobres fazerem nos shoppings. [...] O que pode, afinal, ser mais ofensivo, os meninos pobres passearem no shopping ou esses palhaços passearem de tanque na Esplanada dos Ministérios?” (Ailton Krenak).*

Valendo-se das palavras do convidado, quando diz em sua obra “A vida não é útil” que o coronavírus foi uma grande estratégia do organismo Terra de “tirar a teta da nossa boca e dizer: respirem agora que eu quero ver!” e de outro trecho em que denuncia a crise vivida pelo modo de funcionamento de nosso mundo artificial, reflete-se que essa reação da Terra se dá em resposta ao nosso modo de viver, visto que novos e antigos fenômenos se desvelam no cenário pandêmico (KRENAK, 2020a). Nesse intento, resgata-se a perspectiva do convidado de que as pessoas conseguiram interromper a rotina comum e questiona-se: Por que não conseguimos ter outro posicionamento diante do planeta? A pandemia ensinou alguma coisa a essa humanidade destruidora, ou seja, para essa parte da população que não entende o que está acontecendo no planeta?

*“Essa parcela da humanidade nunca quis entender, pois é negacionista. Nega evidências. Mesmo que a Terra nos mostre a mudança climática, dizem que ela não existe e insistem em alegar que essas transformações sempre ocorreram, ou seja, o mundo sempre foi assim. A Terra se pronuncia cada vez mais urgentemente. Outro dia, uma senhora apareceu indignada no jornal da noite, em Berlim, dizendo que as catástrofes climáticas não podem lá acontecer, haja vista não serem um país de terceiro mundo. Aquela senhora demonstrava uma exasperação para com a reação da natureza como se não quisesse que lá ela reagisse, pois é um país desenvolvido. A Terra reagirá em qualquer lugar, em Roma, Paris, Nova York, Estados*

# Artigo

*Unidos e aqui também. Teremos que aprender que não somos a semente ou o sal da terra. A ideia essencialista de que o ser humano é a gênese de tudo é um especificismo humano e, por isso, alguns cientistas a denominam antropoceno. O antropoceno se dá quando os humanos ameaçam não somente a vida do planeta, mas também a sua própria existência enquanto espécie, pois o planeta continua existindo, mas os humanos podem acabar. A vaidade em dizer que protegeremos a vida na Terra é uma bobagem. Nove bilhões e meio de pessoas no planeta vivendo com diferentes perspectivas, diferentes interesses, a Terra não vai deixar isso barato” (Ailton Krenak).*

Referenciando um trecho da obra de Krenak (2020a), em que ele afirma que o colonizador escravizou tanta gente que, agora, escraviza a própria vida, chega-se na ideia de que a sociedade em que vivemos passa a não ter escolhas. Quem tem algum direito, entende-se como privilegiado, a exemplo dessa senhora em Berlim. Destarte, no documentário “Vozes na Floresta”<sup>2</sup>, Krenak discursa sobre a incompatibilidade dos mundos, denunciando uma escolha “burra” de vivermos no sistema do capital, bem como sobre conceitos como herança e aposentadoria não fazerem sentido no mundo indígena. O antropocentrismo é um grande dilema para grande parte da população civilizada, no qual indaga-se sobre o próprio modo de vida, em que a sombra de uma incoerência perturbadora é percebida, sem conseguir enxergar saídas.

Para Krenak, quem tem uma cosmovisão não receia o fim das bases estruturais do capitalismo: “*Quando a comida dos Xavantes acaba, ninguém fica com drama*”. O convidado conhece a etnia Xavante, conviveu com eles e se lembra de que saíam para caçar no território em incursões que poderiam levar semanas. Relatou que, durante esses episódios, ninguém levava lanche, o que o deixava preocupado porque já se sentia domesticado pela vida ocidental. Notou, então, que eles tinham a confiança de que a mata responderia a essa necessidade: “*E, de fato, respondia. Passavam tempos perambulando e comumente se deparava com alguém comendo algo que a mata lhe oferecia, fosse um broto, uma raiz ou um coquinho. Ninguém passava fome*”. E continuou, de forma brilhante:

*“Por isso, não existe campanha de combate à fome para essas populações, pois há a instrução social, bem como a ideia do direito e do privilégio são construções sociais, que são embutidas no imaginário das pessoas, que passam a acreditar num mundo de facilidades, ou melhor, num*

# Artigo

*mundo de 'prateleiras de supermercado' que, se um dia se esgotarem, essas mesmas pessoas entrarão em pânico. Os Xavante, tais quais outros povos originários, sabem viver sem essa facilidade ilusória. Esse chamado mundo do direito, institucionalizado, pretende manejar a todos que vivam do mesmo jeito, uma monocultura, que é inviável, dado que, no planeta, não há possibilidade dessa condição a todos. Por isso, aquela senhora em Berlim fica indignada quando se depara com a ruína do primeiro mundo. Quando os europeus vieram colonizar as Américas, queriam um mundo novo. Trouxeram para cá tudo o que é velho, desde a fúria consumista até a ideia de propriedade. Os Xavante, por sua vez, são assolados por fazendeiros que tencionam tomar suas terras e que não concebem ali a existência de um povo, pois a disputam como propriedade. Há acentuada contradição entre o pensamento dos colonos e dos povos originários. A diferença fundamental reside no fato de que os povos originários anseiam viver em comunhão com a terra. Não enquanto proprietários, em contraposição à ideia ocidental. Qualquer colono é seduzido a ser proprietário de algo, perspectiva esta que necessita uma ruptura. Esse é, inclusive, o mesmo fundamento da herança, que demanda a existência da propriedade. Sendo assim, o pensamento ocidental propaga que todos devem ser proprietários de algo, ainda que esse algo seja o outro. A tarefa basal no combate a esse pensamento é a de imaginar mundos, sobretudo, aqueles em que há a ausência de prateleiras. Se essas acabarem, a gente vai procurar outras coisas para fazer” (Ailton Krenak).*

Na fala de Krenak, fica nítida a resistência dos povos originários em manter as culturas diversas, respeitando-as de forma crítica e criativa – como demonstrado há mais de 500 anos – e não aceitando a ideia de que somos todos iguais, tanto que refere, ainda, existirem “aproximadamente 250 etnias que querem ser diferentes umas das outras no Brasil, que falam mais de 150 línguas e dialetos” (KRENAK, 2020b, p. 31). As políticas de identidade existentes nestes grupos promovem, eficazmente, a manutenção das culturas, apesar de seu encapsulamento e de toda a invasão do modelo do capital.

A seguir, introduziu-se à discussão o Cacique Robson Tsuba Tsere’urã, que iniciou sua fala saudando os espectadores na língua akwén: *Hoiwa rowe*<sup>3</sup>! O convidado é descendente direto do grande líder Ahopowe (conhecido pelo nome traduzido de Apoena e que protagonizou o histórico contato com Francisco Meireles, em 1940); irmão caçula do ex-deputado Mario Juruna, líder indígena e primeiro deputado federal indígena no Brasil pelo PDT (Partido

# ..... Artigo ..... .....

Democrático Trabalhista), falecido em 2002; tem a liderança como exemplo ancestral e é o cacique da aldeia São Marcos. Sendo assim, afirmou que seu objetivo principal com o debate é salientar sua visão de um futuro envolto em dificuldades para as novas gerações e sua preocupação acerca do direito indígena, aproveitando a interlocução com Krenak.

De início, sobre a condição pandêmica, contou que sua comunidade tem se imunizado com a vacina, contemplando de jovens a idosos, o que tem contribuído para a redução da taxa de contaminação. Além disso, tem utilizado das experiências anteriores com epidemias e de seus próprios remédios: *“estamos misturando raízes fortes naturais, todos nós estamos tomando para fazer bem à nossa sobrevivência”*, desvelando a conservação dos saberes ancestrais e sua importância para a sobrevivência dessa população durante o período pandêmico.

Krenak compartilhou sobre como foi em sua terra, comentando sobre o óbito pela COVID-19 de três mulheres idosas, oriundas da terra indígena Krenak, onde habitam 130 famílias. Segundo ele, desde que os habitantes receberam ambas as doses da vacina, entre o final de fevereiro e o começo de março de 2021, não houve mais casos de contágio na região. Ainda assim, tem tomado as precauções necessárias e evitado a circulação externa ao território. Acrescentou que o povo Krenak, assim como muitas das populações indígenas, se encontra em uma situação aparentemente mais protegida do que seus vizinhos da cidade, devido à sua maior possibilidade de isolamento e distanciamento. Fez referência, ainda, ao fato de que a população indígena do Brasil inteiro já está mais de 70% vacinada com primeira e segunda doses, criando uma proteção ampla. Prudente, continuou dizendo que, quando todos os brasileiros tiverem tomado as duas doses da vacina, provavelmente, terão a possibilidade de viajar novamente. Finalizou, cumprimentando o cacique Robson, a quem afirmou ter muita alegria em conhecer seu irmão mais velho, o ex-deputado Mario Juruna, bem como a satisfação em saber que seu povo já atravessou o período mais crítico da pandemia e está bem. E *rowe di<sup>4</sup>!*, saudou.

A respeito da educação, Krenak relatou que, desde a constituinte de 1988, está assegurado aos povos indígenas o direito de criação de projetos de educação autônomos, contemplando a cultura de cada território. Em sua terra, há escolas com professores da própria comunidade, cujos currículos são formados no interior dela. Visto isso, assegurou que em sua comunidade não encontram muitos percalços em compatibilizar seus saberes com o sistema formal de educação, uma vez que seus professores são Krenak. Ademais, contam com a

# ..... Artigo .....

possibilidade de ensinar, à priori, a língua materna e, somente em seguida, ensinar português. As outras disciplinas, como a gramática, matemática, história e geografia, também são oferecidas até o ensino fundamental, que se sucede da possibilidade de os jovens poderem dar seguimento aos seus estudos fora de suas terras de origem. Para o convidado, a presença de mestrandos e doutorandos indígenas na universidade representa, do ponto de vista histórico, um novo cenário em que os povos indígenas passaram a dialogar no campo do conhecimento com as instituições estruturadas na cultura brasileira, da academia a outros campos, como o da política e do pensamento.

No que tange ao processo de formação educacional em suas terras, o cacique Robson descreveu um processo que tem gênese dentro da família, a partir dos ensinamentos de pai e mãe, que introduzem as crianças à iniciação cultural pelos rituais. Essa é a sua educação formal. Primeiramente, a criança entende os princípios comunitários em casa e, em seguida, vai entender com os adultos. As meninas permanecem em casa e vão aprender com as mulheres, e os meninos irão para o “Ho” – a casa do adolescente, dos solteiros – até se tornarem adultos, período que dura em média de 5 a 7 anos e que terminará com a cerimônia com o público e o padrinho, que vai completar a transmissão de ensinamentos. É um processo antigo, que data de cerca de 400 anos e que, segundo o Cacique, os não-indígenas não compreendem. Para ele, seu povo se inclui na educação a partir da constituição de 1988, permitindo o aprendizado de uma segunda língua: o português. Logo em seguida, passaram a frequentar as escolas, o que muito contribuiu para que seu povo pudesse entender a educação não-indígena. Por isso, afirmou que a escola contribuiu para a sua cultura e a educação cultural, por sua vez, contribuiu para a cultura da escola (não-indígena).

Em sua fala, a liderança Xavante deixou clara a sua compreensão sobre o que é educação e nos convida a olhá-la em seu sentido mais amplo, cuja responsabilidade do adulto e da comunidade com a educação está implicada desde a concepção até o fim de suas vidas. A escola, neste contexto, fica relegada ao plano de uma formação coadjuvante, enquanto a protagonista é a sua própria cultura. O cacique reconhece que há dificuldades para mantê-la viva e segura diante de imposições externas, ou seja, do mundo não-indígena e, por isso, se preocupa com a promoção de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) na terra indígena São Marcos, entendendo que seria mais acessível para os que não tem condição de sair da terra para estudar, preventivo quanto ao risco do jovem xavante de abandonar sua cultura e negligenciar

# ..... Artigo .....

sua “sobrevivência natural”, bem como para evitar importações de doenças ainda mais graves e de diversas outras mazelas da urbanização. Nesse sentido, reitera a importância do ensino superior nas regiões indígenas, não apenas para os povos xavantes, mas para todas as populações nativas.

Essa consciência de que a escola não pode ensinar e não permite aprender tudo, já que a família e a comunidade têm papel fundamental no processo educativo dos indivíduos, interferindo decisivamente no desenvolvimento global de seus membros, assim como na construção de identidades individuais e coletivas, já nos foi oferecida pela pesquisadora Xakriabá, Celia Nunes Correia, em texto escrito por Dominique T. Gallois sobre a escola no contexto ameríndio (2016). Neste, conta como a pesquisadora indígena destaca o modo experimental como fator indispensável para lidar com a relação entre a cultura e a escola, valoriza a luta pela superação das dificuldades, revivendo-as em cada etapa em busca de soluções práticas, tornando o problema produtivo.

Neste contexto, a tradição é empenhada pelos atos enquanto uma forma de sobreposição e presente em variadas manifestações culturais, como gestos e rituais, mas também na atualização das necessidades. Em detrimento dos esforços colonizatórios, os povos originários aqui retratados foram eficazes em preservar parte fulcral de sua memória, que se atualiza constantemente para suprir as recorrentes demandas oriundas da superação das contradições a eles impostas. Por isso, a concepção da memória enquanto parcela fundamental do pertencimento à tradição oferece algum repouso, haja vista a tradição, como interlocutora do elemento material, sugerir a possibilidade de resposta à angústia do não-lugar ou do não-pertencimento.

A fim de que opere enquanto mediadora entre passado, presente e futuro, a tradição demanda uma apropriação crítica. Não enquanto crítica em si mesma, mas na maneira em como se instrumentaliza, o que implica na produção de sentidos (CAMPOS, 2013). Sendo assim, a apropriação da tradição deve se dar sobre os elementos conflituosos presentes nas contradições humanas e no âmago da metamorfose, o que podemos observar nos modos de convivência e nas práticas sociais, ensejando a humanização como possibilidade de se viver uma boa vida. Dessa forma, o reconhecimento e a conseguinte legitimação da tradição pleiteiam, via de regra, a confecção de um projeto emancipatório, cuja concepção de homem contemple a premissa de

# ..... Artigo .....

que a singularidade se desenvolve na universalidade e, concomitantemente, a universalidade se manifeste na singularidade, apresentando, nesse entremeio, a categoria da mediação.

Nos deparamos com essa dialética, segundo Campos (2013), com a expressão de que “na singularidade contém o universal” (p. 61). Tal noção de sujeito contribui à inteligibilidade da metamorfose humana como hábil em promover reflexão a respeito de sua trajetória para suportar a aflição da ambiguidade sem, contudo, se permitir fetichizar pelas conveniências contemporâneas, bem como advertiu Krenak. A identidade desses povos manifesta a contenda com a presunção da canonização da história de um saber colonial, o que, por sua vez, reitera a apropriação crítica da tradição por eles empenhada.

Krenak compartilhou, então, suas observações sobre as condições de alguns povos em desenvolver projetos educativos, contemplando compromissos étnicos, como apontou o Cacique quando expôs a ideia da criação de uma universidade xavante. Acrescentou que outros povos estão trabalhando com a estruturação de um programa de universidade própria, na qual as questões culturais são valorizadas, ao invés de um êxodo rural em direção à formação em um mundo não-indígena, como o povo “Suruí” e “Paiteir-Suruís”, de Rondônia. Sendo assim, o indivíduo indígena faria uma ação dentro de seu território, no interior de uma instituição, onde sua cultura tem prevalência, o que se constitui, para Krenak, uma experiência bastante interessante. Continuou, contando sobre as possibilidades em outras regiões a partir do exemplo do povo Navarro, que desfruta de instituições educadoras em seu território. Da mesma forma, no Canadá, há a Universidade Primeiras Nações, em que se encontram mais de uma etnia.

Krenak, em seguida, foi convidado a responder a primeira pergunta do público participante sobre sua opinião se houve um aprendizado real durante o período em que fomos privados da “teta da Terra”, a qual se refere em seu livro “A vida não é útil” (2020a). E inicia:

*“Me parece que a gente aprendeu muito pouco! Porque a maioria das pessoas está apressada, querendo sair logo, ir pra uma festa, um shopping, uma Olimpíada! Os japoneses fizeram uma Olimpíada oportuna, tem muita gente celebrando as Olimpíadas e o Japão voltou a crescer o número de contágio, tem muita gente passando por contágio e pode voltar a crescer, inclusive, o número de óbitos, por causa disso. Então, eu não sei se uma pandemia vale a vida das pessoas! Quero dizer, se uma Olimpíada vale a vida das pessoas durante a pandemia, isso é uma questão polêmica, tem gente que adora as Olimpíadas, então... Boa Sorte! Mas, eu acho*

# Artigo

*um equívoco! Isso mostra que nós aprendemos pouco, se a gente tivesse aprendido alguma coisa, globalmente, não ia ter uma Olimpíada, e não ia ter uma insistência para abrir as escolas depressa, correndo. A gente ia ter que fazer uma reflexão sobre educação, sobre o que é escola, pra que escola? Nós estamos formando as pessoas nas escolas da cidade, para fazer o quê? Para ficar desempregado?! Então, assim, tem muitas questões relativas a aprender, a pandemia deu um tempo pra gente pensar, mas a maioria das pessoas pensou muito pouco! Elas estavam ansiosas pra sair correndo para a rua” (Ailton Krenak).*

Como exposto, as forças políticas podem desprezar a importância da escuta da população, visto que 70% dos japoneses foram contra a realização das Olimpíadas. Ainda assim, os governantes decidiram por realizá-la, submetendo suas decisões às imposições do capital gerado pelo evento. Episódio que evidencia, mais uma vez, que as políticas identitárias voltadas para os interesses do capital ocupam cada vez mais espaço no ideário das estruturas estatais, que não protegem e nem garantem os direitos constitucionais, seu motivo de existência, mas, ao contrário, expõem populações ao risco de morte com a finalidade mercantilista. Por fim, Krenak deu seguimento, revelando sua indignação, dada a comum admiração à cultura japonesa para com o estatuto fragilizado de sua democracia, haja vista os números apresentados. Sugeri que, diante disso, se o comércio é muito mais poderoso que o governo no Japão, imaginemos como se dá essa sujeição no estado brasileiro.

Na medida em que deliberamos sobre o que queremos preservar ou reconhecer nas tradições, quando relatamos outras perspectivas de um mesmo evento, encaramos o que queremos manter ou eliminar das relações sociais. Ou seja, conforme explica Campos (2013), superando a mesmice em função da mesmidade em um processo sócio-histórico e suplantando a reposição da heteronomia em detrimento da singularidade e autonomia, apresentando sentidos ao pertencimento. Ciampa (2002) argumenta que as políticas de identidade se desvelam nas ideologias e ações de grupos e coletividades, e intentam atingir uma hegemonia, por um lado, ou buscam emancipação, por outro. Já as identidades políticas constituem a condição de sujeito e de autonomia. A articulação entre esses dois conceitos em função da emancipação acontece na atividade e na comunicação, intermediadas por um espaço social permissivo à sua realização.

# Artigo

Nesse momento, houve o disparo de outra pergunta, sendo esta acerca de como a população indígena tem se preparado para uma era não-humana, visto o cenário distópico recente que nos aproxima da ideia do Antropoceno. Krenak iniciou, dizendo:

*“Na verdade, os povos originários estão há muito tempo se preparando para viver situações de falta, de ausência, de carência. Sempre foi negado a esses povos um pleno direito de usufruir a liberdade de ir e vir e de exercitar sua própria tradição e cultura. Nós estamos sempre preparados! São sociedades que têm uma capacidade de resiliência, onde o antropoceno não é uma questão prioritária, apesar de ser uma questão grave, porque vem junto com as mudanças climáticas, vem junto com riscos de desertificação, tem uma previsão de que o Cerrado, nos próximos 30 anos, pode virar uma espécie de Caatinga, uma savana doente, se o agronegócio continuar destruindo a vegetação e as nascentes de água. O povo originário tem capacidade de resiliência, é por isso que eu digo: Eu não sei o que os brancos vão fazer diante de uma assolação da paisagem, mas os povos originários já fazem isso há 500 anos” (Ailton Krenak).*

Por sua vez, o cacique Robson se expressou sobre a questão a partir da ideia de “espírito da natureza”, sobretudo a respeito da destruição do cerrado. Segundo ele, tudo tem espírito, seja a raiz, folha, mar, água, nascente, solo, ar, trovão, chuva ou raio. Tudo isso é espírito da natureza. Os humanos estão, através do processo globalizatório, matando esses espíritos, o que é muito perigoso, visto que esse extermínio facilita a propagação de doenças advindas da cidade aos corpos indígenas. Esse movimento é comandado pelo capitalismo. Ora, se acometida pelas doenças produzidas por esse processo, as comunidades indígena e não-indígena vão acabar. Essa é a dificuldade basal para Robson: cuidar do espírito da natureza e resgatar a floresta. Preocupação que também aparece na provocação final de Ailton Krenak a esse debate:

*“Eu quero cumprimentar a realização desse encontro e, pela raridade dele, é muito importante! Eu fiquei muito admirado de ver a observação do Cacique sobre a exaustão do cerrado com essa monocultura, ele foi muito claro em dizer que a terra está ficando exaurida e que tudo que a gente tem no território está delimitado por essa circunstância do capitalismo explorar tudo, inclusive, as nascentes das águas. Quando ele fala de ‘cabeceira’, está falando*

# Artigo

*da cabeceira dos rios. Então, nós estamos ficando em um território delimitado, cercado pelo uso predatório e que limita, inclusive, o horizonte étnico, por que como vamos pensar um horizonte étnico cercados pela soja e pelo agronegócio?” (Ailton Krenak).*

As duas lideranças deixam claro que suas preocupações não estão voltadas apenas para sua comunidade, mas com todos os seres que habitam o planeta. A pandemia mostrou que conseguimos nos organizar, rapidamente, e mudar, drasticamente, nosso comportamento, porém, há pouco, Krenak nos limpa as lentes embaçadas pelos embustes do capital e aponta para a realidade: a reação adicta que sentimos em sair para consumir em shoppings, festas, eventos. Santos (2020, p. 06) traz essa provocação quanto à plasticidade humana com a cena:

E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre o tivessem sido. Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer, mas que só se pode obter por outros meios que não a compra. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos, cai por terra. Mostra-se que só não há alternativas porque o sistema político democrático foi levado a deixar de discutir as alternativas. Como foram expulsas do sistema político, as alternativas irão entrar cada vez mais, frequentemente, na vida dos cidadãos, pela porta dos fundos das crises pandêmicas, dos desastres ambientais e dos colapsos financeiros. Ou seja, as alternativas voltarão da pior maneira possível.

O alerta de Boaventura Sousa Santos, de que as alternativas virão de qualquer forma, deve ser ouvido pela descendência dos desbravadores. Os povos nativos estão preparados para a dificuldade e acostumados a viver em luta. O histórico de resistência destes povos às investidas colonizatórias atravessou não apenas a questão da sobrevivência, mas a preservação da tradição de seus processos educacionais que, por sua vez, constituem etapa fundamental no processo de tornar-se membro de uma sociedade dialética. Processo este que, segundo Alves (2017), ocorre através da interiorização dos valores e normas e, por conseguinte, pela internalização, ou seja, momento em que os indivíduos têm alguma chance de deliberar suas escolhas, que poderão tender para a heteronomia ou não.

Ao mesmo tempo que a tradição pode significar, segundo Alves (2017), a reprodução da mesmice identitária, em que a heteronomia e a dependência predominam, também pode conter a força para resistir à dominação. Haja vista o ganho de alguma autonomia, desemboca no processo de individuação, o que, dialeticamente, opera sobre o elemento comunicativo da vida no mundo sistêmico. Nessa dimensão, repousa a razão comunicativa que, intermediada por

# ..... Artigo .....

uma acepção crítica da tradição enquanto balizadora dos processos educacionais, contribui na promoção de políticas de identidade hábeis em produzir emancipação, ainda que fragmentária – dadas as sucessivas tentativas colonizatórias do mundo ocidentalizado, contemplando o fenômeno denominado por Almeida (2017) de “fragmentos emancipatórios” e que podemos ver presente nas falas dos nossos convidados durante todo o debate, sempre em um sentido de buscar uma vida que mereça ser vivida.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e emancipação. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29170998>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- ALVES, Cecília Pescatore. Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172186>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- CAMPOS, Alessandro de Oliveira. **Sobre a tradição e sua apropriação crítica: metamorfoses de uma Afroamericalatinidade em luta**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CAMPOS, André *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história de Severina**. 9ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007 (original publicado em 1987).
- CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (org.). **Uma psicologia que se interroga** – ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. A escola como problema: algumas posições. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História** [online], v. 20, n. 39, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100002>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São. Paulo: Companhia das letras, 2020a.

# Artigo

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2020b.

JUSTI, Mirella Martins; ROORANHIPA, Mercedes. Reflexões sobre a educação no mundo Xavante: experiências de uma educadora Xavante e uma waradzu. In: ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Identidade, metamorfose e emancipação diante da COVID-19**. 1. ed. São Paulo: Amavisse, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MIRANDA, Suélen Cristina de; JUSTI, Mirella Martins; FERRAZ, Isaac Vitório Correia. A identidade na alteridade: o outro na sociedade brasileira. In: VICENTIN, Maria Cristina G. *et al.* (org.). **Construindo uma psicologia social ético-política na transversalidade teórica**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, S.A., 2020.

SILVA, Luilton S. Lebre Pouso da. **Os Xavante e sua história pelo olhar dos salesianos Bartolomeo Giaccaria e Adalberto Heide**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

---

<sup>1</sup> Frases do pensador indígena e ambientalista Ailton Krenak, proferidas em uma aula virtual para o projeto CURA - Circuito Urbano de Arte - movimento social de artistas de Belo Horizonte (MG), em outubro de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3jyWoTd>. Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>2</sup> Ailton Krenak foi o primeiro entrevistado da série “Vozes da Floresta - A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias”, que faz parte do documentário “Não verás país nenhum”. Uma produção da Memória Viva, em parceria com o Le Monde Diplomatique, dirigida e roteirizada pelo cineasta e jornalista Thiago B. Mendonça. Disponível em: <https://youtu.be/KRTJh1os4w>. Acesso em: 20 jul. 2022.

<sup>3</sup> Saudação de “Boa tarde” na língua akwén (Xavante).

<sup>4</sup> Saudação Xavante que significa “está tudo bem com você”.

Recebido em: 24/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional** que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## A educação brasileira e a população negra no momento pandêmico desafios emancipatórios ou regulatórios

Cláudio Ramos de Souza dos Santos<sup>1</sup>

Felipe Corrêa dos Santos<sup>2</sup>

Bruno Yoshio Hara<sup>3</sup>

### RESUMO

O seguinte artigo foi realizado a partir da discussão da mesa redonda de um evento intitulado “Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose. O enfoque é a população negra brasileira, as políticas educacionais e a realidade pandêmica; para realizar a discussão, são articulados quatro principais tópicos, separados em introdução, percurso metodológico, produção de conhecimento e políticas de identidade. O referencial teórico para o estabelecimento de uma discussão fidedigna são as falas dos convidados, a teoria da identidade-metamorfose e outras autorias que estão imbricadas com a produção de conhecimentos dentro da realidade-tema. Compreende-se que somos produtos e produtores da realidade na qual estamos e nos tornamos sujeitos. Além disso, os desafios sistêmicos podem estar evidentes e desvelados no momento pandêmico, porém, não são datados e não são concebidos na contemporaneidade, e muito menos no início da relação pandêmica.

**Palavras-chave:** Identidade; População negra; Pandemias; Educação.

---

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), psicólogo formado pela Universidade Cruzeiro do Sul. Membro do Núcleo de Pesquisa em Identidade-Metamorfose (NEPIM), do Coletivo Pretaquisador e do Coletivo Neusa Santos. <https://orcid.org/0000-0002-22569156>. <http://lattes.cnpq.br/9417763178612473>. [ramosclaudio019@gmail.com](mailto:ramosclaudio019@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestrando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Psicólogo formado pela Universidade de Araraquara (UNIARA). Integrante do NEPIM e do Coletivo de Pesquisadorxs Negrxs - Neusa Santos. <https://orcid.org/0000-0002-5139-1940>. <http://lattes.cnpq.br/6078062659452497>. [felipecorreads96@gmail.com](mailto:felipecorreads96@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestrando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-graduado em Direito de Família e Sucessões pela PUC-SP e em Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem. Psicólogo. Advogado. Mediador de Conflitos. Membro do Núcleo de Pesquisa em Identidade-Metamorfose (NEPIM) da PUC-SP. Presidente da Comissão Especial Psicojurídica da OAB Subseção de São Miguel Paulista. Membro efetivo da Comissão de Direito de Família e Sucessões da OAB de São Paulo. <https://orcid.org/00000002-9253-1006>. <http://lattes.cnpq.br/7858700325329876>. [bruno\\_hara@uol.com.br](mailto:bruno_hara@uol.com.br).

# Artigo

*Brazilian education and the black population in the pandemic moment: emancipatory or regulatory challenges*

## **Abstract**

*The following article was developed from the roundtable discussion of an event entitled “Necropolitics and vulnerabilities in the pandemic context”, organized by the Center for Studies and Research in Identity-Metamorphosis. The focus is on the black Brazilian population, the educational policies, and the pandemic reality; to carry out the discussion, four main topics are articulated, separated into introduction, methodological path, knowledge production, and identity policies. The theoretical referential for establishing a reliable dialogue are the guests’ speeches, the theory of identity-metamorphosis, and other authorships imbricated with the production of knowledge within the reality-theme. It is understood that we are products and producers of the reality in which we are and become subjects. In addition, the systemic challenges may be evident and unveiled in the pandemic moment. However, they are not dated and are not conceived in contemporaneity, much less at the beginning of the pandemic relation.*

**Keywords:** *Identity; Black population; Pandemics; Education.*

*La educación brasileña y la población negra en el momento pandémico: desafíos emancipatorios o normativos*

## **Resumen**

*El siguiente artículo fue realizado a partir de la mesa redonda de un evento titulado “Necropolítica y vulnerabilidades en el contexto pandémico”, organizado por el Centro de Estudios e Investigación en Identidad-Metamorfosis. El foco es la población negra brasileña, las políticas educativas y la realidad pandémica; para llevar a cabo la discusión, se articulan cuatro temas principales, separados en introducción, trayectoria metodológica, producción de conocimiento y políticas de identidad. El referencial teórico para el establecimiento de una discusión confiable son los discursos de los invitados, la teoría de la identidad-metamorfosis y otras autorías que están imbricadas con la producción de conocimiento dentro de la realidad-tema. Se entiende que somos productos y productores de la realidad en la que estamos y nos convertimos en sujetos. Además, los desafíos sistémicos pueden ser evidentes y desvelarse en el momento pandémico, sin embargo, no están datados y no se conciben en la contemporaneidad, mucho menos en el inicio de la relación pandémica.*

**Palabras clave:** *Identidad; Población negra; Pandemias; Educación.*

## **1 A INTENÇÃO DO ARTIGO**

“Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia” foi o evento organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), que inspirou o presente dossiê. Este artigo é resultado de uma produção conjunta, idealizada a partir de uma das mesas de debate, realizada de forma remota no dia 25 de agosto de 2021 e composta por

# ..... Artigo ..... .....

integrantes do núcleo e dois excelentíssimos convidados, Professora Doutora Maria da Glória Calado<sup>1</sup> e Professor Doutor Dennis de Oliveira<sup>2</sup>.

O intuito do artigo é a construção de uma síntese de pensamentos e narrativas estabelecidas pelos convidados, costurando os conhecimentos presentes nos relatos com os conhecimentos adquiridos nos processos de estudos e pesquisas por parte dos autores. Ou seja, a temática do evento é iluminada e ilumina o cerne da construção teórica e prática dos pesquisadores, conversando diretamente com suas produções individuais e coletivas.

A articulação entre identidade (como metamorfose); educação e políticas educacionais; relações étnico-raciais; movimentos sociais; vulnerabilidade; pandemia e necropolítica atravessam no exercício comunicativo as intencionalidades técnicas, científicas, pessoais e demais correspondentes das pessoas aqui presentes. A construção do texto perante a condição especificada se torna exercício digno de compromisso social, racial e histórico.

Pontos em comum, como a conjuntura histórica da relação entre os componentes apresentados, o processo de construção de conhecimentos, a transformação social a partir da práxis situada e comprometida ganham terreno fértil quando inserimos as categorias “políticas de identidade” e “identidades políticas” (CIAMPA, 2002), amplamente discutidas dentro do campo de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo NEPIM.

A luta negra, ao contrário do que muitos pensam, é peça estruturante na formação do Brasil contemporâneo, de modo que discutir políticas educacionais e população negra, por exemplo, é praticamente discutir políticas públicas no país e seus momentos históricos: “*Não há como entender o Brasil de hoje sem entendermos como é que se deu a formação sócio-histórica do Brasil*” (Dennis).

Aparentemente, o conhecimento tácito adquirido no processo de vivência e aprendizado das relações étnico-raciais pede que realizemos uma conjuntura histórica, para abordarmos os processos sócio-históricos que remetem à população negra brasileira, para que assim possamos canalizar para a área na qual estamos imbricados. Os processos são produtos e produtores da atividade humana no decorrer relacional da vida social, econômica e afetiva; desta forma, para falarmos da atual conjuntura, precisamos contemplar o que veio antes e concebe a organização da proposta de discussão. De forma simples, discutir sobre a inter-relação população negra-pandemia-educação e pensar os desafios, fomentados pela regulação sistêmica ou pela

# Artigo

emancipação humana (como possibilidades), só é possível a partir do ponto em que compreendemos as particularidades que mediam essa expressão de realidade.

O desafio emancipatório que ronda a educação brasileira e a população negra no momento pandêmico se configura justamente pela dificuldade de manutenção emancipatória, algo que não se inicia agora, mas ganha outras facetas dentro dessa contemporaneidade. A pandemia desvela as dificuldades, injustiças e contradições sociais e raciais e é nosso papel, a partir da construção do conhecimento e manutenção do conhecimento já produzido, concentrar e canalizar esforços para a compreensão e a intervenção social.

Esse é o movimento realizado pelos convidados, assim como por uma grande parcela de estudiosos e pesquisadores das relações raciais em seus trabalhos e falas. O racismo (antinegro) comportamental, cotidiano, institucional, sistêmico e estrutural, independente da forma que é contemplado, não é fenômeno isolado das construções e contradições sociais e, menos ainda, algo natural ou intrínseco. Assim como os efeitos e as modulações subjetivas-objetivas da/na individualidade humana não condizem com uma configuração subjetivista ou individualista dos fenômenos humanos, que é amplamente defendida e articulada no mundo contemporâneo. As decorrências e as implicações psíquicas e sociais na atividade, consciência, identidade e afetividade dos corpos negros são elementos formados reciprocamente na composição linha-tecido da/na existência.

Comprometer-se com a transformação social brasileira passa, e ultrapassa, a mediação da Psicologia Social como instrumento técnico-científico, alçando voos para uma prática humana comprometida étnico e politicamente. Iniciaremos a costura dessa rede de conhecimentos pedindo licença aos nossos precursores e respeitando o processo que existiu e ainda existe, antes de iniciarmos a atividade de escrita deste artigo.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

*“Inicialmente, eu gostaria de pedir permissão aos meus ancestrais que permitiram eu chegar até aqui” (Maria da Glória).*

*“Assim como a Glória fez, eu quero pedir licença aos mais velhos, meus ancestrais, em particular ao meu Orixá, que hoje é quarta-feira, dia de Xangô Kaô kabecilê, que é o orixá da*

# Artigo

*Justiça, então pertinente a esse tema, direito, justiça, luta pelas igualdades, equidades e Xangô é que nos ilumina a usar essas energias para esses caminhos em busca de uma plena igualdade” (Dennis).*

Iniciar “pedindo licença”, além do cunho de respeitabilidade e religiosidade, expressa a conscientização e a atribuição política do ato, a importância do reconhecimento do percurso e da luta negra, que resguardam em seus amplos sentidos a construção e a composição de uma identidade coletiva, que incorpora a existência e a permanência de valores emancipatórios e solidários para com as pessoas e grupos que compõem a formação de uma identidade individual, levando em sua edificação corpo, mente, história, partilha e, principalmente, responsabilidade nas atividades realizadas.

Convidamos aqui outra pessoa, Nilma Lino Gomes (2017), que nos diz que o movimento de consolidação do conhecimento transforma a percepção e a representação social dos temas e problemas que motivaram a luta; questão essa que expressa a dialeticidade do movimento de produção, experiência e vivência do conhecimento, principalmente pela não linearidade do processo. Adensando a reflexão aqui iniciada acerca do processo de transformação que o conhecimento pode proporcionar, recorreremos a Ciampa (2002), quando profere sobre essas possibilidades, cerceadas ou não, ao inserir o conceito de “políticas de identidade” no movimento da identidade como metamorfose, que expressa “os caminhos” traçados, possibilitados (ou não) durante a trajetória de história de vida e suas atribuições relacionais, que são inseparáveis.

As histórias de vida das pessoas que falam aqui (negras ou não) foram formadas, de modo quase inseparável, pela particularidade brasileira de lutas instituídas pelos movimentos sociais e, particularmente, o(s) negro(s), e é nesse ponto que entra a conjuntura histórica proposta.

De acordo com Moura (2021), ao falarmos de negro no Brasil, é de comum entendimento “dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão” (p. 27). Sendo assim, precisamos compreender o estereótipo construído em torno da população negra, que entrou como escrava em diversas regiões do Brasil e hoje “disputa com o branco e/ou outras etnias o mercado de trabalho em nossa sociedade” (p. 27). E, indo além, disputa também espaço no

# Artigo

campo da educação, através das políticas de ações afirmativas, construídas a partir das lutas dos movimentos negros na contemporaneidade. Dito isto, ficam algumas perguntas do autor:

Será esta maneira racializada de ver-se a imagem do negro uma forma saudosista de se encarar a escravidão e uma forma negativa de se ver o negro em uma sociedade que se caracteriza pelas contradições agudas ou crônicas geradas pelos interesses em confronto? Será, por outro lado, um estereótipo vindo do nosso passado escravista com implicações subjacentes no presente? Ou surgiu após a libertação do negro do *status* de escravo, em decorrência da sua presença, como trabalhador livre, no mercado de trabalho? (MOURA, 2021, p. 28).

O autor ainda profere que a imagem do negro se constitui enquanto objeto utilitário quando na condição de escravo, morador da senzala, sem reclamações, vivendo passivamente e de acordo com o que seus senhores desejavam: “por isso mesmo sujeitava-se, sem resistência, à estrutura que o oprimia” (p. 29). Contrapondo-se a esta identidade pressuposta, se manifesta o mau escravo, aquele que não aceita a submissão e se revolta. Essa compreensão está expressa na contemporaneidade, tempos de pós-libertação, quando se observa “as restrições que são feitas à sua cor no mercado de trabalho e em muitas instituições” (p. 29).

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra... hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão (MOURA, 2021, p. 29).

Maria da Glória, utilizando de sua habilidade psicanalítica, apresenta uma conjuntura histórica pautada por “enquadres”:

*“[...] Em um primeiro momento da história brasileira o negro foi enquadrado, ou seja, demarcou-se um lugar para os negros escravizados aqui no Brasil, um lugar como coisa, objeto, como braços de enriquecer o Brasil, aí eu utilizo esse conceito de enquadre. [...] Então essa ideia de enquadre me serviu [...] para analisar os momentos históricos, principalmente, da política educacional brasileira, então temos aí um primeiro enquadre, o negro como objeto”* (Maria da Glória).

O segundo enquadre representa o momento de abolição da escravatura, resultado do movimento de luta abolicionista e pressão regulatória da Inglaterra, implementando uma

# Artigo

política de identidade que pressupunha a necessidade de realocar o negro em um novo personagem, diferente de “objeto com braços”: o que se buscava era o negro como consumidor. Uma implementação regulatória, que abraçava as intenções do sistema capitalista de produzir a classe trabalhadora. Nesse momento, os negros são “abandonados à própria sorte”, como nos diz o professor: “[...] é uma abolição inconclusa, inacabada, porque essa abolição não foi acompanhada de políticas públicas de inserção do negro e da negra na sociedade [...]” (Dennis).

Porém, em ato resiliente, buscando novas possibilidades, negros intelectuais fundaram as primeiras escolas, visando sua inserção nos processos dignos de cidadania livre, como a educação e o trabalho. Concomitantemente, teorias racialistas conduziam novas formas de regulação, com a ideologia de pureza de raça e da inferioridade/superioridade, fechando assim contradições que configuram o segundo enquadre: o “negro liberto, mas inferior”.

O terceiro enquadre pauta-se no período da República Velha, com o processo de “formação de uma identidade nacional”, intensificando e legitimando as concepções amplamente disseminadas pelas teorias e teorizadores racialistas – ou, melhor dizendo, racistas –, como Raimundo Nina Rodrigues e Silvério Romero. Portanto, os esforços de “ambos os lados” encontravam, como possibilidades, a estruturação de escolas com ideais supremacistas, eugenistas e ideologicamente racistas. Assim, formava-se o campo da educação e das políticas educacionais brasileiras, um lado visando o combate à estrutura dominante/hegemônica e, o outro, a disseminação ideológica opressiva e a manutenção da hegemonia. A produção acadêmica neste momento, massivamente dominada por brancos, concebia subsídios epistêmicos, teóricos e metodológicos para a produção “tecnológica” da dominação, a partir de áreas como Educação, Antropologia, Sociologia e o que viria a ser a Psicologia brasileira.

*“Elas eram pesquisas educacionais, por exemplo, nesta época, um colega nosso, psicólogo Lourenço Filho, desenvolveu pesquisas com teste ABC para identificar quem eram os alunos maduros e imaturos, e quem eram os alunos maduros ou imaturos intelectualmente. Obviamente, nem precisa ser Freud para arriscar aqui que os alunos considerados imaturos pelo teste ABC, do então renomado Lourenço Filho, eram os alunos pobres, pretos e periféricos. As escolas eram destinadas às escolas de ofício, formar mão de obra, e já os alunos considerados maduros intelectualmente, estes seriam para os cursos, antigamente se falava os*

# Artigo

*... cursos clássicos, em boa palavra, para formar a elite brasileira. Então, nós temos aí, já uma ideologia racista sendo disseminada no ambiente da escola. [...] Só para voltar um pouquinho no tempo, em 1824, na primeira legislação brasileira, negros, mulheres e analfabetos não eram considerados cidadãos, então não tinham direito a instrução primária e gratuita” (Maria da Glória).*

Essa conjuntura parcial evidencia o que a professora também nos diz: “*somos frutos, somos partícipes de uma sociedade racista, na qual internalizamos uma ideologia racista, e que se objetiva em nosso comportamento, [...] o racismo não é comportamento, [...] a atitude do comportamento racista é a discriminação racial*”. O que podemos ver nas falas apresentadas é aquilo que Clóvis Moura (2019) chama de “processo de barragem”, que começou desde o período da escravização, colocando o negro no Brasil sempre à margem da sociedade vigente. Seja no modelo imperial ou na formação da República brasileira, o processo era de embranquecimento do país, criando barragens para que esse cidadão e cidadã não consigam se desenvolver.

A inferiorização do negro no nível de renda, no mercado de trabalho, na posição social e na educação são incontestáveis.... essa situação deve-se, fundamentalmente, **aos mecanismos de barragem** que desde o Brasil-Colônia foram montados para colocá-lo em espaços sociais restritos e controláveis pelas classes dominantes. Muitos desses mecanismos foram instituídos ainda na Metrópole e objetivavam colocar o negro na sua condição de semovente (MOURA, 2019, p. 131, grifo nosso).

Moura (2019) descreve que há no Brasil uma continuidade em medidas para imobilização social da população negra em benefício da branquitude, denunciando que esse *continuum* é visto por estudantes da história social do Brasil “como casos excepcionais e não característicos das nossas relações interétnicas” (p. 134), adotadas pelas elites brancas brasileiras. Aqui, reconhecemos a estruturação de uma sociedade racista, como um fenômeno de ação mútua (internalizante e externalizante), que dita os modos de produção de identidades. Essas “políticas de identidade regulatórias” concedem, aos grupos e indivíduos que os compõem, construções subjetificantes no modo de estar sendo no mundo.

Observa-se, portanto, que as possibilidades emancipatórias frente às possibilidades regulatórias são históricas. Os movimentos negros forjam suas lutas contra a discriminação desde o Império no Brasil; contudo, na República, este é responsabilizado por sua imobilidade

# Artigo

social: “remetidas para a própria população negra as causas fundamentais do seu atraso social e cultural, político e existencial, resta apenas procurar branqueá-la cada vez mais para que o Brasil possa ser um país moderno, civilizado e participante do progresso mundial” (MOURA, 2019, p. 135).

Dessa forma, o que se observa através dessas políticas é que o Movimento Negro nunca ficou de braços cruzados, e sempre que possível realiza avanços em políticas antirracistas: “[...] para esse tempo, tenho um pequeno histórico aqui no avanço que nós tivemos nas políticas públicas de combate ao racismo. É fato que, embora os gargalos existam, nós tivemos avanços significativos. Esses avanços foram permeados por uma série de contradições” (Dennis).

Continuando o ato de conjecturar a história, temos que não foi apenas uma ação submissa e “esperançosa” dos movimentos sociais negros, ou seja, temos, como parte da nossa produção histórica, o combate ao que chamamos de hegemonia e regulação racista. Nesse cenário, o convidado procura elencar o processo histórico de ação do Movimento Negro em prol da emancipação dos corpos negros brasileiros – mas não apenas isso. Busca, nesse esforço bem-concebido, sustentar a noção de “racismo estrutural brasileiro”, a partir de um percurso sócio-histórico.

Marcados por momentos específicos e de grande relevância, alguns “marcos históricos” estão diretamente relacionados às ações de movimentos sociais. Falamos, então, da **Marcha Negra**, durante o Centenário da Abolição em 1988, onde propôs-se uma subversão aos moldes comemorativos, visando uma reflexão crítica, conduzindo a noção de “inconclusa/inacabada”. No mesmo ano, houve a promulgação da **Constituinte de 88** (BRASIL, 2008), onde se realizou o primeiro dispositivo de criminalização do racismo (Lei nº 7.716/89, alterada pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) e reconhecimento das terras quilombolas (BRASIL, 2010).

Outro marco é a constituição de **Fóruns Estaduais de Entidades Negras**, sendo que, em 1991, houve o primeiro “Encontro Nacional de Entidades Negras”, ocorrido entre 14 e 17 de novembro, durante o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Essa articulação, como trabalharemos na próxima seção do artigo, tem relação direta com os movimentos de políticas educacionais que estão no cerne do Movimento Negro, desde os primórdios brasileiros, como estratégia e ação político-ética e cidadã.

Temos, ainda, a realização da **Marcha Zumbi** em Brasília (aniversário de 300 anos de Zumbi dos Palmares), em 1995, que visava o enfrentamento do racismo brasileiro em estruturas

# Artigo

políticas profissionais, pressionando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma “executiva” produzida pelos movimentos sociais.

*“Fiz parte da organização dessa marcha. Então, na executiva da Marcha, nós entregamos um documento para o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com um programa, com uma série de medidas, um programa mesmo, articulado para pensar nessa operação... de enfrentamento do racismo no Brasil. O Presidente da República recebe a executiva, recebe esse programa, a pauta de reivindicações nossas, nomeia um grupo de trabalho interministerial para pensar respostas aquelas pautas que estavam sendo elaboradas, por nós, o Movimento Negro. O Congresso Nacional faz uma audiência pública e recebe também a executiva da Marcha, e nos arredores da câmara, ali no gramado, você tem um grande ato público como Movimento Negro, eu estava também cuidando do ato, foi um negócio muito bonito. Nesse, de fato, nós tomamos Brasília, foi simbólica uma tomada de Brasília. A partir daí você vai ter uma mudança, uma certa reflexão do governo brasileiro, que passa então primeiramente a reconhecer o racismo como um problema nacional, o FHC é o primeiro Presidente da República que faz isso, então pela primeira vez um chefe de Estado reconhece o racismo no Brasil” (Dennis).*

Em seguida, temos a **III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**, na África do Sul, em 2001, uma conferência global de combate ao racismo, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1948), onde foi apresentada a “executiva” produzida em uma conferência paralela, composta por movimentos sociais, para realizar um documento de consenso global. A Declaração e o Programa de Ação de Durban foram estabelecidos, instituindo a ação da comunidade internacional para combater o racismo, adotado por consenso. A partir dessas (co)construções históricas, começa na sociedade brasileira a relação de comunicação entre o estado e a sociedade civil.

Sobre o direito à educação, destaca-se que a Constituição Federal de 1988 possui a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos, estabelecendo, em seu Artigo 6º, os “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

# Artigo

desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). O Artigo nº 205 determina que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Outro item relevante é a respeito da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (ONU, 1948), que, em seu Artigo 26, estipula que a educação deve visar a plena expansão da “personalidade humana” e o reforço dos direitos e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Em relação à educação brasileira e à promoção da igualdade racial, pode ser citada a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 2003) – que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional –, para, entre outras providências, incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira”: *“Ela está no coração da lei que rege a educação brasileira, mas ela vem nesse bojo de avanço das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Isso integra uma agenda que é muito recente no Brasil, que é a agenda das ações afirmativas”* (Dennis). Deste modo, a referida Lei passou a vigorar da seguinte forma:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2003).

Outro marco é a instituição do **Estatuto da Igualdade Racial** (BRASIL, 2010), que, conforme descrito em seu Artigo 1º, é destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Também trata a respeito da educação brasileira, consoante ao artigo descrito abaixo, com o escopo de resgatar a

# Artigo

contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país, por meio da história da população negra no Brasil.

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. (BRASIL, 2010).

Segundo o convidado, *“se nós não enxergarmos historicamente que o Brasil tem uma estrutura racista que permeia o Estado, a gente não consegue compreender a fundo o porquê de certos dilemas na educação e outras áreas acontecem até hoje”* (Dennis). Tal constatação nos possibilita compreender um processo dinâmico, social e histórico em que a inter-relação entre as políticas públicas, educacionais e étnico-raciais constitui políticas de identidade que reúnem, no entorno do sujeito, possibilidades emancipatórias e/ou regulatórias. Essa compreensão reconhece a realidade brasileira, configurando-se historicamente de modo ativo e passivo, ação recíproca e complexa, mas que permite o confronto do hegemonicamente estabelecido. Um processo que se aproxima do que o professor contextualiza e nos apresenta como “desideologização”, termo cunhado por Ignacio Martín-Baró (1942-1989), ação contrária e subversiva à “naturalização”. Conhecer o processo sócio-histórico pode impedir que naturalizemos os fenômenos sociais, e a produção crítica de conhecimento pauta-se por essa lógica.

*“Como diria o psicólogo Salvador Ignacio Martín-Baró, o papel do intelectual na América Latina é ‘desideologizar’ os processos, fenômenos. E o que ele chama de desideologizar? É você retirar de uma condição de naturalização. Então, por exemplo, até eu abro o meu livro, ‘Racismo estrutural’, tem uma seguinte passagem que você anda na rua, na cidade, você passa na porta de colégios particulares, caríssimos e tal, você vê uma série de crianças brancas saindo da escola, entrando nos carros, saindo com motoristas, com seus pais, seus próprios pais ou mães, ou pegando transporte escolar muito sofisticado, indo para casa descansar, almoçar, ir para o clube praticar esporte, ter o reforço escolar, fazer inglês. E você dá 10 metros, você vai chegar nos cruzamentos das grandes Avenidas, as crianças negras vendendo doces e balas para poder sobreviver. E essa paisagem a gente naturaliza, é meio que normal*



# ..... Artigo .....

ressignificação e politização da categoria raça. Essas ações são de caráter emancipador, buscando e atuando a favor da subversão da regulação da identidade étnico-racial.

Se, de um lado, tínhamos esse cenário racialista (racista) e amplamente hegemônico, que conduzia a estigmatização do negro brasileiro em um processo de naturalização propositalmente perversa, desenvolvido principalmente pela elite brasileira no âmbito “jurídico”, econômico e intelectual; de outro, tínhamos a participação ativa de figuras que compunham o(s) movimento(s) negro(s) ou o(s) articulava(m) como uma possibilidade de coletivização, que visava o combate contra-hegemônico.

Para que fosse possível prestar esforços “contracorrentes”, era necessária a produção de uma base radical que se pautava pelo empoderamento, desmistificação e composição de forças e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos. O Movimento Negro é definido como:

a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. **Para o Movimento Negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação** (DOMINGUES, 2007, p. 102 *apud* GOMES, 2017, p. 22, grifo nosso).

A ação intencional do Movimento Negro é também sintetizada pela autora como superação do racismo e da discriminação racial, valorização e afirmação da cultura e da história e rompimento das barreiras impostas pelo racismo a negros e negras na ocupação de diversos lugares. Em tese, o posicionamento é o que vem de mais rico e necessário, assumindo as contradições e a opressão gerada pela sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista.

A principal via de ação do Movimento Negro contemporâneo foi justamente a educação. A produção de conhecimento já está posta neste momento e é lembrada por Gomes (2017), quando esta considera o movimento social como uma fonte epistêmica/epistemológica que, em tensão com a realidade e suas contradições, desenvolve conhecimentos tácitos que não são menos legítimos do que os produzidos dentro de universidades. Portanto, ao fazer isso, elege o Movimento Negro como produtor epistemológico, assim como defendido e categoricamente

# ..... Artigo .....

discutido por Patricia Hill Collins, no capítulo do livro *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*, que discute a “epistemologia feminista negra”.

Gomes (2017) defende que o conhecimento válido é sempre contextual (diferenças culturais e políticas), expondo assim a questão de as experiências sociais construírem e serem construídas pelas relações sociais e conhecimentos distintos (arraigados na vivência/experiência subjetiva dos sujeitos envolvidos), tendo critérios distintos, que são fundamentados nos conflitos (conhecimentos “rivais”). Sendo assim, o Movimento Negro é um sujeito político e, no trabalho de ressignificar a realidade, assume o papel de “sujeito de conhecimento”. O pós-escravismo e as lutas do Movimento Negro exaltam a intervenção via e para a educação como “carro-chefe”.

Diante do exposto, demonstra-se a relevância da crítica social, que, para Alves *et al.* (2021), é a análise das condições, uma análise do que é o objeto como produto histórico, cultural e material. Ou seja, se trata de mostrar os aspectos que sejam insuficientes, contraditórios em determinado elemento e em determinada situação, de modo a ressaltar que a análise tem o sentido da superação da dominação, logo, é o sentido da emancipação, de modo a destacar, como pressupostos, a razão dialética e a história social. Isto expõe o movimento que realizamos para discutir a realidade elencada, a partir da crítica social e do olhar dialético, que compõe a estrutura epistemológica da identidade como metamorfose.

Olhar para o(s) movimento(s) negro(s), assim como para as narrativas que nos foram prestadas pelos convidados do debate, de forma crítica e dialética, permite-nos reconhecer tais elementos como produtos e produtores da realidade sócio-histórica brasileira e nos dá condições para intervir com o conhecimento passado e com o conhecimento futuro deste passado. Em suma, nos permite agir no presente de forma comprometida, de acordo com o que temos de informações, conhecimento e possibilidades. Agindo dessa forma, cumprimos com um movimento espiral – como a dialética nos proporciona –, no qual podemos voltar e avançar com novas concepções, a partir do que está posto. O método dialético, que considera a “negação” como uma ferramenta, também está presente nas práticas do movimento, que, nesse ponto, se diferencia dos demais, como exposto por Gomes (2017), já que o Movimento Negro é fruto da negatividade histórica, onde se compreende e produz a realidade a partir da negação da história dada, gerando novas interpretações e novas possibilidades.

# ..... Artigo .....

Essa articulação ontológica e materialista do passado, presente e futuro é o que nos garante fidedignidade na ação de pensar novos caminhos para a prática, e isso se faz presente em áreas distintas, mas aqui falamos da Psicologia Social. O professor Dennis nos oferece uma conjuntura apoiada em sua experiência intelectual, somada à sua experiência orgânica como articulador e sujeito ativo no Movimento Negro, nos apresentando a questão das leis que fazem parte hoje da pauta antirracista e civilizatória no Brasil. Já a professora Maria da Glória nos apresenta um pouco de como as mesmas leis são incorporadas e diluem-se em um movimento orgânico na prática e vivência escolar.

O cerne da discussão proposta nessa seção admite que aquilo que veio antes e está posto nos garante a realidade concreta, mas questiona: Como se dá a relação entre essa realidade concreta e a realidade orgânica não cristalizada do cotidiano?

O que buscamos dizer com isso é que a emancipação não é garantida e não é garantia, ela não é um fim em si mesma, tem que ser conquistada e reconstruída a partir de nossas atividades e da composição de nossas identidades coletivas, como nos lembra Almeida (2017). É por isso que nós, do NEPIM, trabalhamos com a noção de “fragmentos emancipatórios”: as conquistas do(s) movimento(s) negro(s) e de outros movimentos sociais, em comunhão ou não com as políticas educacionais, são fragmentos, pois não são garantia em si. Por exemplo, a lei das diretrizes de educação básica – que reconhece a obrigatoriedade do ensino, incorporação e condução da história africana e negra no país – existe, está posta, mas não se estabelece por si só, não é orgânica, depende da atividade e da consciência humana para que se torne realidade.

Na linha desse pensamento, podemos dissertar a favor de uma resposta para a pergunta antes feita: Os avanços em direção à emancipação são necessários, assim como o conhecimento produto e produtor das realidades, porém, o cumprimento com uma realidade em direção à emancipação humana sofre com tensões regulatórias que devem ser enfrentadas, e configuram o que chamaremos de “desafios emancipatórios”. Maria da Glória reconhece o desafio e nos diz: *“castrações são para serem enfrentadas”*.

Em relação aos desafios emancipatórios presentes na realidade brasileira, Dennis confirma o pensamento acerca do papel da Academia e de nosso papel como integrantes dela:

*“Se tem uma coisa que eu acho que a universidade vai cumprir um papel fundamental para a formação da sociedade é ela se transformar no espaço de reflexão de temas que sejam*

# Artigo

*contemporâneos, temas que afetam a totalidade ou, pelo menos, a maioria da população. Não que vá apresentar soluções, mas ela vai ser um espaço de reflexão livre, de debate livre, debate qualificado e no momento que nós vivemos em uma profusão de fake news e profusão de mentiras, uma profusão de intolerâncias, de uma construção de uma narrativa muito próxima, eu diria até mesmo nazista, fascista, que infelizmente não é apenas um ocupante atual no poder e nem vou falar o nome porque a gente não quer manchar essa brilhante [discussão], mas infelizmente ainda existem muitos seguidores, pessoas ainda que acreditam nesse tipo de narrativa” (Dennis).*

Como dissemos, as dificuldades não são de agora especificamente, porém, elas ainda ecoam com certa destreza nas entranhas da organicidade da vida cotidiana. O professor Deivison Faustino elabora que “o racismo é a própria impossibilidade de superação do racismo”<sup>3</sup> e do movimento emancipatório.

As tensões produzidas entre as práticas consideradas emancipatórias e as consideradas regulatórias (ou colonizadoras) acompanham um espaço-tempo que marca nossa realidade racializada, sendo essa racialização positiva ou estigmatizante. Durante a pandemia, alastraram-se os desvelamentos acerca da “estruturalidade” do racismo no país e como isso está intimamente interligado com a atividade humana internalizada e subjetivante.

A reprodução de racismo é desenvolvida e expressa a partir de elementos que não dependem necessariamente da etnia/raça, uma vez que os estereótipos são amplamente (re)produzidos pela mídia e o silenciamento – ou o que poderíamos chamar de racismo velado – está presente nos fenômenos humanos que não são necessariamente explícitos, como ideal de beleza, classe, práticas educativas, culturais e de “lazer” (vide, por exemplo, o racismo recreativo, expressado como piadas e brincadeiras). Atores políticos (professoras, gestoras, educadoras, artistas, intelectuais, agentes estatais) não estão isentos da (re)produção racista e silenciadora.

Maria da Glória discute sobre uma prática interventiva durante uma pesquisa em uma escola periférica da cidade de São Paulo e mostra-nos como as questões racistas não estão apenas associadas a sujeitos racializados como brancos, e elas não são provenientes apenas das práticas comportamentais, vulgo discriminação social.

# Artigo

“Os resultados das minhas pesquisas com as entrevistas com as professoras ganhadoras do 4º Prêmio da igualdade racial revelaram vários pontos interessantes, mas que nós já desconfiávamos, por exemplo, o fato da gente ter pessoas como nós, estudantes na academia, refletindo sobre o racismo etc., nos identificando como negros e negras, não quer dizer que a gente não reproduz o racismo. Só para a gente elucidar aqui [...]. Uma das minhas entrevistadas, que ganhou essa prática pedagógica ao realizar uma atividade lúdica com crianças de seis anos [...] no salão de beleza, tinha bonecas brancas, negras e pentes [...] e aí a professora me disse assim: ‘as crianças começaram a brincar e as crianças começaram a fazer chapinha nos cabelos das bonecas’. E eu disse assim: ‘e você, o que que você fez?’. Ela disse: ‘eu não fiz nada, porque são brincadeiras de crianças, eu não podia intervir’. E eu disse assim: ‘será mesmo que não podia intervir?’. E aí isso rendeu uma boa de uma conversa... e o que que a gente vê aí, mesmo uma pessoa ciente da ideologia racista, que trabalha com isso, a internalização dessa ideologia racista atinge níveis profundos do nosso psiquismo e ela não se deu conta, só depois que a gente conversou que ela tinha ali reproduzido o ideal de beleza de branqueamento, então como isso é uma tarefa árdua, que não é uma tarefa só para a escola brasileira, a escola brasileira não opera milagres, e não somos milagrosos, próximo de uma estrutura do racismo estrutural, a necropolítica. E, não por acaso, de quatro, três jovens assassinados são negros; e, não por acaso, suas mães, das quais eu tenho um orgulho imenso de dizer que temos um grupo na rede de proteção e resistência contra o genocídio, fizemos um grupo chamado acolher, que acolhe essas mulheres que tiveram seus filhos exterminados pelo braço armado do Estado; não por acaso, a necropolítica incide mais em nossos irmãos, em nossas irmãs, mulheres carreira solo, que sofrem e lidam com o sofrimento de um rastro da ferida aberta pela perda que é, como diz Freud, muito difícil de elaborar, sobretudo nessas condições, mas também seria um outro momento para outra conversa, vamos voltar à escola. Mas é na escola mesmo que esses filhos e essas mães também estão sendo discriminados, lá na escola eles escutam assim, ‘ah você é irmão do fulano, mas o fulano ele tava roubando’. [...] O relato dos professores é que a pandemia precarizou ainda mais o trabalho do professor, professor precisa estar remotamente para os alunos que não podem estar na escola, o professor precisa preparar as tarefas para que sejam distribuídas na escola e além de tudo, agora, o retorno presencial, que é um retorno, no meu entendimento, ali gerado querendo mostrar que estamos muito bem com fins eleitoreiros e por aí vai [...]. Pois bem, aqui os professores também

# Artigo

*perguntaram: ‘podemos fazer um grupo de apoio psicológico e escuta’, aí eu disse ‘eu topo, vamos lá’. [...] A gente não pode rejeitar a transferência, então no grupo de atendimento de apoio, os professores revelam desespero, angústia, nem todos, muitos deles vão trabalhar de condução, ônibus, metrô, e também perderam pessoas queridas. Estamos vivendo, por um lado, um luto coletivo, e ainda não parou, não cessou as mortes; e, por outro lado, estamos vivendo também nas nossas singularidades, nós estamos vivendo os lutos individuais e coletivos ao mesmo tempo. Os professores também estão desesperados, pois os seus estudantes... aumentou a vulnerabilidade dos estudantes que não tem o que comer, se não vão à escola. Alguns estudantes, ao retornar agora, verbalizaram que ‘hum, bom eu me sinto melhor aqui na escola’, e fomos saber o porquê, imagine você, lá na casa não tem o que comer, a casa é um espaço onde em um quarto dorme todo mundo amontoado, então a situação é muito séria, é muito drástica e muito penosa. Infelizmente, se a gente não lutar por uma sociedade, por uma mudança radical na sociedade, as nossas leis que são muito importantes e o professor Dennis vai falar isso, da Lei 10.639/03 que foi criada em 99, mas, infelizmente, até hoje não é implementada na escola, e por que não é implementada? Por conta de um projeto político eurocêntrico. [...] Os dados da pandemia, da trajetória dos jovens no ensino médio, 63,5% dos jovens negros, ainda de 15 a 17 anos, estão no ensino médio, [...] enquanto 75% dos estudantes são brancos, 30% dos negros, dos jovens negros, não pretendem voltar a escola, olha isso gente, porque a escola também não acolhe, a gente tem dificuldade de enfrentar o racismo vigente. Vou dar só um exemplo pra gente fechar a fala. Um dos alunos, dos estudantes negros de seis anos, procurou a professora e falou assim: ‘professora eu não aguento mais ser negro, eu não aguento mais ser chamado de macaco, de burro’, é só para a gente ficar com essa fala na reflexão” (Maria da Glória).*

Neste contexto, observa-se que, apesar dos avanços conquistados, do conhecimento produzido, adquirido e disseminado, ainda nos deparamos com o agravamento da manutenção regulatória, que, para além de concepções ideológicas, é atravessada pela necropolítica situada em nossa realidade, onde sujeitos são mortos, não apenas a morte orgânica biológica, mas de forma subjetiva, subjetivista e categoricamente afetiva. Falamos da morte da subjetividade, da morte em vida, falamos da morte na identidade.

# Artigo

O que Gomes (2017) nos mobiliza a refletir é que os movimentos e as práticas sociais emancipatórias não têm como foco grupos específicos, concebendo todos os grupos humanos, situando e focalizando, logicamente e de forma equitativa, nos que são marginalizados e estigmatizados na condição de vida. E, quando falamos da população negra, falamos de um grupo que recebe os estigmas de marginal e minoritário, mesmo sendo o maior contingente populacional brasileiro, o que também configura as políticas de identidade.

## 4 POLÍTICAS DE IDENTIDADE E IDENTIDADES POLÍTICAS

De acordo com Ciampa (2002), o esforço de construir relações entre as políticas de identidade e identidades políticas pode contribuir para a discussão de vieses regulatórios ou emancipatórios, observando “as assimetrias de poder presentes nas relações sociais” (p. 133). Para o autor, quando analisamos questões sociais que não foram resolvidas, podemos “ênfatizar conceitos de pressão e exploração” (p. 133) frente àquilo que denomina “noções de progresso e desenvolvimento” (p. 133), para a construção de análises em busca de novas alternativas sociais. Desta forma, acaba ficando evidente um processo dialético que escancara as contradições dentro de um sistema administrativo descrito esquematicamente como “poder e contrapoder” (CIAMPA, 2002, p. 136). Por isso, ao falar sobre a negritude, o autor convoca Kabengele Munanga, que descreve:

[...] estudar a negritude, leva-nos a buscar captar justamente os efeitos psicológicos do legado [da ideologia] do branqueamento sobre o processo de construção da identidade negra, lembrando como isso interfere na formação da auto-estima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca (MUNANGA, 2002, p. 10-11).

Convém afirmar que, para Ciampa (2002), ao analisarmos a construção de uma identidade negra, também é necessário analisar a construção de uma identidade branca, “ou seja, não se pode ignorar as políticas de identidade também de setores dominantes ou elitizantes da sociedade” (p. 137). Logo, o autor considera “extremamente relevante e complexa a questão das políticas de identidade. Seu estudo torna possível discutir a especificidade de lutas pela emancipação de diferentes grupos sociais, que em sua ação coletiva revelam velhas ou novas opressões” (p. 138).

# Artigo

Alves (2017) descreve que a criança é doutrina para ter certos comportamentos sociais, construídos para que ela ocupe no futuro um local nessa sociedade de classes e na “divisão social do trabalho” (p. 6). Para a autora, nessa construção e aquisição dos papéis sociais, as crianças internalizam valores e regras e acabam absorvendo ideologias construídas socialmente, e afirma: “negá-las é reproduzir a ideologia dominante de forma coercitiva” (ALVES, 2017, p. 6).

As políticas públicas de educação, ao considerarem que a situação social do indivíduo é consequência da sua formação cultural e que ele pode concebê-las sem referência direta às realidades sociais, atribuem um sentido cultural à educação e mascaram ideologicamente seu significado político e de classe, impossibilitando compreender que a cultura do indivíduo é determinada pelas realidades econômicas, sociais e políticas (ALVES, 2017, p. 7).

A partir das considerações da autora e das reflexões aqui elaboradas, é possível observar que as políticas de educação no Brasil contribuíram na constituição de políticas de identidade regulatórias para a população negra, que a colocam à margem do processo educacional. Este fato sempre se revelou como bandeira de luta do Movimento Negro brasileiro.

Santos (2020) descreve que a educação no período colonial brasileiro ficou sobre a tutela da Igreja Romana e das ordens dos jesuítas e franciscanos e o ensino era destinado às pessoas do sexo masculino e brancas, deixando excluídas as mulheres brancas/negras e todo o contingente de homens negros. A condição da mulher branca somente se modificará, de acordo com o autor, no final do Império e começo da era republicana no Brasil. Já a condição da população negra pouco se modificou e foi nesse espaço que os movimentos negros forjaram sua luta em prol da educação e outras necessidades da população negra nesse país. Assim sendo, o racismo e o machismo fizeram e fazem parte da construção histórica do Brasil: são políticas de identidade construídas através da cultura dominante e determinadas “pelas realidades econômicas, sociais e políticas” (ALVES, 2017, p. 7). Dessa maneira, a análise das políticas de identidade passa muito próximo daquilo que Fanon (2008) descreve como uma análise da sociogenia, onde “uma verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (p. 28). Indo de encontro com o que o professor Dennis nos fala:

*“A partir do pressuposto que você quer identificar grupos subalternizados, se você identificar a população negra como grupo subalternizado, está enfrentando e contrapondo a ideologia da*

# Artigo

*democracia racial, de que o Brasil não tem racismo... se eu parto do pressuposto de que não tem grupos subalternizados ou que negros não são, e que há uma democracia racial, eu vou, então, trabalhar com a ideia de que aqueles que estão na ponta chegaram por mérito, e os de baixo não têm mérito. A meritocracia tem esse papel de cristalizar processos que são construídos historicamente” (Dennis).*

Dessa maneira, podemos entender como foi construído o papel de subalterno do negro no Brasil, nos valendo de um terceiro eixo para a compreensão dessa condição através da cultura brasileira: os grupos dominantes, como Alves (2017) descreveu, e que nós denominamos como a branquitude brasileira.

A cultura no Brasil serviu como meio de pilhagem, destruição e dominação de um grupo de origem europeia contra negros e indígenas em território nacional: “O empreendimento da desaculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização econômica e mesmo biológica” (FANON, 2019, p. 67). Nessa construção histórica, o racismo foi amalgamando a colonização brasileira e construindo a figura do inferiorizado. Estudar o racismo e a cultura, para Fanon (2019), é levantar questões sobre a reciprocidade entre ambos: “Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais oriundos do encontro do homem com a natureza e com seu semelhante, devemos dizer que o racismo é, com efeito, um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo” (p. 68).

O autor descreve que o “racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar na biologia” (p. 68) sua maneira de doutrinação, através da medição de crânios, da análise do cérebro, do córtex, das vértebras e os aspectos da pele, para confirmar a inferiorização dos povos colonizados. Entretanto, esse modelo de racismo seria superado: “Este racismo que se pretende ser determinado de modo racional, individual, genótipo e fenótipo, transforma-se em racismo cultural” (FANON, 2019, p. 69).

No recorte brasileiro, o professor Dennis fala de um grande mito criado por Gilberto Freyre, a democracia racial, que, ao invés de igualar as condições sociais, econômicas e políticas, cria um mecanismo sofisticado de barragem da população negra.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais do governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico,

# Artigo

econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Abdias do Nascimento (2016) ressalta que a história não oficial do Brasil demonstra um gigantesco genocídio da população negra:

Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concebe aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Nesse momento pandêmico, ficou clara essa marginalização da população negra no contexto brasileiro, ficando mais exposta ao vírus e sofrendo as consequências dessa discriminação social, econômica, cultural e política no cenário nacional: pessoas vivendo em condições insalubres, dividindo o seu espaço com diversos familiares, sem condições econômicas e sociais para fazerem o isolamento e com pouquíssimo auxílio governamental.

*“Embora se fale que o vírus é democrático, atinge a todos, mas as desigualdades estruturais, históricas, raciais no Brasil, geraram impactos distintos da disseminação do Coronavírus. [...] A disseminação do próprio vírus evidenciou essa desigualdade, as possibilidades de enfrentamento” (Dennis).*

Além dos enfrentamentos no campo econômico, social e político nesse momento pandêmico, as crianças negras estão expostas à discriminação e ao racismo nas instituições escolares. Este fato demonstra as condições abjetas que são expostas à população negra, definidas pelo convidado como uma necropolítica: *“a necropolítica, muitas vezes, a gente sempre associa, à violência física, né. Só que há a questão da necropolítica como uma tecnologia de gestão das espacialidades. Ela divide territórios de uma forma que você vai isolando, vai ratificando misérias” (Dennis).*

Mbembe (2018) compara a condição colonial tardia à condição do território da Palestina e relata que “a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítica e necropolítica. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado” (p. 48). O autor relata sobre o

# ..... Artigo .....

imaginário cultural na cidade colonial, demonstrando a condição diferenciada de cada grupo social – colonizador e colonizado – e a diferenciação de direitos entre os grupos e descreve sobre a soberania: “‘Soberania’ significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018, p. 39). Para definir a condição do sujeito colonial, Mbembe (2018) recorre à precisão de Frantz Fanon:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a medina, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasceu-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. Os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz, a cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada (FANON, 2015, p. 55-56).

Para Mbembe (2018), faz-se a escolha de quem interessa ou quem não interessa e, no caso brasileiro, quem vive ou quem morre, não só nesse momento pandêmico, mas em toda a administração de soberania nacional: “A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (p. 41). Dessa maneira, é de fundamental importância a resistência e luta dos movimentos negros, para fazer o enfrentamento da condição social, econômica, política e educacional da população negra.

*“Os territórios negros periféricos, as experiências coletivas negras periféricas são experiências de resistência e construção. Se a educação e o espaço escolar estão sofrendo essas violências, isso não significa que jovens negros, jovens negras, mulheres negras, não estão construindo espaços alternativos para reconstruir esse espaço de educação. Porque, retomando aqui, como a gente fala sempre, eles combinaram de nos matar e nós combinamos de resistir e existir” (Dennis).*

O Movimento Negro é um sujeito coletivo e político, que vai forjando a nossa luta desde os tempos da escravidão, e continua atualmente lutando por políticas públicas em prol não só de sua comunidade, mas para todos os grupos pobres e periféricos, enquanto:

[...] coletividade onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais se defendem interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia

# Artigo

aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados. Abre-se espaço para interpretações antagônicas, nomeação de conflitos, mudança no sentido das palavras e das práticas, instaurando novos significados e novas ações (GOMES, 2017, p. 47).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate realizado é de extrema relevância, posto que, por meio dele, é possível que haja uma análise reflexiva constituidora de novos referenciais e narrativas acerca dessa temática. Em virtude dos fatos e aspectos mencionados, podem ser observados múltiplos desafios enfrentados pela população negra na educação brasileira durante a pandemia, mas não somente nesse momento, como um *continuum* da constituição do Império para a estruturação da República brasileira, que tem contribuições para a sociedade contemporânea.

Devido à sua complexidade, é relevante considerar a articulação entre identidade (como metamorfose), educação e políticas educacionais, relações étnico-raciais, movimentos sociais, vulnerabilidade, pandemia e necropolítica, por meio de uma visão crítica reflexiva, de modo a ponderar acerca do percurso metodológico dos fenômenos sociais existentes. Em relação à construção de conhecimento, ressalta-se que é imprescindível entender os discursos e narrativas, por meio de sua origem, bem como seu período, contexto, público-alvo, motivações, propósitos e formas. Desta maneira, poderia facilitar a identificação das políticas que possibilitam fragmentos emancipatórios ou colonizadores, em detrimento da emancipação.

É possível observar a manifesta diferença entre o direito à educação e o acesso, permanência e finalização desta, devido aos diversos fatores sócio-históricos demonstrados por políticas identitárias hegemônicas de poder e combatidos pelos movimentos negros brasileiros. Através de suas lutas por direitos, lutam por políticas emancipatórias em nossa sociedade. Esse momento pandêmico “desvelou” em nosso país a falta de políticas que beneficiem realmente a população negra. Os desafios para a educação são muitos e podem ser enfrentados através de construção do conhecimento nas universidades, juntamente com saberes construídos pelos movimentos negros. A conscientização dos atores políticos dentro das escolas e universidades é de profunda importância, visto que a superação dos desafios, tais como acessibilidade, permanência, inserção no mercado de trabalho e em outros níveis de educação formal, além do

# Artigo

acolhimento dos sujeitos que compõem o espaço escolar, depende de uma qualificação que ultrapasse a dicotomia entre o “mundo branco e o mundo negro” na nossa sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e emancipação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/r7L3T6x7nzrt7cmrz8sZfcs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ALVES, Cecília Pescatore. Políticas de Identidade e Políticas de Educação: Estudo sobre Identidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29172186>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- ALVES, Cecília Pescatore *et al.* (org.). **Metamorfoses do mundo contemporâneo**. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2021 (ebook). 255 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.
- BRASIL, **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em: 12 jul. 2022.
- CIAMPA, Antônio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (org.). **Uma psicologia que se interroga** – ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2018.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015. 374 p.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

# Artigo

FANON, Frantz *et al.* Racismo e cultura. *In*: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi. **Revolução africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 67-82.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3 ed. São Paulo: N1 Edições, 2018. 71 p.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021. 359 p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 319 p.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre a branquitude e o branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002. p. 10-13.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. 232 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> Acesso em: 12 jul. 2022.

SANTOS, Cláudio Ramos de Souza dos. **Negritude e alienação colonial**: um estudo sobre a identidade de uma jovem negra universitária. 2020. 200 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

---

<sup>1</sup> Maria da Glória Calado é Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP-SP), docente em Especialização em docência no ensino superior no SENAC.

<sup>2</sup> Dennis de Oliveira é Professor Doutor em regime de dedicação integral e Livre-Docente em Jornalismo, Informação e Sociedade pela ECA/USP-SP.

<sup>3</sup> Fala em um curso do AMMA Psique sobre Reconhecimento na obra de Frantz Fanon e Neusa Santos.

Recebido em: 29/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional** que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## Violência da Mulher no Brasil 2021

Fiori Simões de Freitas<sup>1</sup>

Vanessa Meirelles<sup>2</sup>

Melissa Ágda da Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse artigo discute o evento promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose intitulado “Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”. Givânia Silva, Fe Maidel e Renata Alves problematizaram a violência sofrida por mulheres negras, quilombolas, LGBTQIA+ no Brasil durante a pandemia e suas possibilidades de se reorganizarem e sobreviverem. A intersecção de suas narrativas pela teoria da identidade enquanto metamorfose trouxe à pauta ações conjuntas contra o individualismo, a desconstrução e a mudança de uma identidade enraizada no patriarcado, a resistência das mulheres e seu papel nas mudanças, como a de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Pandemia; Comunidade LGBTQIA+; Comunidade quilombola; Metamorfose; Identidade.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). Autor da pesquisa “População em situação de rua a realidade social”, que se tornou um projeto fixo no Abrigo Institucional de Taubaté. Atua em pesquisas relacionadas a relações étnico-raciais, identidade e construção da masculinidade, feminilidade, gênero e sexismo na linha da psicologia sócio-histórica. <https://orcid.org/0000-0002-5866-3961>. <http://lattes.cnpq.br/4742408149820003>. [fiorisimoes2.1@gmail.com](mailto:fiorisimoes2.1@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Psicopedagoga especialista em Educação pela Escuela de Psicopedagogia de Buenos Aires EPSIBA; Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Identidade-Metamorfose (NEPIM) da PUC-SP. Co-fundadora e coordenadora de projetos da Associação Sócio-educacional FabricAções; Idealizadora do núcleo de trabalho MulherAção; Bolsista da ONU/OIT e certificadora do programa ISUN/IMESUN através do projeto Novos Negócios Novas Realidades na América Latina. <https://orcid.org/0000-0001-9836-1610>. <http://lattes.cnpq.br/9844518673727913>. [vanessameirelles@fabricacoes.org.br](mailto:vanessameirelles@fabricacoes.org.br).

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2022/2023); Formação em Psicanálise pela CLIPP/EBP-SP (2020); Especialista em Psicologia e Relações Étnico-Raciais pelo Instituto Amma Psique e Negritude (2019); Aperfeiçoamento em Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica e Neuropsicológica pelo CEPPS (2018); Especialista em Psicologia Clínica Hospitalar pelo HC/FMUSP (2017); Bacharel em Psicologia pela UNIFESP (2016). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Apresentação de Paciente e Psicose; Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Atendimento de Crianças e Adolescentes e do Núcleo Psicanálise e Medicina na CLIPP/EBP-SP. Psicanalista associada à CLIPP/EBP. Pesquisadora sobre Identidade, Relações Étnico-Raciais e Psicanálise. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM) da PUC-SP. Fundadora da Ádapo: Diversidade, Inclusão e Saúde. <https://orcid.org/0000-0001-9558-494X>. <http://lattes.cnpq.br/2210629489344895>. [melissa.agdas@gmail.com](mailto:melissa.agdas@gmail.com).

# ..... Artigo ..... .....

## *Violence against women in Brazil 2021*

### **Abstract**

*This article discusses the event promoted by the Center for Studies and Research in Identity-Metamorphosis entitled “Necropolitics and vulnerabilities in the context of the pandemic”. Givânia Silva, Fe Maidel and Renata Alves problematized the violence suffered by black, quilombola and LGBTQIA+ women in Brazil during the pandemic and their possibilities to reorganize and survive. The intersection of their narratives with the theory of identity as a metamorphosis brought to the agenda joint actions against individualism, the deconstruction and change of an identity rooted in patriarchy, women's resistance and their role in changes, such as public policies.*

**Keywords:** *Pandemic; LGBTQIA+ community; Quilombola community; Metamorphoses; Identity.*

## *Violencia contra la mujer en Brasil 2021*

### **Resumen**

*Este artículo aborda el evento promovido por el Centro de Estudios e Investigaciones en Identidad-Metamorfosis titulado “Necropolítica y vulnerabilidades en el contexto de la pandemia”. Givânia Silva, Fe Maidel y Renata Alves problematizaron la violencia sufrida por mujeres negras, quilombolas, LGBTQIA+ en Brasil durante la pandemia y sus posibilidades de reorganización y supervivencia. La intersección de sus narrativas con la teoría de la identidad como metamorfosis trajo a la agenda acciones conjuntas contra el individualismo, la deconstrucción y el cambio de una identidad arraigada en el patriarcado, la resistencia de las mujeres y su papel en los cambios, como las políticas públicas.*

**Palabras clave:** *Pandemia; Comunidad LGBTQIA+; Comunidad quilombola; Metamorfosis; Identidad.*

## **1 INTRODUÇÃO**

*“[...] um futuro no qual as identidades criadas pelo colonialismo  
possam dissolver-se”  
(ALCOFF, 2016, p. 137).*

A intelectual brasileira Lélia Gonzalez, em muitas de suas entrevistas, frisava que o importante é estarmos sempre atentos aos processos que ocorrem em nossa sociedade e trabalharmos para a transformação do real (GONZALEZ, 1984). Nesse sentido, na data de 08 de setembro de 2021 a Professora Dra. Cecília Pescatore Alves deu continuidade ao evento promovido pelo NEPIM, intitulado “Necropolítica e vulnerabilidades no contexto da pandemia”. Nesse dia, o espaço foi ocupado por três mulheres: Givânia Silva, educadora,

# Artigo

quilombola e especialista em Programação de Desenvolvimento Local e Sustentável; Fe Maidel, psicóloga e comunicadora social, especialista em sexualidade e gênero, co-fundadora da Associação de Profissionais da Saúde Integral Travestis, Transexuais e Intersexos e assessora de coordenação de políticas LGBTQIA+ da Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo; e Renata Alves, psicóloga, especialista em Impactos da violência na saúde e co-fundadora da ÁDAPO. Juntas, elas problematizaram a violência dessa parcela da população no Brasil de 2021 e pensaram sobre as possibilidades de reorganização para sobreviver “coletivamente à tormenta conservadora – neoliberal e – por que não? – com traços de fascistização política e social” (MANO; FALQUET, 2021, p. 21).

Antes de enveredarmos pelo debate desenvolvido, é necessário definirmos alguns denominadores comuns. O primeiro deles? Não somos todas uma única mulher. Esse ponto de partida nos obriga a refletir na direção da (des)naturalização da ideia da mulher universal, como sugerem pensadoras brasileiras e francesas (CARNEIRO, 2019; MATHIEU, 2021; RIBEIRO, 2020; WITTIG, 2019). E, para essa tarefa, é preciso irmos além do exame dos fatos que compõem esse cenário de violência naturalizada e que impede enxergarmos a opressão. É vital criticarmos e refletirmos sobre a construção social de homens e mulheres, categorias que, segundo Mathieu (2021), devem ser pensadas juntas, visto a relação social dialética de poder que as produz – longe da natureza, abdicando da “estrutura universal [e considerando] outras intersecções” (RIBEIRO, 2020, p. 20). Givânia, Fe e Renata fizeram esse caminho reflexivo e nos convidaram a seguir com elas, apontando as contradições e as diversas modalidades de fragmentação da mulher universal, cuja apreensão e compreensão parece ainda um desafio para quem ocupa o espaço da categoria dominante (MATHIEU, 2021).

O segundo denominador comum, a ser definido antes de avançarmos, se refere ao lugar de onde falamos e atuamos. Com quem devemos debater o tema “Violência contra a mulher”? Estariam todos aptos a entrar nesse diálogo? Quem pode falar e quem deve ouvir? Para responder a essas perguntas é interessante considerarmos o que afirma Mathieu (2021) ao recomendar escutarmos as mulheres que, por sua experiência direta da dominação, teriam melhor conhecimento sobre seus efeitos. Decolonizar o pensamento do branco brasileiro passa por ver e ouvir quem foi desumanizado nesse processo de dominação, devolvendo-lhes a posição de sujeito político, criando espaço para que seus discursos contra-hegemônicos ecoem, restituindo suas humanidades negadas. Entretanto, é sabido que aquele “quem possui o

# Artigo

privilégio social, possui o privilégio epistêmico, dado que o modelo valorizado de ciência é branco” (RIBEIRO, 2020, p. 24).

Givânia, Fe e Renata trouxeram de suas jornadas alguns instrumentos para apurarmos os nossos sentidos e juntos enxergarmos não só as opressões, mas principalmente a maneira como são colocadas em prática nas imbricações sexo/raça, revelando, assim, os corpos socialmente construídos e aqueles mutilados e desmantelados. Partilhando seus processos de resistência, nos implicam em suas trajetórias e nos convidam a refutar o papel atribuído a tantas: invisíveis vítimas? Não! Revelam-se potentes e seguem na trilha que provoca e desestabiliza o que é considerado como dominante, convidando a refletir sobre a localização cultural e social do saber universal que, ao longo de séculos, desconsiderou a prática e a cosmogonia dos povos colonizados como legítima.

Com suas vozes, Givânia, Fe e Renata abrem uma brecha no tempo e no espaço, parindo as novas possibilidades de metamorfoses emancipatórias, mesmo que em fragmentos, delineando identidades políticas, unindo pensamento à prática e, com isso, refletem e enfrentam a lógica criadora das políticas identitárias que constroem esse cenário e seus elementos. Ampliam o debate sobre o projeto de sociedade e, mais uma vez, nos implicam no enfrentamento do que aí foi criado, como sugerem Gonzalez (2019) e Alcoff (2016), longe do olhar do colonizador, do outro que nos define.

Fica clara a importância da necessária interrupção do “regime de autorização discursiva”, que entende o discurso como um “amontoado de palavras”, para compreendê-lo “[...] como um sistema que estrutura determinado imaginário social” (RIBEIRO, 2020, p. 55). Givânia, Fe e Renata estão sim falando de poder e de controle, apresentando aos leitores outras visões, enriquecendo o debate conceitual sobre violência contra a mulher sem esvaziar os muitos saberes envolvidos em detrimento de sua localização social mais ou menos privilegiada.

O lugar imposto pelo que ocupa a posição dominante dificulta a possibilidade de transcendência? Sim! A condição imposta à mulher em nossa sociedade, considerando a divisão sexual do trabalho, obriga muitas, “sobretudo as negras” (RIBEIRO, 2020, p. 65), a partirem de pontos desiguais. A psicóloga, escritora, teórica e artista Grada Kilomba realizou em 2016 uma performance no Brasil chamada “Descolonizando o conhecimento” e expôs aos presentes, em alto e bom som, “não só a violência da produção de conhecimento clássico, mas também como essa violência é realizada em espaços acadêmicos, culturais e artísticas, que determinam tanto ‘quem pode falar’ como ‘sobre o que é que se pode falar’” (KILOMBA, 2016, s/p.).

# Artigo

Como nos revelaram as convidadas, a discussão que importa é a estrutural sobre o *locus social*, refutando a “irreal neutralidade epistemológica, [pela] necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los como localizados, [rompendo] com um postulado de silêncio” (RIBEIRO, 2020, p. 88). Passemos a elas.

## 2 DEBATE

Após a apresentação de cada participante e suas vivências nas respectivas áreas de atuação, o debate teve início por meio de uma rodada temática envolvendo os principais desafios vivenciados por mulheres em sua atuação e vida coletiva, sobretudo diante do contexto pandêmico e seus efeitos, bem como a relação destes com questões identitárias e ideológicas.

A primeira intervenção considerou o local de fala que possibilita a interpretação da realidade: Givânia Silva abordou as comunidades quilombolas, seu histórico de formação e o desafio de ressignificação desses espaços, que representam locais de resistência, cuja característica fundamental é a presença das mulheres e seu forte papel nas comunidades.

Na narrativa da palestrante, evidencia-se que o histórico de fome e desemprego são recorrentes e estruturais, cuja base é racista e patriarcal. Contudo, observa-se que a negação de direitos, o desmonte de órgãos técnicos de proteção e a descontinuidade das políticas públicas direcionadas são potencializadas de forma progressiva desde 2016: “[...] *A fome, o desemprego, então, isto não é uma condição, uma busca nossa, mas é uma imposição de um sistema que, por muito tempo, não conseguimos combatê-lo efetivamente*” (Givânia Silva).

Neste contexto, os desafios trazidos pela COVID-19 e suas consequências socioeconômicas intensificaram os processos de vulnerabilidade local e desigualdade existente, amplificando desafios de acesso à saúde, de deslocamento e à renda, bem como uma complexidade de infraestrutura de acesso à rede e energia elétrica insuficientes ou inexistentes.

Foram observados movimentos de mobilização e apoio entre as mulheres quilombolas, para acesso a itens de proteção, como máscara, e higiene, para os que não tinham acesso, assim como de ações informativas, de acesso à saúde e de recebimento de benefícios emergenciais, ambos liderados por mulheres. Processos de denúncia contra o Estado pela não assistência aos quilombolas e de luta para acesso à vacinação enquanto público prioritário também foram realizados: “[...] *Enfrentamos a pandemia e um pandemônio ao mesmo tempo, que é lidar com esse governo, com um governo autoritário, um governo que despreza a ação das mulheres, um*

# Artigo

*governo que acabou com as políticas voltadas para as mulheres, para as pessoas negras” (Givânia Silva).*

Ainda sobre os desafios enfrentados, Givânia Silva discorreu sobre a lógica de isolamento em um território compartilhado, vista como sem sentido por seus membros, graças ao compartilhamento do pertencimento ao território, que aproxima os integrantes das comunidades e faz com que os quilombos em sua totalidade sejam tidos como “casa”.

A fala foi encerrada com a perspectiva de futuro limitada, sendo a principal agenda a sobrevivência ao contexto e a manutenção da resistência e luta pela garantia de direitos, com ações de mobilização de governos e da sociedade civil. Para além do sobreviver, é almejada a vida digna para todas e todos, onde “*o bem viver só é capaz de ser falado, enunciado, de fazer com que a todos nós possamos nos manter vivos e vivas resistindo e vivendo com dignidade e não apenas lutando para sobreviver a todos os problemas que nós já tínhamos na nossa estrutura e foram acrescidos por autoritarismo [impulsionado por lideranças políticas atuais]*” (Givânia Silva). Com a construção demonstrada, foi ressaltado o sistema de exclusão anterior ao contexto pandêmico, que vai além da desigualdade de gênero, com agendas racistas, de desigualdade regional, entre outros mecanismos de subjugação.

De forma complementar, Renata Alves se identificou enquanto psicóloga que atende na atenção primária. Ela começou sua fala definindo o perfil das mulheres às quais atende, sendo em sua maioria dos entornos aos serviços de referência, representando desafios de acesso à recursos e a transporte.

Enquanto perfil, o padrão de mulheres sobrecarregadas com jornadas duplas, em vulnerabilidade socioeconômica e com autoestima e autoimagem comprometidas é absoluto, o que acompanha crenças de insuficiência e incapacidade, com efeito de menor perspectiva de ruptura com condições econômicas e sociais vivenciadas, afetando negativamente a busca por atendimento, assim como a vergonha e o receio de sofrer violências institucionais, como serem julgadas pelas situações em que se encontram.

Em sua escuta de mulheres, a palestrante percebeu grande aumento no número de casos de sofrimento em saúde mental, assim como a intensificação da gravidade dos casos atendidos e o aumento de casos de violência contra mulheres, “[...] *mas eu comparo a minha percepção em relação ao antes da pandemia, o período que eu trabalhei antes, e esse um ano e meio agora, o que a gente sentiu de mudança [...]*” (Renata Alves).

# Artigo

A escalada da violência sofrida por mulheres foi trazida como ponto de atenção em sua progressão, enquanto psicológica, física, patrimonial e sexual, sendo as violências psicológicas as menos perceptíveis para as vítimas e menos denunciadas: *“Muitas vezes, a questão da violência psicológica é menos denunciada porque a gente é mais tolerante a isso, né, a gente cresce aprendendo que é normal sofrer bullying, racismo na escola, ser humilhado, a gente tem uma tolerância muito maior”* (Renata Alves).

É necessária a ampliação de rede especializada para atendimento de mulheres e de agressores, para que alcancemos o rompimento real dos ciclos de violência observados, assim como políticas de enfrentamento à naturalização das violências, tidas como toleráveis por critérios sócio-históricos, a depender da realidade experimentada, que muitas das vezes são consequências de vivências familiares e de comunidades do entorno com características violentas, tidas como normalizadas.

A fragilização dos aparelhos públicos, associada a alta demanda de bairros vulneráveis e superpopulosos frente a sobrecarga do sistema e cortes de verba, são fatores centrais no contexto de precarização dos atendimentos a população. Neste cenário, foi trazido ao debate o critério da interseccionalidade enquanto importância do reconhecimento da complexidade da somatória das vulnerabilidades de mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, da comunidade LGBTQIAP+ ou em vulnerabilidade econômica: *“[...] A gente vai pensar na questão na interseccionalidade, né, da somatória das vulnerabilidades, onde que está a mulher negra, pobre, não heterossexual, a mulher transgênero, a mulher com deficiência física, que lugar essa mulher ocupa no social?”* (Renata Alves).

Encerrando a mencionada rodada, Fe Maidel relatou, enquanto psicóloga clínica e articuladora de movimentos sociais da população LGBTQIAP+, o receio de ocupação dos espaços públicos, experimentado principalmente por pessoas trans, durante o contexto pandêmico. Dentro dos atendimentos emergenciais instituídos, estão as consultas psicológicas gratuitas, online e presenciais, de abrangência nacional. Os efeitos econômicos da pandemia para prestadores de serviços e pessoas que trabalham artisticamente e a alta taxa de desemprego afetaram intensamente a comunidade LGBTQIAP+, visto que os serviços onde esta comunidade mais atua, como salões de beleza e casa de shows, foram os mais afetados, tidos como serviços não essenciais. Então, redes de apoio informais para doação de alimentos foram implementadas, com a logística de entrega para as pessoas em vulnerabilidade mapeadas:

# Artigo

*“[...] A pandemia colapsou toda a economia da população LGBT, que vive, principalmente, da prestação de serviços, que vive de espetáculos públicos, [...] simplesmente não havia trabalho. Começaram a se estabelecer redes de apoio e captação de cestas básicas de maneira muito informal e de envio de viveres, principalmente, para as periferias” (Fe Maidel).*

Assim como a violência doméstica e a toxicidade nas relações – intensificadas em momentos de crise –, os gargalos sociais expostos pelas lógicas racistas, sexistas, misóginas, de desigualdade de acesso à educação, trabalho e renda, devem ser endereçados com a reconexão das pessoas com seu próprio potencial criativo e financeiro. As intervenções têm como meta o fortalecimento da resiliência, o resgate da autonomia, da dignidade e da autoestima das pessoas atendidas, por intermédio da ativação de trabalho em rede, ressaltando a importância do pensamento voltado para o coletivo no enfrentamento dos desafios expostos.

As convidadas versaram também sobre a possibilidade de acesso à informação e maneiras de pensar estratégica e coletivamente, para que assim possamos atravessar as adversidades impostas pela questão social e pelo momento pandêmico. As três falas nos levam a construir condições para transpor as contradições visibilizadas neste momento de crise, pensando na construção e reconstrução de uma nova sociedade, visto que nosso horizonte é trabalhar com identidades em processo de emancipação e na configuração de possibilidades de reação contra as políticas identitárias regulatórias, que impõem uma determinada forma de ser.

A partir do panorama que Givânia Silva expôs sobre a vivência e sobrevivência da população quilombola, ela foi convocada a exteriorizar em detalhes as estratégias que as mulheres quilombolas estão construindo para sobreviver ao contexto pandêmico e as suas especificidades no atual cenário político. A convidada primeiramente nos chamou a atenção para as invisibilidades das mulheres quilombolas, tanto na participação política quanto nos processos de resistência. Ressaltou ainda que, no imaginário social, os quilombos são tidos como algo que faz menção ao período de escravidão e, nessa perspectiva, as mulheres quilombolas somente ganham destaque a partir do desempenho das atividades domésticas: *“Elas podem até não ser visualizadas, mas a ação política quando a gente é descrita é somente com as atividades domésticas” (Givânia Silva).*

No entanto, nos advertiu que, na modernidade, vivemos ainda períodos de escravidão, pelos meios de comunicação, por exemplo: *“[...] Mas a escravidão, ela não está no quilombo apenas, ela está na sociedade, nós estamos vivendo a escravidão moderna e achamos que*

# Artigo

*estamos evoluindo. Nós analisarmos o dia de ontem é um bom parâmetro para pensarmos o que é a escravidão mental” (Givânia Silva). Ela apontou como solução para essa invisibilidade a promoção do conhecimento sobre a história dessas mulheres e sua participação social.*

Com relação às estratégias de sobrevivência adotadas por essas mulheres, foi apontado a aposta na vivência da coletividade preservando a individualidade, demonstrando uma preocupação não só individual, mas também coletiva, em particular na de outras mulheres chefes de família. Relatou, também, a construção de redes de apoio, a conscientização sobre os cuidados em saúde no momento pandêmico e a extensão dos saberes ancestrais, como o uso de ervas, chás e outras ferramentas da medicina caseira e natural:

*“[...] Como essa solidariedade já é uma característica da coletividade e já são características das mulheres quilombolas, na pandemia elas se fortaleceram e fizeram valer e pensar sobre a vida de cada uma delas, estendendo esses saberes de curas, dos chás, da medicina caseira alternativa e natural, que fosse do aprender a fazer algo de proteção a vida” (Givânia Silva).*

Givânia encerrou sua contribuição expressando seu pesar com o descaso com a saúde e cuidado desempenhado por algumas pessoas, evidenciando que, talvez, a grande questão e o maior desafio da sociedade para ultrapassar os problemas sociais exacerbados pela pandemia seria sustentar a capacidade de cada um pensar em si e no próximo:

*“[...] As mulheres do quilombo Barra de São Benedito, elas começaram a fazer, aprenderam fazer máscaras, aprenderam a fazer sabão, fizeram campanhas para que as mulheres do Quilombo de Barreirinhas não viessem para a cidade porque aí a gente já estava mostrando para elas e para eles que a ida para cidade era também um perigo” (Givânia Silva).*

Neste momento, Renata Alves foi convocada a discorrer sobre como melhorar o sistema de notificação dos casos de violência sofridos por mulheres que estão em vulnerabilidade social, dado que esse tipo de violência se agravou com o advento da pandemia. Além disso, foi convidada a falar sobre os meios adotados pela atenção básica para aumentar a visibilidade e o acesso aos cuidados a essas mulheres, a forma de acolhida que elas precisam nos demais serviços de saúde e como pensar uma articulação da rede de saúde de maneira mais eficaz.

# Artigo

A primeira pontuação feita pela convidada foi no tocante ao aumento dos investimentos, tanto material quanto profissional, para melhorar a acolhida das mulheres que se encontram em situação de violência, melhorando a precisão dos dados estatísticos fornecidos e a consequente atuação dos profissionais de assistência: *“Ter uma estrutura melhor que possa acolher essas mulheres com mais profissionais, que não estejam sobrecarregados e que tenham a capacidade de cuidados” (Renata Alves).*

Renata chamou atenção para a necessidade de comunicação entre os serviços de assistência a essa população e o setor judiciário, pois dessa forma supriria os casos de subnotificação e impediria o agravamento de casos de feminicídio, que aumentaram ainda mais no período pandêmico: *“Eu acredito que as pessoas podem ter um outro olhar, dar outra acolhida, a gente tem uma rede forte com a assistência, por exemplo, mas não com a segurança e com a justiça, é algo muito pontual, talvez trazer para mais perto esses serviços que estão mais distantes, como as delegacias da mulher” (Renata Alves).*

Finalizando sua fala, Renata apostou no fortalecimento das potencialidades dessas mulheres, para que elas possam ter autonomia em sua própria vida, compreendendo melhor suas necessidades, seus desafios e transpô-los:

*“[...] Compreender melhor o outro e suas necessidades, tornar o outro mais autônomo, mais independente, compreendendo que você é um sujeito de potência, essas são as ferramentas que estão a sua disposição e elas estão aqui para que você consiga ir mais adiante e ter autonomia sobre sua própria vida, ver suas próprias necessidades e desafios” (Renata Alves).*

Já a convidada Fe Maidel, que promoveu sua intervenção a partir da perspectiva da população LGBTQIAp+, foi requisitada a discorrer sobre a sua atuação com esse extrato social, apontando as estratégias adotadas junto aos coletivos que dão suporte a essa população, os desafios enfrentados em busca da dignidade dessas pessoas e quais as potências observadas, em especial no grupo de mulheres trans que são marginalizadas, que podem auxiliá-las na luta e na resistência contra a necropolítica que se fortaleceu com a pandemia.

Em resposta, Fe Maidel indicou que, enquanto profissionais que atuam em conjunto com essas pessoas, nosso trabalho é fazer com que elas se aproximem de seu potencial, instrumentalizando-as por meio da organização das comunidades, auxiliando no estabelecimento de redes de apoio sólidas que tragam benefícios para a comunidade, através de

# Artigo

alianças produtivas, criativas e confiáveis: *“Nós vamos lá e mostramos, gente vem cá, nós não iremos ensinar como fazer, a gente vai ensinar como enxergar o potencial, esse é o nosso papel como acadêmicos, como estudiosos, como ativas no processo de organização” (Fe Maidel).*

Em suma, as contribuições apresentadas por Givânia Silva, Renata Alves e Fe Maidel, como que em uníssono, referiram-se ao conhecimento da história, das lutas e participação social das mulheres dos mais diversos lugares, apostando na força do coletivo, na educação em busca do enfrentamento e da melhoria de vida como uma possível saída da situação de vulnerabilidade, sempre preservando a diversidade e fazendo prevalecer as diferenças, para a construção de uma sociedade mais equânime.

Finalizando o debate, as três participantes passaram uma mensagem sobre a coletividade e a união para o enfrentamento dos temas tratados. Assim, Fe Maidel trouxe a luz que a necropolítica está atrelada ao dia a dia, e que durante a pandemia as mulheres sofrem muito mais: *“Quando a gente vê que as mulheres durante a pandemia foram as que mais pagaram o preço, a gente vai ter que analisar por que a corda está roendo nesse lugar e é aí que a gente tem que intervir” (Fe Maidel).* Relatando o desfavor que algumas autoridades fizeram durante o período pandêmico, a palestrante colocou a proposta de uma ressignificação para esses cargos e saberes, ressaltando a importância da pesquisa, ciência e saber acadêmico.

Também desvelou, nesta mensagem final, a relevância de compreender o fascínio que algumas pessoas têm e a periculosidade da sustentação de uma ideia pautada no preconceito, estimuladas por uma “ajuda nada favorável” de um governo que não apresenta políticas públicas ou qualquer forma de intervenção para que haja um amparo para as mulheres: *“A gente tem que ficar de olho neles, Hitler subiu ao poder assim, Mussolini subiu no poder assim, eles estão copiando a métrica deles. [...] A gente tem que ler e entender como isso funciona, porque isso apaixona tanto as mentes, para que possamos desmistificar isso” (Fe Maidel).*

Para finalizar, a convidada fez um apontamento com relação ao poderio das autoridades e a necessidade de um olhar mais clínico sobre elas, atentando para que as mesmas não possam chegar ao poder com pensamentos que atrasam e até mesmo prejudicam as minorias sociais: *“Eu acredito muito na questão da resiliência, buscar forças, buscar meios de resistir porque não tem outra saída e a gente tem que se entender mais a nível individual, conhecer nossas limitações e aceitar as limitações do outro e buscar apoio em nossas dificuldades” (Fe Maidel).*

Renata Alves trouxe, então, a resiliência e a resistência como armas para combater tais dificuldades, entendendo as limitações de si e do outro. É nessa busca de achar o semelhante

# ..... Artigo .....

que também se busca a construção de uma identidade. E, nessa construção, a troca do frágil para o forte, por meio de todo apoio que se possa encontrar: *“Eu vou mudar desse padrão de identidade da pessoa que se vê frágil e buscar uma identidade de resiliência, de coletividade, que às vezes sozinho a gente não consegue, mas procurar se apoiar em pessoas que são suas semelhantes ou não, que simpatizem e possam dar esse suporte”* (Renata Alves).

A palestrante colocou a questão da meritocracia como algo delicado para se falar, fazendo todos nós refletirmos sobre o lugar que cada um está e como chegou até ali. A percepção do outro, o contexto no qual está inserido e sua história são fundamentais para o fortalecimento de uma resistência.

Por fim, Givânia Silva disse que o machismo é uma construção social e mostrou a compreensão como uma forma de entender o todo, defendendo que é no todo que se pode vencer as questões que assolam os temas trabalhados. Assim, ela mostrou que o posicionamento diante dos problemas como racismo, lesbofobia, transfobia, já se revela um meio de luta contra essas questões: *“[...] Nós sejamos compreensíveis e entendamos que essa sociedade é de todos nós e que se esse mal persegue corpos, se esses males ainda eliminam corpos, todos nós somos responsáveis. [...] Eu posso ser alguém, uma pessoa para lutar contra isso”* (Givânia Silva).

Dentro desta esfera apresentada, a convidada fez um convite para a luta pela democracia e por acessos, defendendo a equidade destas pessoas: *“[...] Não tem algo mais perverso, esperar os negros e as negras contra o racismo, que enriqueceu e enriquece tanto, mas que ao mesmo tempo mata tantas pessoas todos os dias, esperar que só elas se indignem com isso é muita perversidade”*. Nesse sentido, cada um pode fazer a sua parte para que sejam vencidos os problemas que permeiam as minorias: *“[...] [para que] respeitam a diferença e garantam acessos iguais a pessoas diferentes, cada um tem que fazer alguma coisa”* (Givânia Silva).

A convidada pontuou, ainda, diferentes questões como desmatamento e poluição, ressaltando que elas precisam ser combatidas por todos e não apenas por quem lida diretamente com isso: *“A questão da poluição, a questão do desmatamento, a questão das grandes queimadas, a questão da mineração, a questão da pobreza, não é problema de uma pessoa e nem de um grupo social, é de toda sociedade brasileira [...]”* (Givânia Silva). Deste modo, ela encerrou a sua fala fazendo entender que tudo isso é um problema social, visto que fazemos parte desta sociedade, logo, também passa a ser problema nosso: *“Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra”* (BAIRROS, 1991, p. 461).

# Artigo

## 3 REFLEXÕES FINAIS

Armadas para o bom combate, é possível afirmarmos que Givânia Silva, Fe Maidel e Renata Alves lançaram as bases para pensarmos possibilidades de ações conjuntas, acenando, como sugerem Mano e Falquet (2021), com a probabilidade de estarmos do mesmo lado no campo de batalha que está posto e, quiçá, reconstruirmos as pontes queimadas pelo individualismo. Lutas coletivas são fundamentais para fazer aflorar novos pontos de vista, desconstruindo e desnaturalizando o que está cristalizado, em busca da ressignificação dos espaços de resistência, onde as mulheres desempenham um forte papel enquanto lideranças comunitárias, principalmente em contextos de intensificação de vulnerabilidades agregadas pela realidade criada pela pandemia e seus desdobramentos, em critérios econômicos e sociais.

A agenda incluiu os enfrentamentos da escalada de violências sofridas e de sobrecargas de jornadas em ambientes domésticos, o fortalecimento da autoestima e da autoimagem de mulheres, as lutas por sobrevivência, defesa de direitos e ocupação segura do espaço público, com acesso à renda, trabalho, moradia e saúde. Sendo que, para além da desigualdade de gênero, mulheres negras, com deficiência, da comunidade LGBTQIAP+ ou que convivem com menor acesso a renda e maior desigualdade regional, são as que se encontram em situações mais vulneráveis, tornando-se, elas mesmas, as mais vulneráveis.

Pontos de partida diversos e plurais? Enxergar para enfrentar, assim escreveu a pensadora Mathieu (2021), criando a estrutura primeira para pensarmos nessas possíveis ações conjuntas. Enquanto isso, o poeta Galeano nos inspira ao dizer que o horizonte utópico se move à medida que nos aproximamos dele. Será possível uma utopia coletiva? Mathieu (2021) sugere que o primeiro passo precisa revelar a medida da consciência dominada e assim permitir a compreensão das formas de resistência que, no Brasil, se estruturam sobre o machismo, o racismo e o colonialismo.

Com isso, Santos (2020, p. 6) afirma ser urgente nos atentarmos para o termo mercado, o “megacidadão informe e monstruoso que nunca ninguém viu nem tocou nem cheirou, um cidadão estranho que só tem direitos e nenhum dever. É como se a luz que ele projeta nos cegasse” e nos impedisse de acreditar que há, sim, outra maneira de existirmos no mundo, na vida, longe da “ciência [...] que soube colocar as descobertas acerca do aprendizado humano a serviço do capital” (SANTOS; MEIRELLES, 2021, p. 12). Seria possível pensarmos nessa

# ..... Artigo .....

outra forma de existirmos, uma utopia emancipatória como meta visada? Ciampa (2005) nos diria que sim, afinal, o indivíduo não é algo dado, ele é o que faz.

## Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis... Ora!  
Não é motivo para não querê-las  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas  
(QUINTANA, 1951, p. 36).

## REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

BAIROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. *In*: LOVELL, Peggy (org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. The black woman's place in the Brazilian society. *In*: NATIONAL CONFERENCE AFRICAN-AMERICAN POLITICAL, 1984, Baltimore. **Anais [...]**. Baltimore: Caucus/Morgan State University, 1984.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra performance de Grada Kilomba, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

MATHIEU, Nicole-Claude. **A anatomia política**. Salvador: EDUFBA/Neim, 2021.

MANO, Maíra Kubík; FALQUET, Jules. Prefácio à edição brasileira. *In*: MATHIEU, Nicole-Claude. **A anatomia política**. Salvador: EDUFBA/Neim. 2021.

..... **Artigo** .....

QUINTANA, Mario. Das utopias. *In*: QUINTANA, Mario. **Espelho mágico**. Porto Alegre: Globo, 1951.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Thais Felipe Silva; MEIRELLES, Vanessa. Remotamente perto: o trabalho assalariado invade a vida privada. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 20, p. 1-17, 2021.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8668113/27960>. Acesso em: 15 jun. 2022.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.).

**Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Recebido em: 30/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante: um debate sobre o direito a ter direitos

Diane Portugueis<sup>1</sup>

Suélen Cristina de Miranda<sup>2</sup>

Clara Scaldelai do Nascimento<sup>3</sup>

### RESUMO

O manuscrito aborda a condição do ser/estar migrante na atualidade sociopolítica brasileira, por meio da interlocução de três profissionais e pesquisadoras a respeito do movimento necropolítico e das vulnerabilidades impostas diariamente pela hospitalidade condicionada. Objetiva-se contribuir para a construção de um lugar que não naturalize e homogeneíze o migrante como categoria, propondo a ampliação do entendimento de sua singularidade e das particularidades que atravessam a migração. Ao subjugar existências, potenciais são apagados e direitos silenciados, e é somente com a escuta deste silêncio que a morte simbólica condicionada à não garantia de um lugar de existência genuína pode, talvez, ser combatida. Por fim, pontua-se a necessidade que o tema das migrações deixe de ser um tópico marginal, tendo ampliado o enfoque na sua relevância.

**Palavras-chave:** Migração; Garantia de Direitos; Hospitalidade; Inclusão; Exclusão.

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda bolsista CAPES, doutora e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), graduada em Psicologia (Mackenzie). Integra o corpo docente do curso de Pós-graduação em Suicidologia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). <http://orcid.org/0000-0002-8347-2761>. <http://lattes.cnpq.br/3641556230431708>. [dportugueis@gmail.com](mailto:dportugueis@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda e mestre em Psicologia Social (PUCSP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM). cursou extensão universitária em Analista de Recursos Humanos (FGV) e graduação em Psicologia (Mackenzie). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, e mantém seus interesses acadêmicos voltados para Psicologia Social, Identidade e Migração. <https://orcid.org/0000-0003-4146-0006>. <http://lattes.cnpq.br/1122463673971080>. [suca\\_miranda@hotmail.com](mailto:suca_miranda@hotmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia Social (PUCSP), junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), bacharel em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo. Atua com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com foco na proteção social básica e nas intersecções entre Organizações da Sociedade Civil (OSCs), políticas públicas e articulações comunitárias. <https://orcid.org/0000-0002-8762-9105>. <http://lattes.cnpq.br/2498695738197693>. [clara.scaldelai@hotmail.com](mailto:clara.scaldelai@hotmail.com).

# Artigo

*Pandemic actuality and the migrant condition particularities: a debate on the right to have rights*

## **Abstract**

*The manuscript addresses the condition of a migrant in the current Brazilian sociopolitical situation through the dialogue of three professionals and researchers about the necropolitical movement and the vulnerabilities imposed daily by conditioned hospitality. The objective is to contribute to constructing a place that does not naturalize and homogenize the migrant as a category, proposing to broaden the understanding of its singularity and the particularities that cross migration. By subjugating existences, potentials are erased, and rights are silenced, and only by listening to this silence that the symbolic death conditioned to the non-guarantee of a place of genuine existence can, perhaps, be combated. Finally, the need for the migration issue to stop being a marginal topic is highlighted, having expanded the focus on its relevance.*

**Keywords:** Migration; Guarantee of Rights; Hospitality; Inclusion; Exclusion.

*Actualidad pandémica y las particularidades de la condición migrante: un debate sobre el derecho a tener derechos*

## **Resumen**

*El manuscrito aborda la condición de migrante en la actual situación sociopolítica brasileña, a través del diálogo de tres profesionales e investigadoras sobre el movimiento necropolítico y las vulnerabilidades impuestas cotidianamente por la hospitalidad condicionada. El objetivo es contribuir a la construcción de un lugar que no naturalice y homogeneice al migrante como categoría, proponiendo ampliar la comprensión de su singularidad y las particularidades que atraviesan la migración. Subyugando existencias se borran potencialidades y se silencian derechos, de modo que solamente escuchando ese silencio se puede, quizás, combatir la muerte simbólica condicionada a no garantizar un lugar de existencia genuina. Finalmente, se destaca la necesidad de que el tema migratorio deje de ser marginal, habiendo ampliado el foco sobre su relevancia.*

**Palabras clave:** Migración; Garantía de Derechos; Hospitalidad; Inclusión; Exclusión.

## **1 INTRODUÇÃO**

*“[...] Sou brasileira, nascida no Quênia, [...] e levo comigo a identidade e cultura brasileira, porém também levo comigo a identidade e cultura queniana, sendo literalmente uma afro-brasileira, filha de pai africano e mãe brasileira, vivi na pele os conflitos e prazeres de ser uma migrante. O direito de migrar é inviolável, sendo que para isso, deveria se ter um ‘direito’ de receptividade sem preconceitos, sem julgamentos [...]. Ter um diálogo e uma relação saudável frente às diferenças culturais, raciais e de*

# Artigo

*gênero com o migrante e refugiado [...]. Anos após anos, imigrantes e refugiados vivem as mesmas situações boas e ruins, pelo simples fato de serem imigrantes. Acabamos num ciclo vicioso de recepção e imersão em outra cultura, de formas muito parecidas. São poucas as mudanças em relação aos imigrantes e refugiados, pois um imigrante que chegou há 18 anos atrás tem a mesma recepção e adaptação que um imigrante que chegou nestes anos [...]*”

*(Gilsanne Nthemba Pinheiro Mutuku).<sup>1</sup>*

O relato supracitado nos sensibiliza e instiga para o debate a seguir. A complexidade envolvendo as temáticas da identidade e das migrações perpassa nuances que não somente se relacionam a escolhas que se dão no momento do trânsito. De fato, tal como retratado no trecho anterior, trata-se de uma jornada marcada por lutas por reconhecimento e validação de direitos. Implica, portanto, na apreensão de diversos aspectos que acompanham a vida do migrante, tais como: sua escolha por migrar, seus contornos, as razões para tal tomada de decisão e, por fim, o modo como é recepcionado e imaginado no novo país. Tal contexto é pertinente para a compreensão da sua constituição como sujeito desejante de novas perspectivas, que necessariamente englobam uma construção social anterior ao projeto migratório, relevante para a manutenção e continuidade de planos posteriores à partida de seu destino original.

O advento da pandemia de COVID-19 veio a desvelar dinâmicas que evidenciam dificuldades ligadas ao empreendimento migratório (RUSEISHVILI, 2020), bem como a integração aos destinos escolhidos, apontando-se, ainda, especial vinculação à figura do estrangeiro como possível disseminador do vírus e responsável pelas mazelas sociais. Ao estranho/estrangeiro, são direcionados medos e julgamentos quanto ao seu trânsito e permanência, cuja interpretação errônea ocasiona problemas sociopolíticos de diversas ordens nos países de acolhimento, sobretudo no que tange seu estabelecimento: como se ao cidadão “estranho” fossem conferidos somente “direitos e nenhum dever” (SANTOS, 2020, p. 10). Logo, a xenofobia, aliada ao desconhecimento e ao racismo estrutural brasileiro, constituem terreno fértil para o surgimento do “bode expiatório”, que passa a absorver parte da responsabilidade por infortúnios cometidos pela sociedade. Tal como aponta Santos (2020, p. 10), trata-se da “clareza pandêmica e as aparições que ela materializa”, de modo que o

# Artigo

advento da pandemia “[...] permitiu-nos ver as entranhas de muitas monstruosidades que habitam o nosso cotidiano e nos seduzem com disfarces que, de tão comuns, tomamos por normalidade” (SANTOS, 2021, p. 16).

Recobrando os ensinamentos de Appadurai (2009), lembramos que as violências de larga escala vivenciadas pelo mundo globalizado estabelecem aspectos culturais como seus catalizadores, ou mesmo razões para o desenvolvimento destas, com respostas que objetivam a dizimação do “pequeno número”: sujeitos cujas existências produzem um lugar de incerteza social e impulsionam projetos de limpeza étnica, uma vez que os grupos majoritários necessitam de um objeto para elevar sua sensação de completude, no caso minorias que abarquem suas angústias e ansiedades. Com isso, justificam-se atos de preconceito e violência em prol da defesa do “nacional”, que podem traduzir-se em medidas tanto objetivas – como a privação de direitos –, quanto subjetivas – como o desenvolvimento de lógicas segregacionistas:

[...] a natureza sociopolítica minoritária dos migrantes transnacionais, sua alterização e a sua exclusão da esfera da humanidade política abarcam a identificação negativa do migrante enquanto não cidadão, não nacional e quase não humano, sendo que sua ‘clandestinação’ e ‘ilegalização’ constituem, na verdade, etapas de uma estratégia econômica-política para a sua redução a mão de obra descartável e sem poder de resistência ou barganha (ELHAJJI, 2017, p. 203-204).

A estes tópicos, acrescentamos a saída do Brasil do Pacto das Migrações em janeiro de 2019, início do governo de Jair Bolsonaro. O “Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular” é um documento destinado a gerenciar a migração internacional, por meio do enfrentamento dos desafios e do fortalecimento aos direitos dos migrantes. Ancorado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se de importante projeto de cooperação internacional, ao reconhecer que nenhum Estado pode enfrentar a migração sozinho, mantendo sua soberania e obrigações sob a égide das leis internacionais (CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNRIC, 2018). As medidas vinculadas ao Pacto objetivam maior segurança, ordem e supervisão aos migrantes e refugiados nos países de acolhimento. Tais medidas, no entanto, visam não apenas regular, mas também combater a migração irregular e os fatores que a provocam, como o crime organizado e o tráfico de pessoas, por exemplo. Buscam, ainda, fomentar a cooperação internacional, de modo a desburocratizar processos, promover a gestão de fronteiras e combater a exploração dos migrantes (GARCIA, 2019).

# Artigo

Durante o anúncio da retirada do Brasil do Pacto, o então chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, apontou que o Governo buscava criar suas próprias diretrizes para a política de migração, frisando que o pacto violaria a soberania nacional (GARCIA, 2019). A esse respeito, a postagem do presidente Jair Bolsonaro em sua rede social *Twitter* ilustra, de modo contundente, tal decisão:

O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros. NÃO AO PACTO MIGRATÓRIO (BOLSONARO, 2019, s/p.).

Além de isolar o país no cenário internacional, a saída do Pacto prejudica não apenas os estrangeiros que adentram o Brasil, mas também os brasileiros que emigram, especialmente aqueles que se encontram em condições vulneráveis no exterior (CASELLA, 2020). A escolha por deixar o Pacto lançou luzes ao posicionamento político do governo que se iniciava, abrindo frentes para o modo que se pensa o “diferente” ou aquele que diverge do modelo compreendido como ideal – o verdadeiro brasileiro patriota. Tais movimentos políticos podem ser referidos como a consolidação de processos estruturais de violência, que passam a ser legitimados e embasados pelo Estado por meio de caminhos legais que institucionalizam as relações humanas em seu nível afetivo, identitário e social. Trazem, assim, contornos à discussão que se pretende construir neste artigo: O que revela este tipo de ação? Seria uma evidência do lugar de exclusão direcionado ao migrante e/ou solicitante de refúgio? Ou uma demarcação dos imigrantes e estrangeiros como uma incômoda categoria no campo político, tal como problematiza Seyferth (2008, p. 1), “[...] associada a risco imponderável nos discursos de apelo nacionalista”?

Neste contexto, pretendemos dialogar com trechos das entrevistas concedidas por três pesquisadoras convidadas, quando da apresentação de suas proposições em mesa intitulada “Atualidade pandêmica e as particularidades da condição migrante”, durante evento organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), da PUC/SP, em setembro de 2021. A primeira convidada, Fernanda Paraguassu<sup>2</sup>, é jornalista, doutoranda em Comunicação e Cultura na UFRJ, onde integra o grupo de pesquisa Diaspotics, sobre migrações transnacionais. A segunda convidada, Giuliana Redin<sup>3</sup>, é pós-doutora em Psicologia Social pela USP; doutora em Direito pela PUC/PR; mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela UNIJUÍ; mestre em Direito pela Universidade Luterana do Brasil; professora na UFSM e

# Artigo

coordenadora da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da mesma Universidade. Já a terceira convidada, Julia Bartsch<sup>4</sup>, é psicóloga, psicanalista e mestre em Psicologia Clínica pelo IPUSP (2021), onde integra o Grupo Veredas, braço do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política, voltado aos cuidados à população imigrante; no campo humanitário, atuou em diversas frentes e países com os Médicos Sem Fronteiras. Os apontamentos aqui retratados foram divididos em tópicos para melhor compreensão, corroborando com a discussão que apontará algumas reflexões finais.

## 2 RELAÇÕES COM O ESTADO: A CONSTITUIÇÃO DO “NÃO-NACIONAL”

A exclusão originária circunda a vivência do migrante e se caracteriza como estrutural na relação estabelecida com o Estado, já que a própria ideia de um estrangeiro – que aparece geográfica e etnicamente no cerne da constituição de uma nação – carrega em si a produção da alteridade, de um Outro que não é apenas diverso, mas adverso (MAGALHÃES, 2017). Para Domenech (2020), a própria racionalidade do nacionalismo pressupõe a exclusão do “não-nacional”, definido sempre como uma presença ilegítima – que deve ser permanentemente justificada e que, portanto, está sujeita à expulsão –, uma vez que rompe uma ordem social, econômica, política, legal e moral definida em termos nacionais, que precisa, então, ser restabelecida. Giuliana Redin inicia sua narrativa explorando este tema e afirma:

*“Quando nos propomos a pensar as migrações internacionais, sobretudo em contexto pandêmico, nós estamos efetivamente tendo que nos deparar com a situação de uma exclusão originária das mais brutais, porque toda nossa ideia de direitos, de pertencimento e de integridade vem sendo constituída pela nossa relação com o Estado, portanto com o Estado-nação. E a ideia de Estado-nação nos apresenta também, como um pleonasma, a própria ideia da xenofobia estrutural, por isso o tema das migrações é um dos que mais desafiam os direitos humanos, porque o direito humano de migrar é negado estruturalmente, sendo negado, inclusive, no conteúdo político e jurídico. Não é à toa que quando nós lemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 13, nós vamos ver que o direito humano de imigrar está restrito às fronteiras. [...] Então, significa dizer que nós não conseguimos sequer avançar em um consenso mínimo de um regime que venha*

# Artigo

assegurar o direito de imigrar para além das fronteiras, tamanha é a dificuldade de se introduzir uma agenda de direitos humanos dentro daquilo que é pensado na estrutura do Estado, em uma perspectiva totalmente securitária. Esse é um dos maiores desafios: [...] pensar a ideia da exclusão estrutural, pensar aquelas vidas que podem ser sacrificadas e aquelas vidas que se escolhem serem preservadas. [...] E, nessa perspectiva da exclusão e da relação do Estado, nós estamos falando do sujeito vulnerabilizado, do sujeito caracterizado como estrangeirizado no processo de compreensão de identidade nacional, que naturaliza a xenofobia e a exclusão. Isso tem um atravessamento altamente impactado pelas questões de raça e classe, como parte de toda nossa formação de identidade nacional e, sobretudo, se projeta na figura do não-nacional com muito mais facilidade. Então se escolhe qual o 'não-nacional' que será excluído do processo de política de governo. Eu queria, antes de tudo, trazer algumas frases que nos permitem também pensar essa relação [...] do não-nacional estrangeiro, que é esse atravessado pelas questões da raça e da classe e que falam dessa distância, que falam dessa relação de exclusão, ou que falam de uma possibilidade de inclusão para o âmbito do Estado e para a exclusão como sujeito: 'Uma condição incômoda', diz Giralda Seyferth; 'uma permanente provisoriedade' diz Abdelmalek Sayad; 'um estado de ser descontínuo' diz [Edward] Said; 'um sujeito a uma hospitalidade condicionada' diz [Jacques] Derrida. Esses autores<sup>5</sup> nos convidam a pensar justamente a violência que está presente na vivência de quem é sujeito migrante. Uma violência que primeiro se dá diante do Estado, porque esse sujeito é negado pelo Estado. Então nós estamos falando do Estado xenófobo, que é fascista em sua estrutura, porque ele exclui o outro diferente pela negação como sujeito. Nós estamos falando do sujeito negado na relação com a sociedade de acolhida, que é estruturada a partir de uma identidade nacional, que projeta toda a ideia do inimigo, a ideia da ameaça, que define o bode expiatório de todas as fragilidades, aquela falta que nos constitui como sujeitos. E da própria subjetividade do sujeito que está no processo de mobilidade [...]. Ou seja, do ponto de vista da subjetividade humana, do sujeito desenraizado, do sujeito que está na errância ou aquele que carrega essa fratura incurável de não mais lá estar e também não cá estar. Isso nos permite pensar toda essa dificuldade e essa relação de exclusão que está na situação vivenciada pelo migrante. [...] O sujeito migrante precisa ser categorizado para ser reconhecido, ele precisa ser enquadrado em uma categoria jurídica, a sua

# ..... Artigo .....

*presença precisa ser justificada para se poder pensá-lo como algum sujeito, e é um sujeito que é pensado condicionado, é uma presença sempre condicionada, permanentemente provisória como diz Sayad, porque a sua presença demanda todo o entendimento de integração, toda uma ideia de acolhimento, toda uma possibilidade de ruptura daquilo que nos é estrutural, que é a exclusão, que é o medo do outro, que é a dificuldade do encontro com o outro, que é a aversão a um outro a partir da nossa constituição. [...] Acho que o tema documental mostra como o Estado classifica sujeitos, e na medida que classifica, ele também inclui, dá algumas perspectivas e tira outras. Então até para quem trabalha na ponta, tem sempre uma dificuldade de orientar o que fazer numa situação dessas, porque na medida que convida a promover uma solicitação de refúgio como uma medida para alcançar um status de refugiado, da mesma forma cria dificuldades para que ele possa retornar. E o imigrante que fica na fronteira, ele fica a partir de uma realidade que é da fronteira, não necessariamente ele quer ser interiorizado [...]. A grande questão quando se tenta categorizar é porque aí se classifica, e na medida que se classifica a expectativa é das consequências que são definidas por lei, e a norma não consegue capturar toda a complexidade da realidade de quem vivencia e está nessa situação migratória. Portanto, a gente vai dizer que uma das maiores vulnerabilidades é sempre essa condição difícil do imigrante com o Estado, porque, sobretudo, é uma condição de escolha documental [...]"* (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).

### **3 ATRAVESSAMENTOS PANDÊMICOS: O CASO BRASILEIRO**

Em relação ao acirramento das dificuldades no campo dos direitos humanos no Brasil durante a pandemia, Giuliana Redin relata que:

*“[A pandemia] acirrou essa grande dificuldade de se pensar direitos humanos e a agenda de direitos humanos de migrações [...]. Se elegeu o bode expiatório em momento de crise, como, por exemplo, novamente o migrante. [...] Isso nos convida a pensar, sobretudo, essa agenda das migrações em tempos como esse da pandemia e eu vou trazer questões bem reais da nossa perspectiva da política de Estado e da política de governo que, desde março de 2020, vem promovendo um verdadeiro desastre humanitário com grupos sociais dos*

# Artigo

*mais vulneráveis. E aqui nós estamos falando dos imigrantes forçados, dos imigrantes por razão humanitária. [...] Em 2017, nós tivemos um avanço muito significativo que foi a Lei de Migração no Brasil. Um avanço, uma conquista dos movimentos sociais, uma conquista com o protagonismo de migrantes, uma luta para o reconhecimento de sua condição como sujeito de direitos. Vejam, estamos falando da palavra ‘reconhecimento’, ‘sujeito de direitos’, mas no conteúdo normativo de uma política de Estado que tenta colocar na centralidade de sua norma ou da política o paradigma de direitos humanos para definir a sua relação com o não-nacional, existe todo um atravessamento que não se consegue superar, porque nós, de fato, temos dentro da política de Estado todo um espelhamento de uma sociedade que é estruturalmente xenófoba. Então nós temos muitos elementos securitários presentes na própria Lei de Migração, mas temos uma política de Estado que fala da regularização documental como direito, que fala da não criminalização das migrações como princípio, que fala da igualdade em oportunidades, que fala do acesso à igualdade de direitos. Apesar disso tudo, em março de 2020, com a pandemia, sem nenhum lastro baseado na ciência ou, eu diria assim, evocado pela própria ANVISA, tivemos o fechamento de fronteiras para a população, sobretudo a venezuelana que ingressava na situação de alta vulnerabilidade ou de imigração por razão humanitária, essa situação fática já reconhecida pelo nosso próprio território [...]. Não é o fechamento de fronteira que impede a migração. A migração é um fenômeno humano, a migração é uma necessidade humana, ela acontece. O que o Estado promove ao fechar uma fronteira para uma população mais vulnerável, muito mais vulnerabilizada ainda em momentos de pandemia, é jogá-los para uma rota insegura, para a rede de exploração, para a indocumentação, para uma situação de total insegurança [...]. Nós tivemos isso em vigência no Brasil por mais ou menos 1 ano e 3 meses, quando, então, novamente se voltou o status da nossa situação assegurando o direito de regularização documental. Pela política de governo nós tivemos então um retrocesso muito significativo envolvendo nosso avanço na política de Estado. E a pergunta é: como é possível, em tempos de pandemia, se retroceder com política de governo, em violação literal a uma política de Estado que assegura direitos fundamentais dentro de seu conteúdo, que está respaldada por convenções internacionais? Essas portarias, inclusive, impediam a possibilidade de solicitação de refúgio, que é um direito assegurado em convenções internacionais. [...]*

# Artigo

.....

*Então uma massa de migrantes que aqui estavam não conseguiam acessar empregos formais, viviam um clima de deportabilidade e todo o medo e a angústia do estar em uma situação altamente provisória, altamente arriscada, de insegurança. O momento da pandemia mostrou a face perversa de uma opção necropolítica de política, ou seja, de se pensar soberania numa ótica de exclusão e instrumentalização de corpos. [...] Então acho que essa destruição é tão brutal que nós infelizmente vivenciamos aqui com políticas de governo, que não se conseguia com facilidade contestá-las sequer em nível das nossas instituições. E isso é o que nós entendemos como mais estranho, afinal já avançamos tanto no marco civilizatório, já avançamos tanto numa agenda de direitos humanos e direitos fundamentais, como é possível um discurso que vulnerabiliza nesse extremo de negar a presença de um sujeito vulnerável por uma portaria interministerial e não se conseguia derrubar essa portaria com facilidade pelas instituições dos órgãos do sistema de justiça, por exemplo? [...] E sempre o argumento que se usava era que estamos vivendo um estado de emergência. Então, um estado de emergência que deveria ser um estado de promoção de políticas públicas aos grupos mais vulneráveis, porque essa é uma política democrática do Estado de Direito que adotavam um estado de exceção. Um gritante estado de exceção em relação aos sujeitos altamente vulnerabilizados, [...] com elementos que potencializam a vulnerabilidade, sobretudo a questão documental. [...] O primeiro instrumento que o Estado pode assegurar para o acolhimento é o acesso a regularização documental de forma facilitada, como direito [...]. A possibilidade do sujeito caminhar, do sujeito se integrar, do sujeito se inserir laboralmente e de estar ali sem que ele esteja naquela condição incômoda sempre de categorização com o Estado. Então a facilitação da regularização documental, justamente o oposto do que foi feito pela política de governo durante a pandemia para os mais vulneráveis. Porque as portarias queriam realmente impedir o acesso dos mais vulneráveis, elas não fecharam os aeroportos, não fecharam os portos. Então as pessoas para outras finalidades podiam com facilidade ingressar no território nacional, mas aqueles que por acolhida humanitária vinham aqui buscar alguma possibilidade de condição, erram barrados e [...] colocados efetivamente numa situação de alta vulnerabilidade, sobretudo pela não possibilidade de documentação” (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).*

# Artigo

Júlia Bartsch aborda tal aspecto, ressaltando questões ligadas à xenofobia enquanto marcador determinante de segregação e marco político:

*“[...] O que a gente precisa fazer em termos de pandemia é, em primeiro lugar, pensar justamente nas questões de xenofobia. A gente não pode esquecer que muita gente falou ‘ah isso é coisa da China, os chineses que trouxeram, não vamos deixar os imigrantes entrar porque eles vão trazer doença’. [...] A pandemia, mais uma vez, sendo usada de maneira política, e eu diria necropolítica, para afastar a possibilidade de integração de pessoas que vêm de outros países ou pessoas que já estão aqui. Então, [...] sempre pensar o que ela está evidenciando da estrutura que já existe, o que já acontecia antes que a pandemia chegasse para que isso afetasse outras pessoas em situação de vulnerabilidade, entre eles muitos imigrantes que chegam aqui” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).*

Fernanda Paraguassu, por sua vez, acrescenta à discussão os aspectos de ordem religiosa, que resultam na criação de rótulos segregacionistas:

*“[...] A gente realmente está vivendo um momento muito complicado, quando as autoridades discursam e, em suas falas, tem declarações muito duras. E, a partir dali, surgem rótulos, surgem resistências. Especialmente essa última que é muito preocupante em relação ao recebimento de afegãos, em que é colocado uma grade, uma segregação para o recebimento apenas de cristãos, quando apenas 0,03% da população é de cristãos no Afeganistão” (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).*

## **4 VIOLÊNCIAS DE LÁ: A MULTIPLICIDADE DO SER (E)MIGRANTE**

As hierarquias de alteridade mencionadas pelas entrevistadas retratam a relação de forças existente na produção do imigrante como “duplo do emigrante”, uma vez que “o imigrante, antes de nascer para imigração, é, primeiro, um emigrante [...] em uma relação dialética que une as duas dimensões do mesmo fenômeno” (SAYAD, 1998, p. 18). Seguindo esse pensamento, Júlia Bartsch nomeia como “violências de lá”<sup>6</sup> os múltiplos

# Artigo

atravessamentos que levam o emigrante a deixar seu país rumo ao desconhecido, seja essa uma decisão autônoma ou forçada:

*“[...] A questão de ser vulnerável, a gente precisa lembrar sempre que a pessoa é colocada numa posição de vulnerabilidade, ela não é, uma pessoa não nasce necessariamente vulnerável, mas ela é colocada aí por questões sociais e políticas que a gente não pode perder de vista. [...] O que vem no contexto que vai impactar no sofrimento do sujeito [...]. Eu gosto de falar em ‘processos migratórios’ porque a gente não está falando só de refugiado, está falando de pessoas em situação de refúgio, dos apátridas, dos imigrantes que vem por sua conta voluntariamente e do migrante forçado. Cada um desses aspectos vai trazer experiências diferentes, obviamente vai ter sentidos diferentes do que significou sair de seu país, ele criou rupturas com o quê, como é que ele consegue criar vínculos nesse novo lugar, então a gente vai pensando nisso. [...] A gente, quando vai trabalhar com imigrante, a gente está trabalhando com uma pessoa que chega com a própria história. Uma grande questão [que eles falam é que]: [...] ‘vocês da academia, jornalistas, vocês só representam a gente como coitadinho, e a gente tem algo, a gente tem uma história’. [...] Na República Democrática do Congo, por exemplo, eu não trabalhava com imigrantes, eu trabalhava com pessoas que se deslocavam de outras regiões fugindo dos conflitos armados, então é o que a gente vai chamar de deslocados internos. [...] A gente está falando aí de algumas violências. Eu chamo de violências porque a pessoa se sente realmente violentada, ela sente esse sofrimento porque ela passa a violência de ter que sair de sua origem, daquilo que diz quem ela é, para um outro lugar que não vai necessariamente lhe acolher. Então a gente tem o que eu chamo de “violências de lá”, [...] que é justamente tudo o que ela sofre e que a obriga sair de onde ela está. [...] No caso dos meus sujeitos de pesquisa da República Democrática do Congo, eram fatores políticos, de perseguição política. Então as pessoas eram muitas vezes obrigadas a saírem do país e virem pra cá, alguns até sem saber para onde estavam indo” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).*

## 5 VIOLÊNCIAS DE CÁ: AS PARTICULARIDADES DO ESTAR (I)MIGRANTE

Ao cruzar a fronteira, o (e)migrante se torna um (i)migrante para a sociedade de acolhida, já que “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa” (SAYAD, 1998, p. 16). Guiada pela tendência etnocêntrica de ignorar toda a história pregressa do indivíduo, bem como seus demais atributos e qualificações, a relação “sujeito-sujeito” dá lugar à dialética “nacional-imigrante”, invisibilizando suas singularidades e transformando a personagem “imigrante” na sua única representação identitária, reconhecida então a partir da igualdade estereotipada e pressuposta. Por isso, é imprescindível desnaturalizar a personagem “migrante”, deslocando o olhar analítico para a vivência singular dos sujeitos e os efeitos articulados dos atravessamentos interseccionais de gênero, raça/etnia, classe, nacionalidade etc. sobre as experiências migrantes (MIRANDA, 2017). Esse é o intento perseguido por Júlia Bartsch ao expor a multiplicidade das “violências de cá”, que atravessam e determinam as diferentes vivências migratórias:

*“[...] Então, o que a gente vai encontrando com esses deslocamentos, [...] para gente ver que tipo de violências essas pessoas vão sofrendo. [...] Elas chegam com problemas de documentação, o que significa que elas ficam sem uma identidade, sem um documento, sem uma possibilidade de trabalhar e [...] acaba sendo também explorada, porque ela vai agir na urgência, ela não vai agir na racionalidade de ‘eu não quero esse tipo de trabalho’, ela precisa comer, ela precisa suprir necessidades básicas, ela precisa morar, então a gente vai vendo aí questões que vão afetando a vida dessa pessoa. [...] Essas pessoas vão se deslocar de onde elas estão, que é o lugar que lhes dá identidade, que é aquele grupo que vai dizer quem elas são, [...] para ir a um lugar que não é delas, dividir muitas vezes um espaço que não é delas. E quando a gente está falando de moradia, a gente pode estar falando do chamado campo de refugiados, a gente pode falar de um abrigo, a gente pode estar falando de uma casa que é alugada com outras pessoas, mas que não é necessariamente o lugar dela. E como ela vai conseguir fazer com que aquele lugar diga algo para ela. Ela vai, nesse modo de errância, tentando se encontrar nesses lugares. No acesso à educação, a gente vai pensar o fator da língua, que vai ter uma implicação em*

# Artigo

.....

*como essa pessoa consegue acesso a essa educação. [...] A gente está falando também de pessoas que tem uma formação, tem uma graduação e não podem realizar aquilo que estudaram porque elas precisam ter uma revalidação do seu diploma, então vai ter aí também uma questão que afeta a identidade delas. [...] No acesso a saúde, tem uma questão muito importante que é a questão cultural também, porque as pessoas, dependendo de onde elas vêm, das suas origens, elas vão se manifestar de maneiras diferentes sobre o que elas estão sentindo. Não é apenas a questão da língua, não basta ela saber qual é o nome médico daquilo que ela está sentindo, mas expressar o que ela está sentindo. [...] Porque o SUS é universal, ele vai atender todo mundo, mas o quanto as pessoas estão preparadas para receber pessoas de outros países, pessoas de outras culturas. [...] A gente vai ter nessas violências ‘a chegada e o desamparo’, [...] a cultura vai ser diferente, a língua vai ser diferente, a desconfiança vai ser diferente. Vai ter um tipo de estranhamento com aquela pessoa que chega de fora, porque é um estranho. E essa experiência da estrangeiridade vai impactar não só aquele que se desloca, mas também aquele que supostamente acolhe e não necessariamente vai ser acolhedor. Eu sou psicanalista também, então a gente fala que o estranho é visto como ameaça, porque ele ameaça aquilo que não é nosso, o que é diferente ameaça nosso narcisismo. [...] E é isso que a gente vai tentando desconstruir nesse encontro entre o estrangeiro e a pessoa que está ali para amparar esse estrangeiro. A xenofobia obviamente é uma questão importante, [...] se a gente for pensar dentro desse pensamento da necropolítica, ela é uma ferramenta de dominação, uma ferramenta de dizer quem é o inimigo. Xenos vem do grego estrangeiro. Então é fobia do estrangeiro. Esse estranhamento é o que vai justamente dizer ‘este aí não pode estar aqui’, ‘meu presidente diz que essa pessoa não pode estar aqui’. E eu vou acreditando, porque aquilo é interessante, aquilo protege meu narcisismo, mas também é uma política, uma política de dominação que a gente precisa estar atento e que obviamente vai causar sofrimento nessa pessoa que está ali e não necessariamente ela gostaria de estar ali, ela precisa estar. O racismo [...], meu trabalho de uma maneira geral com imigrantes que vem do continente africano e que vem do Haiti também, tem algo interessante, tem uma fala [...] que todos estranham serem tratados diferente por conta da cor da pele, eles se descobrem negros aqui. [...] Esse fenômeno acaba acontecendo com esses imigrantes que chegam no Brasil. Aí a gente tem que prestar uma atenção especial*

# Artigo

*nisso porque o racismo é parte da estrutura do Brasil há muito tempo. A gente teve o fim da escravidão, digamos, em 1888, mas obviamente isso deixou marcas e deixa até hoje, que estão muito evidentes, que a gente vai vendo inclusive no apagamento da cultura africana. [...] E obviamente se a gente está falando que a cultura é parte daquilo que constitui o sujeito, se você apaga essa cultura, você está tentando apagar esse sujeito e isso também vai causar sofrimento para essa pessoa. Nisso tudo aparecem as vulnerabilidades, porque ela vai sofrendo essas dificuldades, esse desamparo, essa indocumentação, essa dificuldade de ser reconhecido pelo outro. Porque a identidade vai se dando justamente nesse encontro com o outro. O outro que fala para mim quem eu sou e faz entender quem eu sou. Mas se esse encontro vai dizendo ‘você não é daqui, vai embora, volta para seu país’, vai tendo representações de racismo e de outros desamparos, isso vai causar um sofrimento psíquico nessa pessoa que a gente precisa olhar. Vamos ter aí as nuances culturais que é algo muito importante. [...] As pessoas vão expressar o que elas sentem de maneiras diferentes, como a gente vai conseguir escutar isso. [...] A gente precisa também ouvir nesse trabalho de troca outras maneiras de pensar, agir, falar e sentir [...]” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).*

## **6 DUPLA INVISIBILIDADE: UM OLHAR PARA A CRIANÇA MIGRANTE**

Dentre as inúmeras particularidades que circundam o “estar (i)migrante”, Fernanda Paraguassu enfatiza a condição da criança, retratando sua dupla invisibilidade para defender que a escuta do seu lugar de fala pode contribuir tanto com a sua integração, quanto com a compreensão de como o seu processo migratório se dá e se complexifica, à medida que sua atuação também interfere na integração cotidiana dos pais e nos demais atravessamentos de como os adultos de sua convivência lidam com os desafios propostos em seus modos de existir:

*“[...] O objetivo geral do meu trabalho<sup>7</sup> foi justamente dar visibilidade para as crianças refugiadas, porque elas são duplamente invisíveis, como crianças e como refugiadas e aí a ideia era oferecer um espaço de escuta sensível à criança e contribuir para reflexões para novos paradigmas da comunicação, porque a comunicação [...] permite a gente ir atrás de aspectos subjetivos, aspectos simbólicos que muitas vezes são esquecidos, em especial nas*

# Artigo

*políticas públicas. As pessoas não conseguem materializar em políticas públicas demandas subjetivas, demandas que influenciam e impactam as demandas simbólicas de uma criança que chega em uma condição de vulnerabilidade de outro país. Então, a ideia é deixar que a criança fale desde seu próprio lugar. O objetivo específico do meu trabalho foi compreender como se dá a inserção da criança refugiada no novo espaço social, cultural e simbólico. [...] A partir de basicamente três premissas: a migração é um fenômeno histórico irreversível, mesmo no contexto pós-pandemia; [...] metade dos refugiados no mundo são crianças; [...] há uma visão adultocêntrica dos estudos migratórios, [na qual] o ponto de vista da criança não é considerado; na grande parte dos estudos migratórios, a criança é considerada um apêndice da família, então justamente por ela não ter voz, nessa decisão da migração ela é deixada à margem, mas a criança tem um papel fundamental na construção desse novo espaço social e simbólico quando a família chega no novo país, no país de acolhimento. [...] Basicamente três teorias foram consideradas: a comunicação intercultural, onde há uma vontade da interrelação no lugar da dominação entre as culturas; a migração transnacional, onde a gente encontra fronteiras visíveis e invisíveis; e a infância. A criança nesse trabalho é considerada sujeito da pesquisa. É claro que a gente sabe que ser criança no campo de refugiados na Jordânia não é a mesma experiência que ser uma criança em um abrigo em Roraima e também não é a mesma coisa que ser criança interiorizada no Rio de Janeiro, mas a gente pode afirmar com certeza que ser uma criança refugiada é, antes de mais nada, ser criança. [...] O meu trabalho de campo consistiu em dois momentos, então eu usei dois métodos diferentes: o primeiro foi uma observação empírica das crianças venezuelanas no campo de abrigos de Roraima; [...] e no segundo momento aí sim uma pesquisa qualitativa por meio de uma conversa vinculativa com o uso de uma atividade que eu criei para abordar essas crianças [...]. Então, no primeiro momento, na observação de fronteira, a gente observa que são dados os primeiros passos na liminaridade, você tem ali uma ruptura, é a fronteira do antes e do depois, do aqui e do lá, do eu e de um diferente. [...] E toda essa estrutura da fronteira é uma estrutura criada para ser temporária, então você tem kits de comida, os hospitais de campanha, as construções das tendas. É toda uma estrutura criada para ser temporária, mas que acaba se tornando muito mais prolongada. Então são pessoas indesejáveis sob um tratamento planejado para controlar, filtrar e confinar. Eles são retirados, eles são deixados à margem. O governo vai depois ter uma série de controle,*

# Artigo

*minimamente de controle, para que essas pessoas saiam dali e sejam interiorizadas. É muito importante dizer que toda observação é situacional, [...] mas eu acho que os aspectos simbólicos, os aspectos sociais que a gente encontra ali, eles basicamente são esses mesmos, da criação dessa fronteira simbólica. Então a importância do contexto das situações observadas não é deixada de lado, muito pelo contrário. [...] O que a gente pode tirar dali com muita clareza é uma simbiose de culturas, então você já tem ali dentro dos abrigos todas as sinalizações em espanhol, nos abrigos dos indígenas normas de saúde, de higiene mais básicas, de legislação também e normas nos abrigos infantis, [...] onde que as crianças devem estar, que as crianças não devem deixar abrigo sozinhas. Então ali se forma um novo ar cultural, uma nova identificação local, novas relações de poder. Quando eu estive lá havia um grupo de adolescentes pedindo para que eles também tivessem uma tenda só para eles, já que as crianças pequenas têm uma tenda do UNICEF com algumas atividades lúdicas, porque ainda não tem idade escolar ou não há escola para todos ainda, então é interessante porque eles mesmo se organizam para demandar algumas coisas ali dentro. E no segundo momento, a conversa vinculativa, então foi um pequeno grupo escolhido de algumas crianças venezuelanas e outras congolêsas. Eu não tenho a pretensão com essa pesquisa de generalizar a condição da criança, mas a gente busca aspectos individuais com acentos coletivos, o que a gente pode tirar de experiências com uma criança e com a outra e tentar ampliar isso, se isso acontece com essa criança de que forma que isso também poderia acontecer com outras crianças. [...] É um pequeno retrato de um grupo selecionado e que depois foram feitas micro-histórias e essas micro-histórias recheiam um texto de forma que elas juntas tentam representar um amplo universo de ser no mundo dessas crianças. Então o que essas crianças fazem é uma restituição de mapas subjetivos de uma realidade em continua mudança. [...] São testemunhos particulares de crianças que são aparentemente invisíveis para os estudos acadêmicos e, muitas das vezes, invisíveis justamente pelo fato de terem um passado de vida muito curto, uma necessidade de um presente muito forte e talvez não muita convicção... não tem muita consciência de uma vida no futuro. [...] E aí a atividade de construção do novo lar, que é uma casa de papelão que eu fiz de papel cartão e fiz um pequeno roteiro: [...] são envelopes com figuras de vários temas e a criança tinha que escolher uma figura, colocar na casa e me dizer apenas por que ela escolheu aquela figura.*

# Artigo

*[...] Então elas ficavam encantadas com essas figuras e me contavam, dali saíram várias histórias a partir dessas figuras, histórias de vida, histórias que elas vivenciaram. [...] E aí todos esses elementos dessas casas se tornaram instrumento do novo espaço social, cultural e simbólico dessas crianças, [...] o novo lar deles representou a reunião dos seus afetos, então só escolheram aquilo que eles gostaram, o que eles não gostavam ficava de fora da casa. [...] O idioma foi colocado [...] e a alimentação também foi bem interessante, porque praticamente todos eles falaram que era complicado gostar de feijão com arroz todo dia, porque eles estudam em escola pública. [...] Em relação ao acolhimento, a falta de amigos foi o que mais chamou atenção, [...] [de modo que] a igreja, os eventos sociais que reúnem refugiados, tornam-se um porto seguro para essas crianças, mostrando que eles vão continuar na bolha. [...] Sobre as subjetividades encontradas nesse trabalho, há o rompimento do laço afetivo e as crianças têm consciência disso, o aqui e o lá é muito presente, a mistura quando eles tentam resgatar a memória, [...] as mídias digitais continuam bastante presentes mesmo tendo só um celular na família, só o celular da mãe, e ao mesmo tempo que elas ajudam no contato com a outra cultura, elas também fazem permanecer o vínculo com o outro país, então fica aquela dualidade, aquela dupla nostalgia: você não está totalmente aqui, nem totalmente lá. Família e escola são fontes primárias de convivência, assim como a igreja de Centro de Apoio. [...] E o eixo comum entre essas infâncias diferentes que eu destaquei, que estão em situações diferentes, em contextos diferentes [...] foi a busca pelo acolhimento com afeto. Pode parecer uma coisa básica, mas isso aparece com muita evidência quando a criança chega ao ponto de que não queria escolher a bandeira do Brasil por não se sentir acolhida ou querer mudar de país porque não está gostando da escola é que a gente vê a importância de pensar de que forma está sendo feito esse acolhimento. [...] E o pertencimento ao país talvez seja ainda um pouco cedo para gente analisar isso, as crianças se sentem um pouco daqui e um pouco de lá, talvez tenham que viver um pouco mais. [...] Então as considerações finais que eu deixo aqui é da criança refugiada, como é protagonizada com suas forças, mas também com fragilidades, porque muitas vezes ela se torna o tradutor oficial da família [...] e isso gera ansiedade, uma responsabilidade acima da sua condição emocional, então isso também tem que ser visto com atenção. Uma reflexão para tomada de consciência no sentido da produção de subjetividade que leva a hospitalidade, então, muitas vezes, a gente*

# Artigo

.....

*tem as leis que permitem o acesso à escola, mas de que forma isso é feito, de que forma as outras crianças estão vendo ela. [...] O que é certo é que crianças não são esponjas, não estão prontas para o que der e vier, é preciso ter atenção como será o cenário pós pandemia, essas incertezas se somam às incertezas do mundo. [...] O que eu coloco aqui é que a criança deve ser escutada, porque às vezes ela não está pronta para falar, mas ela tem muito o que dizer, não apenas com palavras, mas com os olhares, com suas atitudes, com seu comportamento. E a gente pensar na nossa responsabilidade em relação às crianças, não as silenciar, pelo contrário, escutá-las” (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).*

## **7 SINGULARIDADES EM CHOQUE: INTEGRAÇÃO OU ASSIMILAÇÃO?**

Como demonstrado, a migração pressupõe, na maioria dos casos, um processo de aculturação, “definida como mudanças que ocorrem como resultado do contato entre grupos” (BERRY, 2004, p. 31), envolvendo níveis e formatos variados. Assim, é chamado de *assimilação* quando os indivíduos renunciam a sua herança cultural para interagir com outras culturas; *separação*, quando é reforçada a manutenção da cultura de origem em detrimento de qualquer interação com os demais; *integração*, no processo em que se busca um certo nível de manutenção cultural, ao mesmo tempo em que participa integralmente da sociedade majoritária; e *marginalização*, na situação em que não há nem a manutenção cultural nem a abertura para a nova cultura. O autor ressalta que, em muitos casos, o grupo minoritário não tem autonomia para escolher o modo como se dará a aculturação, uma vez que o grupo dominante pode impor o *melting pot* (assimilação), a *segregação* (separação) ou a *exclusão* (marginalização). Nesse cenário, Berry (2004) conclui que a *integração* se caracteriza como um processo que envolve tanto a continuidade como a mudança, possibilitado pela reciprocidade e pela acomodação mútuas, pressupondo “a aceitação por parte de ambos os grupos, dominante e não-dominantes, do direito de todos os grupos viverem como povos culturalmente distintos dentro de uma mesma sociedade, compartilhando instituições comuns e em transformação” (p. 35).

Assim, a busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária implica considerar toda e qualquer tradição como uma “matriz de significados possíveis, que em geral dá o sentido de vida para seus participantes” (CIAMPA, 2004, p. 397). Nesta visão, a imigração

# Artigo

deixa de ser classificada como uma “invasão indesejada” para ser considerada uma oportunidade única de entrar em contato com a diversidade cultural, de onde “nascem as novas ideias, diferentes formas de entender os problemas, a questão da tolerância, o perceber como o outro funciona para o compreender e não gerar atritos” (DUTRA; GAYER, 2015, p. 14). Essa perspectiva é apresentada por Júlia Bartsch, por meio da proposta da “interculturalidade”, que retrata justamente uma postura de abertura, regida pela possibilidade da troca de experiências entre “nós” e “eles”:

*“A proposta da interculturalidade é algo que eu gosto muito de apresentar. [...] Diferente da multiculturalidade, que a gente reconhece que são várias culturas, mas elas não necessariamente se conversam, na interculturalidade a gente vai pensar que existe a possibilidade de troca. Nós, enquanto pessoas que trabalhamos com o imigrante, também somos estrangeiros para essa pessoa. Então o que essa pessoa pode trazer que é interessante para mim. Essa pessoa, como disseram os sujeitos da minha pesquisa, elas não são só ‘coitadinhos’, elas são alguém. [...] São histórias, são pessoas que trazem algo com elas, elas têm uma cultura. Então a interculturalidade vai procurar isso, vai procurar entender que o que eu entendo como manifestações de sentimentos, de situações é o que eu aprendi, mas o que essa pessoa está falando para mim? Às vezes a gente precisa se despir da própria cultura para poder entender a cultura do outro, e também para poder introduzir a nossa cultura de uma maneira que essa pessoa não sinta que essa introdução seja algo intrusivo, seja algo de dizer ‘agora você vai falar do meu jeito, vai se vestir do meu jeito, vai comer do meu jeito’. Então, na verdade, é mostrar-se aberto para a ideia de que existe uma diversidade de culturas e que isso vai fazer esse encontro muito mais enriquecedor. [...] Pensar justamente no que a gente pode fazer para não apenas se colocar no lugar da pessoa que está lá pra cuidar, [...] mas também entender que a gente faz parte desse processo de transformação do imigrante e de nós mesmos. [...] Então uma das coisas que eu sempre oriento é que você consiga entender que existe ali um encontro entre pessoas, não é simplesmente uma pessoa que chega ali precisando de um cuidado, seja um cuidado médico, seja um cuidado em saúde mental, mas é uma pessoa que chega ali com uma história, ela vem de um lugar, ela vem com uma identidade, ela tem o jeito de falar dela, então a gente, enquanto pessoa que cuida, não se colocar no lugar de suposto*

# Artigo

*saber. [...] A gente precisa realmente se colocar no lugar de escuta e entender os nossos próprios incômodos, por que esse estrangeiro me incomoda? [...] Porque eu fui formada enquanto pessoa a acreditar que ser civilizado é agir de uma certa maneira, dentro do meu grupo, mas aquela pessoa vem de outro grupo, para ela é diferente, então vamos aprender também nesse encontro. [...] A integração ela só se dá se o que ela traz com ela também é acolhido, não basta dar casa, comida e documento. Ela precisa entender que ela, enquanto pessoa, enquanto sujeito, enquanto alguém que tem ali as suas próprias características, também está sendo acolhido” (Trecho da fala de Júlia Bartsch, 2021).*

Seguindo o pensamento explanativo a respeito da “integração”, Fernanda Paraguassu exemplifica a importância de olhar para as subjetividades envolvidas no encontro com a alteridade, retratando como os soldados vão muito além do papel social ali representado enquanto integrantes da instituição do “exército”:

*“[...] Quando eu estive em Roraima, eu observei a troca do contingente dos soldados, [...] e você via ali os soldados chegando, soldados que são abordados e abordam diretamente os venezuelanos se esforçando no espanhol; você vê ali todas as soldadas mulheres que passam meses longe, que deixam seus filhos pequenos também em casa. [...] Então, quando a gente fala, por exemplo, do exército ajudando, do exército como instituição, a gente também tem que pensar que são pessoas lidando com pessoas. Esse encontro entre pessoas é muito importante, o tratamento que é dado aos dois lados. [...] E, de novo, eu bato na tecla da informação, de você saber exatamente o que é o refúgio. [...] E aí uma coisa também que é interessante... a resistência chega a ser tão grande que, muitas vezes, as pessoas não optam pela solicitação de refúgio e preferem a residência, porque elas mesmas não querem o rótulo do refúgio. [...] Então eu acho que a informação correta em todos os sentidos, de todos os lados, é muito importante... o esclarecimento de todos, porque você tem de um lado a resistência, o preconceito, a discriminação e que leva, muitas vezes, a pessoa abrir mão, sem saber de seus direitos legais. [...] Eu acho que quando a gente se aproxima de situações, e chega perto de pessoas, a situação começa a mudar, a gente consegue criar uma certa empatia (Trecho da fala de Fernanda Paraguassu, 2021).*

# Artigo

Nesse sentido, Giuliana Redin defende a importância do processo de formação e sensibilização dos agentes públicos que lidam com a realidade do imigrante, trazendo as questões que perpassam o cotidiano desse grupo, o modo como é acolhido, qual a sua possibilidade de comunicação e quem é o sujeito agente presente nesse processo de encontro com o outro:

*“[...] A gente fala de instituições, toda a questão que envolve o primeiro momento da acolhida de um imigrante, que já vem em um processo de travessia, de vulnerabilidade, traumático, [...] e ele encontra o primeiro sujeito, que é um sujeito ligado a segurança do Estado. Ele não vem para uma acolhida de direitos humanos, ele vem para uma acolhida ligada a uma Polícia Federal, ligada ao Ministério de Justiça e Segurança Pública, e que é formado dentro de uma cultura também muito securitizada em relação à questão do imigrante. A gente sabe que também tem todo um processo de formação que se faz, de sensibilização, sobretudo desses agentes que estão atuando mais na ponta da fronteira. E é fundamental, é muito importante pensar, para a própria integração do migrante, na formação de agentes públicos que vão lidar com a realidade do imigrante, não importa em qual instituição que o agente público está ligado. [...] Então é pensar o português como língua de acolhimento, é pensar formas de comunicação que também sejam de promoção de autonomia e de compreensão, você se sentir naquele lugar de poder falar sobre as suas demandas e poder sentir o apoio dos pares que estão ali no processo da comunicação, com possibilidades de acessar a informação, de conseguir enfim se colocar. [...] Há uma lógica sempre de se pensar a assimilação, de se pensar o imigrante como alguém a ser assimilado. [...] A adaptação como uma assimilação, o risco disso ser promovido com muita facilidade. E a expectativa do sujeito, que está nesse processo de encontro com o outro, de achar que está promovendo a integração, quando, na verdade, pode estar promovendo muito mais rupturas, muito mais estranhamento, angústias e tudo que está ligado a ideia dele não se sentir estar ali, que tem algo que não integra” (Trecho da fala de Giuliana Redin, 2021).*

## 8 REFLEXÕES FINAIS

Diante das reflexões elaboradas acerca das experiências e resultados de pesquisas desenvolvidas pelas profissionais convidadas, buscou-se explorar as vulnerabilidades promovidas pela necropolítica e os modos como estas invisibilizam singularidades e naturalizam, de modo estereotipado e perverso, o “ser/estar migrante”. Fernanda Paraguassu, ao focar na dupla invisibilidade que circunda a criança, desvelou as fronteiras físicas e simbólicas presentes no encontro com a alteridade e a importância da comunicação no enfrentamento da estigmatização do migrante como “não-nacional”, que desumaniza e retira o “direito a ter direitos”. Giuliana Redin, partindo da perspectiva do Direito e do pensamento do Estado, explanou o quanto a nova lei migratória foi um avanço em direção à agenda de direitos humanos, que, no entanto, vem sendo minada pela permanência da cultura securitária, impondo inúmeros retrocessos que impedem sua real aplicabilidade. Júlia Bartsch, por sua vez, buscou resgatar a humanidade negada pelas diversas violências impostas lá e cá, desvelando as particularidades que atravessam e definem as experiências migratórias.

Estabelece-se, nesse sentido, uma interconexão entre os processos de exclusão e inclusão que envolvem a identidade da pessoa migrante e o desenvolvimento das políticas identitárias atreladas à noção de território e de nacionalidade. A partir do pensamento de Ciampa (2002), que define que a construção das identidades é um processo sobretudo político, percebe-se que a determinação da identidade migrante extrapola em muito o ato de cruzar fronteiras territoriais. O sujeito migrante é constantemente sujeitado a processos sociais e políticos que evidenciam diversas vulnerabilidades estruturais e não dizem respeito a questões ou condições individuais, mas, sim, um processo sócio-histórico de composição das relações de poder e de dominação.

No caso das migrações, é necessário atentar para as políticas formais que são estruturadas mediante a burocratização dessas relações e que carregam em si o histórico das lutas por reconhecimento e garantia de dignidade. Furlan (2020) faz uma colocação importante a respeito da institucionalização de lutas como esta e afirma que, ao passo que a estruturação de políticas formais é extremamente necessária para garantia e proteção de direitos, esse processo também marca a integração dessas lutas ao mesmo sistema que

# Artigo

gerou essas desigualdades. Logo, as reflexões trazidas evidenciam que, quando as lutas são formalizadas em políticas de difícil acesso e execução, ou quando as estruturas de poder favorecem o desmonte progressivo dessas garantias, a figura do Estado passa a reforçar as identidades marcadas pelas relações de preconceito, exclusão e tantos outros tipos de violência.

Yazbek (2003) faz uma importante contribuição ao debate, lançando seu olhar às classes e grupos subalternos. A autora coloca que a condição de subalternidade é traduzida pela imposição de um projeto político, determinado por uma classe dominante, que necessariamente depende da presença, trabalho e existência da subalternidade. A determinação coletiva dessa identidade, portanto, é o que permite o reconhecimento dos sofrimentos e dificuldades concretas como efeitos de processos e dinâmicas políticas mais abrangentes. Assim, “ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de uma outra cultura em que prevaleçam os interesses de classe” (p. 19).

A imposição desse projeto de identidade, consolidado por uma invisibilização sistemática e legitimada por um sistema burocrático falho, é uma condição de violência primária, de negação do reconhecimento do indivíduo enquanto ser político, histórico e componente de um sistema social que depende desses processos para se manter. Retrata, assim, as (im)possibilidades de emancipação que se constituem na contemporaneidade, sobretudo diante do cenário pandêmico.

À guisa de encerramento, faz-se relevante “*perceber o quanto essa condição de ser migrante é também uma imposição de uma identidade, o quanto isso é muitas vezes degradante de um ser e impõe uma forma de existência que fere a todo e qualquer direito que um ser humano pode estar submetido*”.<sup>8</sup> As entrevistadas apresentaram, de modo claro, o movimento necropolítico que remete à (in)tolerância do migrante no contexto brasileiro, em diversas esferas. Um modo simbólico de estruturar as relações, que atravessa a objetividade por meio das práticas do cotidiano, nas quais se dão as “escolhas” dos corpos que devem viver ou morrer. Nesta morte simbólica, são subjugadas existências cujos potenciais são apagados e os direitos silenciados. A negação da existência do outro “estranho” aparece nas vulnerabilidades impostas diariamente, na hospitalidade condicionada, na ausência de políticas condizentes, nas dificuldades documentais que

# Artigo

impedem uma inserção digna. A existência de barreiras físicas e simbólicas evidenciam aspectos que, cada vez mais, se sobrepõem à famigerada ideia do Brasil como um país acolhedor.

Logo, a proposta deste manuscrito, desenvolvido após um debate promovido em evento ao longo da pandemia, com o objetivo de apresentar a condição migrante em face à crise de saúde pública, acabou por revelar um silêncio estarrecedor, que, aos poucos, ecoa. É na escuta deste silêncio no cotidiano, nas esferas políticas e psicossociais, que a morte simbólica condicionada à não garantia de um lugar de existência genuína pode, talvez, ser combatida de modo amplo, uma vez que as trajetórias pessoais são, também, trajetórias coletivas (SAYAD, 1997).

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2009.

BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. *In*: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de (org.). **Psicologia, E/Imigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 29-45.

BOLSONARO, Jair. **Pacto migratório**. 9 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1082924268361519104>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CASELLA, Paulo Borba. Brasil completa quase dois anos fora do Pacto Global para Migração da ONU. **Jornal da USP**, Atualidades, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-completa-quase-dois-anos-fora-do-pacto-global-para-migracao-da-onu/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). **Pacto Global para a Migração**. UNRIC, 04 fev. 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/pacto-global-para-a-migracao/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CIAMPA, Antonio da Costa. Fundamentalismo: a recusa do fundamental. *In*: PINTO, Elisabete Aparecida; ALMEIDA, Ivan Antônio (org.). **Religiões: Tolerância e Igualdade no Espaço da Diversidade**. São Paulo: Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, 2004. p. 393-397.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (org.). **Uma psicologia que se interroga** – ensaios. São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

# Artigo

DOMENECH, Eduardo. Inmigración, política(s) y “pensamiento de Estado”: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmalek Sayad. *In: DIAS, Gustavo et al. (org.). A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. São Paulo: EDUC, 2020. p. 93-114.

DUTRA, Cristiane Feldmann; GAYER, Suely Marisco. A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13067>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. **Interin**, Paraná, v. 22, n. 1, p. 203-220, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/568/529>. Acesso em: 06 jun. 2022.

FURLAN, Vinicius. **(Bio)políticas de Reconhecimento e Modulação de Personagens**. 2020. 159 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

GARCIA, Luiz Leandro. O que é o Pacto Global de Migrações da ONU? **Politize!**, Política Internacional, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pacto-global-migracoes/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 355 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MIRANDA, Suélen Cristina de. **A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RUSEISHVILI, Svetlana. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo. *In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luis Renato; NANDY, Shaylen (org.). Migrações internacionais e a pandemia da COVID-19*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 160-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Tradução Cristina

# Artigo

Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. A maldição. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 651-653.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Seguro, Centro Cultural de Eventos do Descobrimento, 2008. Disponível em:

[http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth\\_giralda.\\_imigrantes\\_estrangeiros\\_a\\_trajetoria\\_de\\_uma\\_categoria\\_incômoda\\_no\\_campo\\_político.pdf](http://www.imigracaohistorica.info/uploads/1/3/0/0/130078887/seyferth_giralda._imigrantes_estrangeiros_a_trajetoria_de_uma_categoria_incômoda_no_campo_político.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

---

<sup>1</sup> Relato retirado de: GRUPO DE ASSESSORIA A IMIGRANTES E A REFUGIADOS (GAIRE). **Múltiplos olhares: migração e refúgio a partir da extensão universitária**. Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 2016. p. 45.

<sup>2</sup> **Fernanda Paraguassu** é autora do livro infantil sobre refúgio "A menina que abraça o vento - a história de uma refugiada congoleza" (Editora Voo). Seu trabalho final de mestrado, que trata de narrativas de infâncias refugiadas, foi vencedor do Prêmio Compós, na categoria de Melhor Dissertação de 2021.

<sup>3</sup> **Giuliana Redin** é professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Coordena o MIGRAIDH (Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM) e lidera o Grupo de Pesquisa CNPq Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional. Atua na área do Direito Internacional e Direitos Humanos e pesquisa Migrações Internacionais e Direitos Humanos.

<sup>4</sup> **Julia Bartsch** é ex-presidente do MSF-Brasil (2017 a 2020), tendo trabalhado em países como Honduras, Chade, República Democrática do Congo, Guiné Conacry e Libéria. No Brasil, coordenou recentemente a força-tarefa de saúde mental durante a pandemia da covid-19, prestando suporte a profissionais de linha de frente. Com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, esteve também na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul.

<sup>5</sup> Giuliana Redin aprofunda as colocações destes autores no livro de sua autoria. Cf. REDIN, Giuliana. **Psicologia Social da vulnerabilidade do migrante internacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2022.

<sup>6</sup> Julia Bartsch faz referência aos tópicos trabalhados em sua dissertação de mestrado. Cf. BARTSCH, Julia. **Estrangeiro do outro, estrangeiro de si: o (re)conhecer-se para imigrantes e refugiados da República Democrática do Congo na cidade de São Paulo**. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

<sup>7</sup> Fernanda Paraguassu se refere à sua dissertação de mestrado. Cf. PARAGUASSU, Fernanda. **Narrativas de infâncias refugiadas: a criança como protagonista da própria história**. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

<sup>8</sup> Fala literal de Cecília Pescatore Alves, coordenadora do evento, quando do encerramento da mesa de debate.

Recebido em: 23/08/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional** que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## Reflexões iniciais sobre a categoria necropolítica e a epidemia do novo coronavírus: o caso das prisões brasileiras

Lucas Melo Borges de Souza<sup>1</sup>

André Filipe Pereira Reid dos Santos<sup>2</sup>

### RESUMO

A finalidade do artigo é responder ao seguinte problema: em que sentido a expansão do novo coronavírus nas prisões brasileiras, superlotadas e em violação sistemática de direitos e garantias dos presos, pode ser interpretada com base na categoria necropolítica? Para enfrentar a problemática, foi adotada como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica e o exame crítico de notícias jornalísticas, documentos executivos e judiciários. O presente trabalho apresenta uma natureza explicativa, já que a proposta é refletir sobre a realidade prisional brasileira durante a epidemia do novo coronavírus a partir da categoria necropolítica, de modo a entender como tal ideia não pode ser lida sem desconsiderar as particularidades sociais e históricas do Brasil.

**Palavras-chave:** Necropolítica; Epidemia; Novo Coronavírus; Prisões Brasileiras.

*Initial thoughts about necropolitics and the new coronavirus epidemic: the situation of Brazilian prisons*

### Abstract

*The purpose of the paper is to answer the following question: in what sense the expansion of the new coronavirus epidemic in brazilian prisons, overcrowded and in systematic violation of rights of prisoners, could be read on the basis of the necropolitics category? In order to face the question, it was adopted as research technique the bibliographical review and the critical analysis of news, executive and judiciary documents. The present paper has an explanatory nature, as the initiative is to think about*

---

<sup>1</sup> Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória, FDV. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Professor no curso de graduação em Direito da Faculdade Pio XII. Professor no curso de graduação em Direito da Faculdade Pitágoras. Professor no curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo. Advogado. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0737-442X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0978022426087092>. E-mail: meloborges@hotmail.com.

<sup>2</sup> Sociólogo e professor do Programa de Pós-graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, da Faculdade de Direito de Vitória/ES (FDV), pesquisando e lecionando os seguintes temas no mestrado, no doutorado e na graduação: desigualdades sociais, violências e crimes, racismo, ensino do direito, profissões jurídicas, movimentos sociais e cultura política brasileira. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8559-1959>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9404737943888215>. E-mail: afprsantos@gmail.com.

# Artigo

*prison reality through the new coronavirus epidemic on the basis of the necropolitics category, in order to understand how that idea cannot be used without ignoring social and historical aspects of Brazil.*

**Keywords:** *Necropolitics; Epidemic; New Coronavirus; Brazilian Prisons.*

*Reflexiones iniciales sobre la categoría necropolítica y la epidemia del nuevo coronavirus: el caso de las cárceles brasileñas*

## **Resumen**

*El objetivo del artículo es responder al siguiente problema: ¿en qué sentido la expansión del nuevo coronavirus en las cárceles brasileñas, superpobladas y en violación sistemática de los derechos y garantías de los presos, puede ser interpretada a partir de la categoría necropolítica? Para enfrentar el problema se adoptó como técnica de investigación la revisión bibliográfica y el examen crítico de noticias periodísticas, documentos ejecutivos y judiciales. El presente trabajo presenta un carácter explicativo, ya que la propuesta es reflexionar sobre la realidad penitenciaria brasileña durante la epidemia del nuevo coronavirus desde la categoría necropolítica, a fin de comprender cómo tal idea no puede ser leída sin desatender las particularidades sociales e históricas del Brasil*

**Palabras llave:** *Necropolítica; Epidemia; Nuevo coronavirus; Cárceles brasileñas.*

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A epidemia do novo coronavírus (COVID-19) passou a atingir o Brasil nos meses iniciais do primeiro semestre do ano de 2020, o que levou a mobilizações sociais e estatais em torno da proteção à saúde e à vida da população brasileira. Com o aumento de casos de infectados, de internações em hospitais e de mortes por decorrência do vírus, governos municipais e estaduais tomaram diversas medidas sanitárias para tentar conter o surto epidêmico. O fechamento do comércio e de determinados serviços, a conscientização sobre a importância da adoção de máscaras, do uso de álcool em gel, da lavagem das mãos com sabão e do distanciamento social, a ampliação de vagas de UTI, a compra de respiradores, a aplicação de testes e o desenvolvimento de vacinas foram algumas das ações tomadas pela população e/ou pelas administrações públicas.

Embora os dados e as pesquisas indiquem que os mais vulneráveis são aqueles que compõem o grupo de risco, composto por idosos, gestantes e pessoas portadoras de certas morbidades (cardiopatas, pneumopatas, diabetes, obesidade e imunodepressão) (OPAS BRASIL, s/d.), essas medidas visam resguardar a saúde de toda a população.

# Artigo

No que tange à população do sistema penitenciário e socioeducativo, uma das primeiras manifestações do poder público foi a recomendação n. 62/2020, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), direcionada aos tribunais estaduais de justiça e aos tribunais regionais federais. A recomendação segue algumas medidas propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação a tal questão: revisão de prisões provisórias de determinados grupos (gestantes, pessoas com deficiência, idosos e indígenas) e de pessoas presas em presídios superlotados sem equipe de saúde; reavaliação de prisões preventivas decretadas há mais de 90 (noventa dias) decorrentes de crimes praticados sem violência ou grave ameaça; concessão de saída antecipada aos condenados em regime fechado ou semiaberto, nos termos da súmula n. 56, STF, especialmente em relação a gestantes, pessoas com deficiência, idosos, indígenas e de pessoas que cumprem pena em presídios superlotados sem equipe de saúde; concessão de prisão domiciliar a condenados que cumprem pena no regime semiaberto ou aberto; concessão de prisão domiciliar ao condenado que cumpre pena em regime semiaberto ou aberto, com suspeita ou confirmação de COVID-19; separação de presos com sintomas suspeitos de COVID-19; restrições de visitas; fiscalização sobre o uso, por parte dos agentes penitenciários e socioeducativos, de equipamento de proteção individual e adoção de medidas preventivas de higiene; afastamento de agentes do sistema penitenciário e socioeducativo em caso de suspeita de COVID-19 (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020a).

Ocorre que a recomendação, que não tem força vinculante, não tem sido seguida à risca pelo poder judiciário, até por não ter força. E para piorar, as medidas de desencarceramento foram restringidas alguns meses depois pelo próprio Conselho Nacional de Justiça (2020b). Além disso, foi alvo de críticas por parte do governo federal. Por exemplo, o então ministro da justiça Sergio Moro, resumiu a posição ministerial em março de 2020 com a seguinte frase: “não podemos, a pretexto de proteger a população prisional, vulnerar excessivamente a população que está fora das prisões”. Na opinião do ex-ministro, era possível resguardar a saúde e a vida da população penitenciária com ações no interior dos próprios presídios, como a vacinação contra a gripe comum, o isolamento de presos doentes ou com suspeita de COVID-19 em celas individuais e a marcação no chão das celas para delimitar uma distância mínima (COLON; FABRINI, 2020).

Pois bem, o número de presos diagnosticados e mortos não para de crescer. A organização *Open Knowledge Brasil* (2020) comparou a situação da epidemia nas prisões a um

# Artigo

massacre silencioso, pois não se sabe ao certo a extensão da doença nos presídios e tampouco o real número de mortos, uma vez que as informações apresentadas pelos estados da federação são superficiais e incompletas, quando não, inexistentes. A comparação feita pela organização não difere do diagnóstico feito por pesquisadores e autores do tema.

Logo, a finalidade do artigo é responder ao seguinte problema: em que sentido a expansão do novo coronavírus nas prisões brasileiras, superlotadas e em constante violação sistemática de direitos e garantias dos presos, pode ser interpretada com base na categoria necropolítica?

## 2 NECROPOLÍTICA E EPIDEMIA NO BRASIL

Tendo em vista que o problema de pesquisa gira em torno da (in)adequação da categoria analítica de necropolítica para explicar as reações do Estado em face da epidemia do novo coronavírus nas prisões brasileiras, é indispensável em um primeiro momento recuperar a ideia de Achille Mbembe. Em seguida, a categoria deve ser posta diante das particularidades da realidade brasileira, afinal, toda ideia construída tem como fundo o próprio contexto que ela tenta explicar, logo, é preciso verificar se a categoria em questão pode ser aproveitada para explicar a ação estatal nas prisões brasileiras, não obstante o conceito tenha sido moldado para dar conta de outra realidade.

A categoria necropolítica foi criada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe para pensar as formas através das quais o poder soberano inscreve politicamente a vida e a morte em sociedades contemporâneas que vivem em permanente estado de emergência. Isto é, os modos pelos quais o exercício político da soberania subjuga a vida ao poder de morte em situações de exceção (MBEMBE, 2016, p. 123-124).

E a utilização dessa ideia pressupõe uma crítica dos conceitos de soberania, biopolítica e racismo de Michel Foucault e da noção de estado de exceção de Giorgio Agamben.

No que tange aos conceitos formulados por Michel Foucault, a soberania e a biopolítica são duas formas diversas, porém, complementares, de exercício de poder. Se a soberania diz respeito ao poder de fazer morrer e deixar viver, exercido tipicamente pelo Estado sobre determinados indivíduos, a biopolítica funciona como um poder difuso de fazer viver e deixar morrer grupos e populações. E o racismo é, para o autor francês, o mecanismo que, ao inserir a

# Artigo

utilização da raça no interior do funcionamento dos Estados modernos, oferece condições para demarcar socialmente o que deve morrer e o que deve viver (FOUCAULT, 2005, p. 289-309).

Em relação à noção de estado de exceção, o autor italiano teorizou um paradigma de governo no qual os indivíduos são sujeitados a um domínio de pura força de lei, por meio da suspensão da aplicação do direito como regra geral de funcionamento do Estado (AGAMBEN, 2004).

No livro *Necropolítica*, o autor camaronês tentou compreender a relação entre poder, política, vida e morte na África. As circunstâncias históricas do continente africano, resultantes da colonização europeia e da economia escravista, foram o ponto de partida para pensar essa relação na contemporaneidade. Para o autor, a colonização e a escravidão funcionaram na qualidade de laboratórios para a experimentação e a observação de: espaços de exceção nas fazendas e plantações, sujeição da vida do negro escravizado a uma forma de morte ainda em vida (quando não uma morte física) e exercício naturalizado de poder soberano de morte por parte dos senhores de escravos e das autoridades coloniais, não relacionado propriamente a limites legais, mas conveniências políticas. O resultado, a longo prazo, foi um processo histórico de assentamento de uma racionalidade política e econômica a partir da qual a vida social de uns passa pela morte de outros. A expressão dessa racionalidade seria a expansão do direito de matar para além do Estado, em prol de uma lógica de acumulação de capital como fim absoluto e em total desconsideração quanto a questões éticas e sociais (MBEMBE, 2011, p. 21-42). Um exemplo utilizado pelo autor é o de alguns países na África, onde a coerção e a força de lei se tornaram mercadorias providas por milícias urbanas e exércitos paramilitares, que frequentemente se envolvem e influenciam o processo eleitoral, a arena política e a economia. Apoiam ou participam de eleições, ocupam cargos públicos, protagonizam ações extrativistas de riquezas naturais, participam do comércio internacional de armas, lavam dinheiro e bens no exterior.

Esse contexto particular é fundamental para notar, simultaneamente, a imprescindibilidade e a insuficiência das noções de soberania, biopolítica e racismo de Michel Foucault e a noção de estado de exceção de Giorgio Agamben. Isso porque esses dois autores, ao teorizarem essas categorias, pensavam primordialmente a sociedade europeia. Ao fazer uma crítica dessas categorias a partir das singularidades histórico-sociais da África, Achille Mbembe procurou pensar, de forma original, uma outra forma de relação entre poder, política, vida e morte.

# Artigo

No caso da sociedade brasileira, é possível perceber aproximações com a realidade africana retratada pelo autor camaronês, primordialmente devido à experiência colonialista e escravocrata, que moldaram historicamente a relação indivíduo-sociedade-Estado. Nessa linha, o colonialismo e a escravidão foram conjunturas que, mesmo depois da Independência e da Abolição, deixaram marcas na sociabilidade brasileira. A racialização do exercício estatal do poder de morte é um exemplo. Entre a figura do escravo açoitado e a do criminoso morto pela polícia ou encarcerado se formou uma ponte que aproximou o tempo colonialista e escravocrata da contemporaneidade.

Essa é uma manifestação de uma estrutura de violência, construída e assentada ao longo da história e ainda hoje perpetuada na realidade brasileira. O exame da epidemia do novo coronavírus no Brasil não pode desconsiderar tal quadro, sob o risco de produzir uma análise atemporal do acontecimento na sociedade brasileira.

O vírus em si não discrimina, pois coloca todos em perigo, ainda que alguns sofram um risco maior por apresentarem uma morbidade ou uma outra situação anterior. De qualquer forma, em tese, todos estão sujeitos a se contaminarem, transmitirem, perderem pessoas próximas e viverem em um mundo com medo. No entanto, a forma de alastramento da epidemia de coronavírus no Brasil ressaltou pelo menos três questões: a desigualdade social, econômica e política faz com que o vírus também discrimine (BUTLER, 2020, p. 60-62); a (in)ação do Estado é um fator que pode produzir mortes ou salvar vidas; determinados agentes públicos produziram discursos e estratégias voltadas para a proteção e a reativação da economia em detrimento de medidas de proteção à saúde, ou seja, decidiram em prol do sistema econômico mesmo que isso custasse vidas humanas (CONNECTAS, 2020).

Mas para aproximação mais adequada da realidade brasileira atual à categoria de necropolítica, não basta conectar essas três questões, pois uma das chaves teóricas de Achille Mbembe é a ideia da difusão do poder de morte para além da figura do Estado. E isso é cabível a partir do momento em que se verificou o alastramento, via canais oficiais e mídias sociais, dos discursos políticos de ataque às medidas de isolamento social e de defesa da economia durante a epidemia do novo coronavírus. A “necropolítica à brasileira” se materializou, como pontuou o psicanalista Christian Dunker, na medida em que os argumentos “economia é vida” e “emprego é vida” se tornaram filtros de interpretação da epidemia e instrumentos discursivos de cidadãos e empresários em prol da reabertura econômica e do desrespeito ao isolamento social (MENDONÇA, 2020).

# Artigo

A partir desse instante houve uma disseminação do poder de morte para todo o corpo social. As ações sistemáticas de desrespeito ao isolamento social e desobediência às medidas de restrição das economias locais, legitimadas por discursos de agentes público, provocou um aumento nas infecções e mortes. Em outras palavras, a lógica econômica de enriquecimento e acumulação foi sustentada enquanto fim social em prejuízo de uma racionalidade ética de preservação da vida.<sup>1</sup>

### **3 PRISÕES BRASILEIRAS, EPIDEMIA E NECROPOLÍTICA**

Depois de expor uma relação inicial entre necropolítica e epidemia no Brasil, é preciso refletir se esta lógica tem alcançado a realidade carcerária brasileira. Para isso, é preciso antes apresentar algumas particularidades histórico-sociais das prisões no Brasil: o encarceramento em massa, a violação sistemática de direitos e garantias dos presos no interior das prisões, o racismo estrutural que circunscreve a população penitenciária a um perfil com cor, idade, sexo e classe.

Em um trabalho recentemente publicado, Luiz Phelipe Dal Santo (2019) sublinhou uma das especificidades do sistema prisional brasileiro, que é o fato de ser caracterizado por condições desumanas desde o seu início, no Império, com a diferença de, a partir do início dos anos 1990, impor tais condições desumanas a cada vez mais presos, tendo em vista as altas taxas de encarceramento. Ou seja, desde a origem as prisões brasileiras são insalubres, desumanas e inefetivas na finalidade de ressocialização do apenado. A lógica de funcionamento da prisão no Brasil, ao longo de sua história, sempre foi a de um espaço para o depósito e a neutralização daqueles selecionados pelo sistema penal.

Com a redemocratização não houve uma alteração dessa lógica de funcionamento. A diferença é que na Nova República foi sustentada uma política criminal de expansão do sistema penal, que ganhou forma em um aumento explosivo da população carcerária nos últimos 30 anos.

Do ponto de vista das condições de aprisionamento no Brasil, apenas recentemente o poder judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, reconheceu o que é a própria forma geral de aprisionamento desde o período imperial: o sistema carcerário brasileiro é um mecanismo de violação generalizada e sistemática de direitos fundamentais, haja vista o desrespeito contínuo, por parte da União e dos Estados, à Constituição, ao Código Penal e à Lei

# Artigo

de Execução Penal. Embora tenham sido deferidas apenas algumas das medidas pleiteadas na arguição de descumprimento de preceito fundamental, incapazes de provocar mudanças significativas no “estado de coisas inconstitucional” das prisões brasileiras, é simbólica a afirmação da corte constitucional da existência de uma “cultura do encarceramento” no poder judiciário brasileiro e da necessidade de atuar sobre a formação dos juízes de direito (BRASIL, 2015).

Pelas condições bárbaras, com altos índices de torturas e maus tratos (uso indiscriminado de celas de isolamento, bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta, balas de borracha, exposição de presos nus em chão escaldante e outras práticas), mortes e assassinatos pelas forças de segurança ou pelos próprios presos, doenças infectocontagiosas, comida estragada, água suja, superlotação, utilização de contêineres como celas, presença intensa de ratos e baratas, o sistema carcerário brasileiro ficou conhecido no mundo e foi alvo de denúncias em organismos internacionais.

Conforme o *World Prison Brief* (s/d.), no ano de 1995 a população carcerária brasileira era de 173.104, a uma taxa de 107 presos para cada 100 mil habitantes. Segundo dados atualizados em dezembro de 2019 do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020), no ano de 2000 o sistema carcerário nacional contava com 232.755 presos, a uma taxa de 133 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2019, a população carcerária brasileira alcançou o número 755.274, a uma taxa de 359 presos para cada 100 mil habitantes. Entre o ano 1995 e 2019 houve um aumento absoluto de aproximadamente 430% e um aumento relativo de quase 270%. No ano de 2000 o déficit de vagas era de 97 mil vagas. Em 2019 o déficit de vagas alcançou o número total de 312 mil vagas. Ainda segundo os dados do Ministério da Justiça, a população que sofre com a superlotação e as condições bárbaras do sistema penitenciário brasileiro é constituída, em sua maioria por homens, jovens, negros ou pardos e com baixa escolaridade, respondendo ou cumprindo pena por crimes patrimoniais e relacionados ao tráfico de drogas.

Além do encarceramento em massa e das condições desumanas das prisões brasileiras, um terceiro componente histórico-social a ser considerado para a análise é o racismo estrutural que, toma como ponto de partida a ideia de que o racismo é constituinte da formação social brasileira, de maneira a configurar as relações individuais e institucionais (ALMEIDA, 2018, p. 38-39). E uma dessas relações moldadas social e historicamente pelo racismo é a relação entre sociedade, sistema de justiça criminal e indivíduo selecionado, criminalizado e punido.

# Artigo

Nesse sentido, é preciso entender os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nas prisões brasileiras com o pressuposto de que o sistema de justiça criminal é delimitado historicamente a cumprir uma função de controle e neutralização de determinada população com marcadores sociais claros em termos de cor da pele, sexo, classe e território. E essa população, que é presa pela polícia, julgada pelo poder judiciário e punida pelo regime penitenciário, se torna um alvo vulnerável ao novo coronavírus, uma vez que se encontram em condições diametralmente opostas às recomendações oficiais dos órgãos de saúde (distanciamento social, adoção de práticas de higiene, uso de máscara e álcool em gel, acesso a vagas de UTI).

Pois bem, talvez um dos principais obstáculos para aplicar a categoria necropolítica no contexto da epidemia do novo coronavírus nas prisões brasileiras seja o fato de que a competência para administrar tais estabelecimentos é do Estado brasileiro, logo, o poder de deixar morrer parte da população penitenciária é exercido por agentes estatais. O elemento necropolítico da difusão desse poder para além do Estado, em uma mecânica de funcionamento exclusivamente econômica, se torna difícil de ser concebida dentro das prisões brasileiras, de modo que o poder de morte aparente estar mais próximo da soberania foucaultiana (FOUCAULT, 2010).

Por exemplo, de acordo com relatório produzido pela *Open Knowledge Brasil* (2020), não é possível saber com precisão a extensão da epidemia e o número de mortos nas prisões brasileiras, uma vez que as informações apresentadas pelos estados da federação são superficiais e incompletas, quando não, inexistentes. Logo, por inércia e desídia das administrações estaduais, se estaria a operar um massacre silencioso e invisível nos presídios brasileiros.

Além disso, o não cumprimento efetivo da recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça, também seria um caso típico de exercício estatal do poder de morte sobre a população carcerária.

O que talvez possa vir a permitir uma adequação do conceito de necropolítica à realidade das prisões brasileiras no contexto da epidemia seja a questão da vacinação. Isso porque, para além dos presos que fazem parte do grupo de risco (idosos, cardiopatas, diabéticos, etc.), a população penitenciária pode ser enquadrada como um grupo socialmente vulnerável ao risco de contaminação e morte, tendo em vista as condições das prisões, por conseguinte, poderiam ser alvos prioritários da vacinação, junto com os integrantes do grupo de risco que vivem em

# Artigo

liberdade. Afinal, como disse o especialista em bioética Arthur Caplan, as prisões são locais de incubação e transmissão de doenças, pois ao contrário do que se pensa, são espaços onde circulam uma grande quantidade de pessoas (funcionários carcerários e do poder judiciário, advogados, agentes de fiscalização, familiares de presos e outros) (CORRÊA, 2020).

Nessa situação hipotética, um movimento de contestação por parte de agentes públicos em consonância com setores da população e do empresariado em prol da não prioridade da vacinação de pessoas privadas da liberdade, com o discurso de que os presos são fardos sociais e que somente geram custos financeiros para o Estado, poderia constituir um exercício difuso do poder de expor à morte esse setor populacional, com base em uma sufocamento de um olhar ético por uma racionalidade político-econômica.

Em janeiro de 2021, o Ministério da Saúde alterou o Plano Nacional de Imunização e retirou a população carcerária da quarta e última fase da etapa de vacinação prioritária, aparentemente para satisfazer um senso comum que historicamente estigmatiza o preso como um subcidadão (FUZEIRA, 2021).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi construído em três etapas para responder à pergunta lançada. Em um primeiro momento, a categoria necropolítica de Achille Mbembe foi sucintamente apresentada, com destaque para a relevância dada pelo autor às particularidades do continente africano quando da construção da ideia. Depois, a racialização do poder de morte exercido historicamente pelo Estado brasileiro foi destacada enquanto uma característica que aproxima o Brasil do continente africano, porém, não basta para a devida aplicação da ideia de necropolítica, uma vez que a difusão do poder de morte para além da ação estatal, a partir de uma racionalidade econômica excludente, aparece como uma das singularidades de tal categoria. Em seguida, as condições sociais e históricas das prisões brasileiras foram destacadas, para então pensar como a noção de necropolítica poderia servir para pensar a epidemia do novo coronavírus nos estabelecimentos penitenciários.

A conclusão a que se chegou foi de que um caminho para se pensar a categoria necropolítica no quadro das prisões brasileiras é a partir da questão da imunização da população prisional, pois se trata de um grupo socialmente vulnerável, mas que por pressões políticas e populares deixou de constar nas primeiras fases da etapa de vacinação prioritária.

# Artigo

Ao tomar tal decisão, foi adotada uma tecnologia de gestão social, articulada entre Estado e parte da sociedade, na qual se exerceu o poder de deixar morrer aqueles que historicamente foram tratados como menos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão do Tribunal Pleno em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 MC/DF**, 2015. Disponível em: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br). Acesso em: 01 jul. 2019.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus límites. *In: Sopa de Wuhan*. Buenos Aires: ASPO, 2020.

COLON, Leandro; FABRINI, Fábio. Não podemos soltar presos e pôr em risco população, diz Moro sobre crise do coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/nao-podemos-soltar-presos-epor-em-risco-populacao-diz-moro-sobre-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONNECTAS. **Boletim n. 10: Direitos na Pandemia – mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, 2020. Disponível em: [https://www.connectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim\\_Direitos-naPandemia\\_ed\\_10.pdf](https://www.connectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-naPandemia_ed_10.pdf). Acesso em: 01 fev. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação n. 62, de 17 de março 2020**, 2020a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação n. 78, de 15 de agosto 2020**, 2020b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original170753202009255f6e23e9a58d4.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CORRÊA, Alessandra. Por que os especialistas defendem que presos estejam entre grupos prioritários na vacinação contra a covid-19. **BBC News**, Washington, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55360536>. Acesso em: 01 fev. 2021.

DAL SANTO, Luiz Phelipe. Cumprindo pena no Brasil: encarceramento em massa, prisão depósito e os limites das teorias sobre giro punitivo na realidade periférica. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 151, p. 291-315, 2019.

# Artigo

FOUCAULT, Michel. **Em defesa de sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FUZEIRA, Victor. Sem vacina, cadeias brasileiras viram “vetores de contaminação” da covid-19. **Metrópoles**, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/sem-vacinacadeias-brasileiras-viram-vetores-de-contaminacao-da-covid-19>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**, seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Madrid: Melusina, 2011.

MENDONÇA, Heloísa. Pandemia expõe “necropolítica à brasileira” e uma certa elite que não vê além do umbigo. **El País**, São Paulo, 07 mai. 2020. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim\\_Direitos-naPandemia\\_ed\\_10.pdf](https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-naPandemia_ed_10.pdf). Acesso em: 01 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO BRASIL. **Relatório do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (julho-dezembro 2019)**, 2020. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/br/br>. Acesso em: 18 jun. 2020.

OPAS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em: 25 mai. 2020.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **País não conhece extensão da Covid-19 em unidades prisionais**. 2020. Disponível em: [https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/ESTADOS\\_TransparenciaCovid19\\_Boletim\\_6\\_2\\_0.pdf](https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/ESTADOS_TransparenciaCovid19_Boletim_6_2_0.pdf). Acesso em: 29 jan. 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao estado Suicidário**. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>. Acesso em: 01 fev. 2021.

WORLD PRISON BRIEF. **World Prison Brief Data**, s/d. Disponível em: [www.prisonstudies.org](http://www.prisonstudies.org). Acesso em: 23 abr. 2019.

.....

# Artigo

.....

---

<sup>1</sup> Inclusive, para alguns, se estaria a caminhar para algo além de uma necropolítica. Na visão de Vladimir Safatle, está em gestação um Estado Suicidário no Brasil, já que não somente a morte de setores da população é administrada, mas também a própria destruição do Estado (SAFATLE, 2020).

Recebido em: 01/02/2021

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## Prisão domiciliar na pandemia: miradas sobre *ethos*, *pathos* e punição

Hilbert Reis Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A partir de textos jornalísticos, o presente estudo pretende analisar aspectos relacionados ao *ethos*, ao *pathos*, e as práticas discursivas de punição e a anti-punição no que concerne às concessões de prisão domiciliar durante a pandemia de coronavírus. O recorte atende especialmente a maneira como alguns textos jornalísticos representaram as recomendações n. 62/2020 e 91/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no que se referem a concessão de prisão domiciliar a todas as pessoas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, e a determinados grupos de risco para o coronavírus. Para tanto, foi empregada pesquisa qualitativa, com metodologia indutiva e o uso de técnica de análise documental e bibliográfica. Inserido no âmbito da interdisciplinaridade, este trabalho também não se olvida das subjetividades, entrecruzando teceduras entre a criminologia, o direito e a comunicação.

**Palavras-chave:** Pandemia; Coronavírus; Prisão domiciliar; Notícia.

*House arrest during the pandemic: investigating ethos, pathos and punishment*

### Abstract

*Based on journalistic texts, the present study intends to analyze aspects related to ethos, pathos, and discursive practices of punishment and anti-punishment regarding the concession of house arrest during the coronavirus pandemic. This work will analyze the recommendations n. 62/2020 and 91/2021 of the National Council of Justice (CNJ), in some journalistic texts, regarding the granting of house arrest to all people sentenced in an open and semi-open regime, and to groups at risk for the coronavirus. Therefore, the research is qualitative, inductive and with the use of documentary and bibliographic analysis technique. Within the scope of interdisciplinarity, this work also does not forget about subjectivities, crossing weavings between criminology, law and communication.*

**Keywords:** Pandemic; Coronaviruses; House arrest; News.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia e Direito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É membro do NEPAL (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Aprisionamentos e Liberdades) da UNESP. É mantenedor da Castle Centro Educacional. É membro do corpo editorial e revisor da Revista Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito (ISSN eletrônico 2318-4558 e físico 1678-7145). Atua como advogado, desde 2015. Áreas de interesse: Criminologia, Mídia(s), Direito Penal e Antropologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9539-4844>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6887077813716582>. E-mail: [hilbertreis@gmail.com](mailto:hilbertreis@gmail.com).

# Artigo

*Prisão domiciliar na pandemia: pontos de vista sobre el ethos, pathos y la punición*

## **Resumen**

*A partir de textos periodísticos, el presente estudio pretende analizar aspectos relacionados con el ethos, el pathos y las prácticas discursivas de punición y antipunición en torno a las concesiones de prisión domiciliar durante la pandemia del coronavirus. El recorte sirve especialmente la forma que algunos textos periodísticos representaron las recomendaciones n. 62/2020 y 91/2021 del Consejo Nacional de Justicia (CNJ), en lo que refiere a la concesión de la prisión domiciliar a todas las personas que cumplen condena en régimen abierto y semiabierto, y a determinados grupos de riesgo por el coronavirus. Por lo tanto, se utilizó la investigación cualitativa, con metodología inductiva y el uso de la técnica de análisis documental y bibliográfico. De ámbito interdisciplinar, este trabajo tampoco olvida las subjetividades, entrelazando conocimientos de la criminología, el derecho y la comunicación.*

**Palabras clave:** *Pandemia; Coronavirus; Prisión domiciliar; Noticias.*

## **1 INTRODUÇÃO**

Salta-nos aos olhos as cifras de vidas perdidas durante a pandemia de coronavírus entre os anos de 2020-2021.<sup>1</sup>

Nesse momento<sup>2</sup> em que escrevo o presente artigo, 75,6% da população brasileira apta para vacinação contra o coronavírus encontra-se com a primeira dose de alguma das vacinas aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e 58,6% encontra-se totalmente vacinada.<sup>3</sup> Arrisco-me a dizer que o pior momento do início da segunda década dos anos 2000 já foi superado.

Agora, com uma certa distância dos mais trágicos momentos da pandemia de coronavírus, lanço-me a analisar algumas particularidades no que concerne ao *ethos*, ao *pathos*, a punição e a anti-punição, com enfoque nas concessões de prisão domiciliar durante os intervalos de março de 2020 a abril de 2020 e de março de 2021 a abril de 2021, correspondentes, consecutivamente, ao período inicial da pandemia no Brasil<sup>4</sup> e ao período com mais mortes registradas por coronavírus durante os anos de 2020 e 2021.<sup>5</sup>

O objetivo desse trabalho consistirá em analisar a maneira como alguns textos jornalísticos trataram as concessões de prisões domiciliares durante o período da pandemia de coronavírus no Brasil, com recorte no *ethos*, *pathos*, e na punição e anti-punição. A análise terá como objeto principal a seleção de textos jornalísticos e, como objeto secundário, as recomendações n. 62, de 17 de março de 2020, e n. 91, de 15 de março de 2021.<sup>6</sup> Tais recomendações consistem em medidas preventivas de propagação da infecção pelo coronavírus

# Artigo

e suas variantes, instituídas no ambiente da justiça penal, socioeducativo e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs).

Dentre as várias adoções de medidas preventivas adicionais à propagação da infecção pelo coronavírus e suas variantes presentes nas recomendações do CNJ, a que interessa ao presente trabalho são as concessões de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto a determinados grupos sociais e/ou de risco e a concessão de prisão domiciliar em relação a todas as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto.

A proposta inicial consiste em dividir a presente investigação a partir de dois feixes de análise: em relação aos conceitos de *ethos* e *pathos*, referidos à dramaticidade de um contexto de pandemia de coronavírus; e em relação aos conceitos de punição e anti-punição. Ainda que sob escritas imparciais (ou ditas imparciais), pretende-se-á discutir em que medida os textos jornalísticos selecionados articulam-se em aspectos relacionados ao *pathos*, considerando sê-lo um “construto psicológico para a natureza psíquica do humano. Representa o sofrimento, a experiência afetiva, as emoções” (CERQUEIRA FILHO, 2012, p. 173). De igual maneira, pretende-se-á discutir o *ethos*, ou seja, “o construto sociológico para a natureza social do humano, referido tanto à comunidade quanto à sociedade” (p. 173).

N’outro giro, mas envolvido também na articulação entre *ethos* e *pathos*, será o meu propósito analisar os textos selecionados, a partir de uma mirada em relação às representações e as práticas discursivas, com intuito de mapear a presença de aspectos relacionados à punição e anti-punição, no que tange especialmente às concessões de prisões domiciliares no período de vigência das recomendações do CNJ durante a pandemia de coronavírus. No que se refere às práticas discursivas é em Teun Van Dijk (1990; 1996) de onde provém os meus maiores subsídios teóricos para lançar-me em direção ao campo para a observação e análise.

Assim, em resumo, o presente estudo se centrará ao *ethos* e *pathos* e as práticas discursivas de punição ou anti-punição em relação as notícias sobre concessões de prisões domiciliares no período de vigência das recomendações do CNJ durante a pandemia de coronavírus.

Utilizando dados abertos da plataforma “Google Notícias”<sup>7</sup>, compus um *corpus* dividido em dois momentos: O primeiro, correspondente a data da publicação da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 62, de 17 de março de 2020<sup>8</sup>, até os 30 (trinta) dias

subsequentes; e, o segundo, da última alteração no texto, acontecida por intermédio da recomendação n. 91, de 15 de março de 2021, até os 30 (trinta) dias subsequentes desta.<sup>9</sup>

Na sequência do presente artigo, trarei a análise também em dois momentos, primeiro com enfoque ao *ethos* e *pathos* e, após, em face às práticas discursivas de punição ou anti-punição, com base nos recortes temporais demonstrados acima.

## **2 ETHOS E PATHOS: O CORONAVÍRUS ENQUANTO UM DRAMA LUTUOSO**

Foi numa tarde invernical de julho, sentado em meu escritório em frente ao computador – hábito intensificado sobremaneira desde a chegada do vírus do coronavírus ao Brasil –, que me vi diante de uma expressão até então não costumeiramente empregada: *drama lutuoso*.<sup>10</sup> Inserido na dimensão do subjetivo, preso entre quatro paredes em razão do medo<sup>11</sup> de uma doença até então bastante letal, acompanhava atento às lições dos professores Gizlene Neder e Gisálio Cerqueiro Filho.<sup>12</sup> Eles, no Cosme Velho, Rio de Janeiro. Eu, em Ribeirão Preto, São Paulo.

A expressão era drama lutuoso. Tudo, naquele momento, remetia-me a ela, ainda que a partir de perspectivas oblíquas ao pensamento de Walter Benjamin. Algumas palavras-chaves ajudam a aclarar as razões para tal: Pandemia, coronavírus, governo Bolsonaro, centrão, hidroxiquina, kit-covid, vacina, ocupação dos leitos de UTI, mortes-diárias, mortes, mortes e mortes.

Nessa acepção, temos que, segundo João Barrento, “o termo *Trauerspiel* deveria traduzir-se, literalmente, por drama lutuoso, que não corresponde a nenhuma designação de gênero em português” (CERQUEIRA FILHO, 2012, p. 181). Sob tal perspectiva, basta-me ouvir quaisquer das expressões acima, as quais alcunhei de palavras-chaves, que me projetam lembranças e um sentimento lutuoso referente aos piores dias da pandemia de coronavírus que, felizmente, na presente data, parece pertencer ao universo do passado.

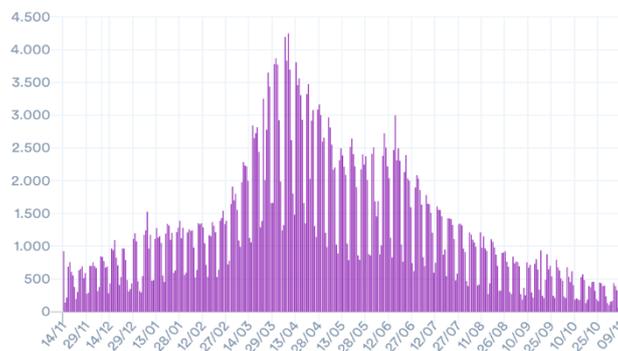
Se o *pathos* é o “construto psicológico para a natureza psíquica do humano, representa o sofrimento, a experiência afetiva, as emoções” (CERQUEIRA FILHO, 2013, p. 173), e “é evocativa de um sofrimento implícito no sentir a dor presente no corpo e na imaginação” (p. 173), portamos, pois, razões para acreditar que a pandemia de coronavírus nos despertou

# Artigo

emoções e sentimentos lutosos aparentemente transitórios, ainda que tenham deixado algumas sequelas.<sup>13</sup>

Com efeito, posso afirmar com segurança que o dia 8 de abril de 2021 está marcado como o dia mais trágico da história brasileira. Tratou-se do dia com o maior número de mortes em decorrência das complicações do coronavírus: 4.292 vidas perdidas.<sup>14</sup> Todas mortes não-visíveis, ocultas e ocultadas em leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), onde apenas alguns profissionais da saúde, agentes do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) ou do Instituto Médico Legal (IML) e agentes funerários, permanentemente enlutados, entregavam os corpos das vítimas do coronavírus para um ou dois membros das famílias, em caixão fechado.

**Figura 1** - Óbitos de COVID-19 por data de notificação (Adaptado).



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2021.<sup>15</sup>

Assim, compreendendo o *ethos* como “construto sociológico para a natureza social do humano, [...] sempre presente um caráter acentuadamente normativo” (CERQUEIRA FILHO, 2013, p. 173), temos que o período marcado pela pandemia de coronavírus nos trouxe um maior afloramento do *pathos* sobre o *ethos*, no sentido das subjetividades terem sido tomadas pelo sofrimento e pela dor, deixando as identidades sociais (*ethos*) de certo modo “abaladas” temporariamente, ainda que ao fim e ao cabo, prevaleça o caráter normativo do *ethos*.

Se em “Sufoco nas alturas: Sobre páramo, de Guimarães Rosa”, Cerqueira Filho (2013) articula brilhantemente *ethos* e *pathos* enquanto “[...] construtos específicos referidos ao conto ‘Páramo’ com base no método clínico” (PINTO, 2014, p. 72), o que tenciono, timidamente nesse primeiro momento, é apenas aproximar as subjetividades atinentes a relação entre *ethos*

# Artigo

e *pathos* ao recorte histórico mais lutuoso do Brasil, com o objetivo de abrir às discussões sobre práticas discursivas de punição ou anti-punição em relação as notícias sobre concessões de prisões domiciliares no período de vigência das recomendações do CNJ durante a pandemia de coronavírus.

### **3 PRISÃO DOMICILIAR: ALGUNS ASPECTOS SOBRE PUNIÇÃO E ANTI-PUNIÇÃO**

Devido a propagação da infecção pelo novo coronavírus e suas variantes, foi instituído no ambiente da justiça penal, socioeducativo e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs), a adoção de medidas preventivas, por força da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 62, de 17 de março de 2020, alterada pela recomendação n. 91, de 15 de março de 2021.

Tal recomendação consistiu na adoção de medidas preventivas ao incremento de casos de coronavírus especialmente nas unidades prisionais, as quais contam na maioria com espaços superlotados, claustrofóbicos, insalubres, morbosos, enfim, lugares perfeitos para a propagação da infecção pelo novo coronavírus, que se transmite pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas. Com efeito, a recomendação 62/2020 do CNJ aconselha que:

Art. 5º. Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I. concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

[...]

# Artigo

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todas as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução;

IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal.

Destarte, a partir de dados disponíveis na plataforma “Google Notícias”, um banco agregador de notícias em formato de *clipping*, compus um *corpus* dividido em dois momentos: O primeiro, correspondente a data da publicação da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 62, de 17 de março de 2020, até os 30 (trinta) dias subsequentes; e, o segundo, da última alteração no texto, acontecida por intermédio da recomendação n. 91, de 15 de março de 2021, até os 30 (trinta) dias subsequentes desta.

O presente *corpus* refere-se unicamente como material exemplificativo e ilustrativo dos recortes temporais e temáticos vinculados a presente pesquisa, não necessariamente implicando, em maior ou menor grau, a uma definitiva perspectiva do tema em relação ao(s) meio(s) de comunicação analisado(s).

### 3.1 De 17 de março de 2020 a 17 de abril de 2020

No intervalo analisado de 17 de março de 2020 a 17 de abril de 2020 foram publicados 119 textos jornalísticos que empregaram as palavras-chaves “prisão domiciliar” e “coronavírus”. Assim que foi publicado o primeiro texto da recomendação n. 62/2020 do CNJ, em 17 de março de 2020, alguns jornais – no anseio pela instantaneidade jornalística, também chamada popularmente de “furo de reportagem” – veicularam as primeiras notícias referentes a recomendação.

O primeiro veículo a publicar a respeito da publicação da recomendação n. 62/2020 do CNJ, às 15h42, de 17 de março de 2020, foi a Agência Brasil, com o seguinte texto de manchete: “Contra coronavírus, CNJ recomenda revisão de prisões provisórias. O conselho emitiu recomendações a juízes e tribunais.”<sup>16</sup> O texto jornalístico apresentou-se da seguinte forma: Ao todo foram 2.863 caracteres. Destes, 362 caracteres foram dados provenientes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para a contextualização da quantidade de pessoas presas no Brasil; 1.684 caracteres foram dados provenientes da própria recomendação do CNJ; 527 caracteres foram dados referentes à introdução textual e à publicação e

# Artigo

promulgação da recomendação; e os 290 caracteres restantes, ao final do texto, contaram com o seguinte texto:

Ontem (16), centenas de presos fugiram de presídios de São Paulo depois que a saída temporária de Páscoa foi suspensa em razão da pandemia de Covid-19 (novo coronavírus). Até o momento, 573 internos foram recapturados, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (AGÊNCIA BRASIL, 2020, s/p.).

Nesse sentido, para Raúl Eugénio Zaffaroni (2012, p. 234, tradução nossa)<sup>17</sup>, “o poder punitivo não seleciona sem sentido”. Da mesma maneira, podemos inferir que a estrutura de um texto jornalístico não faz-se sem sentido, ou seja, ao concluir o texto sobre a recomendação da prisão domiciliar em tempos pandêmicos (atual) com o “requeamento” de notícia sobre “fuga de presidiários” (passado), mostra uma implícita-explicita tendência punitivista à rejeição com a recomendação 62/2020 do CNJ.

A par disso, observei a presença de três caminhos noticiosos para a recomendação n. 62/2020 do CNJ: (I) Veículos que noticiavam uma quase íntegra do texto da recomendação, com algumas poucas informações e contextualizações acerca de alguma situação particular do município ou estado em questão; (II) Veículos que noticiavam e incutiam algum tipo de posicionamento contrário à recomendação, por meio de fatos concretos pretéritos relacionados à fuga(s) e não retorno de presidiários; (III) Veículos que se baseavam em casos concretos de cumprimento da recomendação, como modelo exemplificativo de repúdio/renegamento à recomendação.

Especialmente em relação aos itens (II) e (III) foi onde encontrei os principais materiais relacionados à perspectiva punitivista. Em sua maioria, os textos se apresentam sob o véu da (im)parcialidade, contudo com base em representações retóricas e simbólicas marcadas pelas linhas quase *inconciliáveis* do cidadão (de bem) e dos outros, criminosos. Para tanto, o uso de personagens “presos famosos” foi empregado em 45 notícias/manchetes dos 119 textos jornalísticos analisados. São personagens como Roger Abdelmassih, ex-médico condenado a 173 anos pelo abuso sexual de pacientes; Dário Messer, “doleiro dos doleiros”; Marcos Valério, operador do mensalão; e Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara envolvido em escândalos de corrupção, ou seja, tratam-se de casos midiáticos, que geraram comoção e repulsão na sociedade, e que de maneira quase intuitiva acionam na maioria das pessoas a “subjetividade punitiva que está pedindo o tempo todo mais castigo” (BATISTA, 2010, p. 32).

# Artigo

Sem embargo, o grosso dos(as) presos(as) no Brasil contemporâneo não é composto por personagens com extensas listas de crimes ou que se apropriaram de milhões de reais indevidamente, mas de pessoas presas (provisoriamente ou condenadas) por conta de (I) ínfimas quantidades de entorpecente (tráfico), ou (II) pequenos furtos, geralmente para a alimentação de si, da família ou de algum vício – podendo recair também no item (I)<sup>18</sup> –, ou seja, em situações onde o “valor moral cede ao apelo e à urgência do valor econômico” (ARRUDA JUNIOR; GONÇALVES, 2002, p. 136).

Dessa maneira, de 17 de março de 2020 a 17 de abril de 2020, pude perceber uma clara presença, porém disfarçada – *ocultada* –, de representações e práticas discursivas calcadas em perspectivas punitivistas; sendo que o grande número de textos jornalísticos encontrados com as palavras-chaves “prisão domiciliar” e “coronavírus” (uma média de 3,96 textos/dia) indica um claro interesse para além do campo meramente informativo, voltado a disseminação de certos interesses políticos e privados, posto que o “mundo desenhado pela grande mídia é uma esfera pública somente na aparência” (HABERMAS, 1991, p. 171). Ademais, de acordo com Van Dijk (1996):

Na mídia, [as minorias] têm acesso limitado apenas para algumas poucas atividades visíveis (muito moderadas). Como resultado, a equipe da redação é praticamente inteiramente branca, e isso terá sérias consequências para a produção das notícias, estilo de escrita, acesso as fontes e perspectiva geral do discurso das notícias ou de programas de televisão (HARTMANN; HUSBAND, 1974; MARTINDALE, 1986; SMITHERMAN-DONALDSON; VAN DIJK, 1988; VAN DIJK, 1991 *apud* VAN DIJK, 1996, p. 92).

### 3.2 De 15 de março de 2021 a 15 de abril de 2021

Entre os dias 15 de março de 2021 a 15 de abril de 2021 foram publicados 10 textos jornalísticos que empregaram as palavras-chaves “prisão domiciliar” e “coronavírus”. Como pode-se perceber, o presente período analisado é composto por uma quantidade de materiais de análise demasiadamente inferior quando comparado ao período anterior, de 17 de março de 2020 a 17 de abril 2020. São muitas razões para isso: A primeira, decorre do fator “novidade” ou “atualidade”; a segunda, do interesse do público; e a terceira, da noção de choques de interesse e a importância dos personagens envolvidos (MEYER, 1990, p. 53-59).

# Artigo

O presente recorte temporal se justifica por se referir ao período de 30 dias subsequentes a publicação da recomendação n. 91/2021 do CNJ, a qual faz referência a medidas nacionais e internacionais e a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à contenção da pandemia, considerando “a subsistência da crise sanitária, a eclosão de variantes virais mais contagiosas e potencialmente mais letais, a necessidade de atualização dos protocolos de proteção à saúde à luz do conhecimento científico desenvolvido sobre a matéria, bem como as consequências e impactos sociais decorrentes do longo tempo de exposição da população à Covid-19” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021, s/p.).

Esse período selecionado de 15 de março de 2021 a 15 de abril de 2021 também foi aquele onde foi registrado o maior número de mortes em um único dia por complicações pelo coronavírus: 4.249 mortes, no dia 8 de abril de 2021, o que considerei como o recorte histórico mais lutuoso da história brasileira.

Com isso, sabendo-se que os ambientes penitenciários são lugares cuja transmissão da doença poderia rapidamente contaminar centenas de pessoas, era de se esperar que a emergência humanitária em relação ao cumprimento da recomendação n. 91/2021 do CNJ fosse uma das principais pautas dos textos jornalísticos selecionados. Contudo, não foi o que aconteceu, fazendo-nos recordar que o valor-notícia pode se operar “[...] como estrutura de retaguarda social, profunda e escondida, e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo” (PONTE, 2005, p. 192).

Nessa acepção, verifiquei que as mesmas impressões extraídas do início da pandemia de coronavírus, ou seja, do período de 17 de março de 2020 a 17 de abril de 2020, foram observadas no que se refere às perspectivas punitivistas em relação à temática do desencarceramento emergencial e humanitário em decorrência da propagação do coronavírus no intervalo de 15 de março de 2021 a 15 de março de 2021, o mais mortal durante toda a fase da pandemia de coronavírus no Brasil.

Novamente, percebi a existência de um direcionamento de textos jornalísticos à prisão ou soltura de personagens famosos, corroborando a percepção não necessariamente verossímil de que somente ricos e poderosos gozariam do benefício, pois, conforme o texto da recomendação 62/2020 do CNJ, atualizada pela 91/2021, tais procedimentos se aplicariam a todos aqueles que preenchessem os requisitos conforme a situação concreta dos casos analisados.

# Artigo

De um total de 10 textos jornalísticos analisados, quatro tiveram como pano de fundo a situação específica de algum “personagem famoso”; dois sobre a colocação em prisão domiciliar das pessoas presas por dívida alimentícia; e apenas um retratou o tema a partir de uma perspectiva de anti-punição: Portal de Notícias G1, em 30 de março de 2021.<sup>19</sup>

Esse texto, diferente dos demais, não tratou as recomendações do CNJ a partir de um valor-notícia “negativo”, com enfoque nas histórias e nos personagens famosos ou sobre fugas de sujeitos colocados na prisão domiciliar.<sup>20</sup> Tratou-se, pois, do acompanhamento de *habeas corpus* coletivo impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que invocava a soltura de todas as pessoas presas por falta de pagamento de pensão alimentícia, em Pernambuco, tendo como embasamento, entre outras coisas, as recomendações do CNJ.

Decerto não é meu objetivo analisar as razões que justificaram a não colocação em prisão domiciliar das pessoas presas por dívida alimentícia, considerando que o mesmo desembargador já havia, em 26 de março de 2020, concedido uma liminar para que houvesse a liberação desses presos, por causa da pandemia e da recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Fato é que, no período analisado, o referido texto jornalístico intitulado “Por causa da pandemia, Justiça autoriza troca de cadeia por prisão domiciliar para quem não pagou pensão alimentícia” (G1/PE, 2021) tratou-se do único – dentro dos textos analisados no segundo período de análises – a situar as recomendações do CNJ a partir de um valor-notícia não-negativo, com enfoque em (I) a determinação de soltura de todas as pessoas presas por falta de pagamento de pensão alimentícia, em Pernambuco; (II) o cumprimento das recomendações do CNJ; (III) a situação epidemiológica local, de então agravamento da pandemia da Covid-19 e estado de calamidade pública.

Nesse aspecto, temos que, após um ano da publicação da recomendação n. 62/2020 do CNJ, a alteração n. 91/2021 não se revestiu do mesmo grau de surpresa e dramaticidade conferida pelo texto inaugural, talvez pelo fato de outras notícias terem ganhado maior espaço midiático no segundo período de análises, especialmente em razão de se referir ao mesmo intervalo temporal onde mais ocorreram mortes em decorrência do coronavírus no Brasil, considerando também que “um discurso jornalístico pode outorgar coerência causal aos acontecimentos informativos” (VAN DIJK, 1990, p. 85).

# ..... Artigo .....

Ademais, no que tange as práticas discursivas, verificou-se a permanência de textos implicitamente punitivistas, com o emprego de situações envolvendo personagens famosos e midiáticos com o intuito de retratar/ilustrar os (des)cumprimentos das recomendações do CNJ.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, a partir da análise de alguns textos jornalísticos disponíveis na plataforma do “Google Notícias”, procurei demonstrar aspectos relacionados ao *ethos*, ao *pathos* e as práticas discursivas de punição e a anti-punição, no que concerne às concessões de prisão domiciliar durante a pandemia de coronavírus. A primeira parte do trabalho, intitulada “*Ethos e pathos: O coronavírus enquanto um drama lutuoso*”, tratou-se de uma análise subjetiva do *momento*, ou melhor dizendo, *daquele momento*, que arrisquei definir como o recorte histórico mais lutuoso do Brasil.

Essa primeira parte trata-se da *base fundante* do presente artigo, porque carrega as maiores cargas emocionais que deram subsistência a continuidade do trabalho, especialmente na interpretação dos dados e na análise das representações e práticas discursivas no que se refere aos textos jornalísticos em relação as concessões de prisão domiciliar. Com efeito, posso dizer que a minha abordagem trabalhou no sentido explicado a seguir por Cerqueira Filho (2012, p. 174):

Podemos dizer que o humano é portador de subjetividade e apresenta um aparelho psíquico que inclui uma dimensão inconsciente. A dinâmica desse fenômeno é regida pelo *pathos* (sofrimento, paixão, passividade), pelo afeto. Entretanto, afeto não deve ser confundido com emoção simplesmente. O afeto contém a emoção, mas não se reduz a ela. O afeto é uma força, é uma paixão intensamente excessiva.

Dando prosseguimento, na parte dois, compus um *corpus* dividido em dois momentos: O primeiro, correspondente a data da publicação da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 62, de 17 de março de 2020 a 17 de abril de 2020; e, o segundo, da última alteração no texto, acontecida por intermédio da recomendação n. 91, de 15 de março de 2021 até 15 de abril de 2021. Desse *corpus*, constatei um aparente domínio das práticas discursivas em relação à temática, em razão, principalmente, do modo como eram construídos os textos e quem eram os principais personagens.

# Artigo

Não obstante, o enfoque não foi simplesmente demonstrar a presença de práticas discursivas voltadas à punição, como também identificar eventuais construções anti-punitivistas ou, ao menos, não-punitivistas. Como modelo exemplificativo, analisei o texto jornalístico do Portal de notícias G1, de 30 de março de 2021, intitulado “Por causa da pandemia, Justiça autoriza troca de cadeia por prisão domiciliar para quem não pagou pensão alimentícia”.

Tal texto tratou-se de um modelo exemplificativo das recomendações do CNJ a partir de um valor-notícia não-negativo, o que denotou uma formulação textual não interessada em deslegitimar as recomendações do CNJ sobre a concessão de prisões domiciliares durante a pandemia de coronavírus.

Como resultado, se verificou a presença de representações e práticas discursivas punitivistas em diversos textos jornalísticos analisados – implicitamente ou não. Tais situações parecem decorrer de práticas sociais hegemônicas baseadas na estrutura social, na história, na cultura, no *ethos* e no *pathos* de cada indivíduo, bem como de toda a sociedade.

Assim, a partir de agora, o grande desafio parece residir na superação completa do quadro pandêmico instalado, para que possamos aos poucos introduzir discussões capazes de nos levar para a reflexão da(s) sequela(s) – negativas e positivas<sup>21</sup> – produzidas pelo coronavírus, tanto no aspecto do ser, individual, como no aspecto coletivo, social.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Contra coronavírus, CNJ recomenda revisão de prisões provisórias.** O conselho emitiu recomendações a juízes e tribunais, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-03/contra-coronavirus-cnj-recomenda-revisao-de-prisoos-provisorias>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; GONÇALVES, Marcus Fabiano. **Fundamentação ética e hermenêutica: alternativas para o direito.** Imprensa: Florianópolis, Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC), 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. Mesa Estado Penal e funções do cárcere na contemporaneidade: produção de subjetividade e de criminalidade. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atuação do psicólogo no sistema prisional.** Brasília: CFP, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Há 726.712 pessoas presas no Brasil.** Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2021.

# Artigo

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Benjamin, W. & Said, E. Aproximações intelectuais e afetivas. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2012.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sufoco nas alturas sobre páramo, de Guimarães Rosa. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação Nº 62, de 17 de março de 2020**. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 – no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação Nº 91, de 15 de março de 2021**. Recomenda aos tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas adicionais à propagação da infecção pelo novo Coronavírus e suas variantes – Covid-19 – no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3785>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ESTADÃO. **Condenada a 27 anos por estelionato vai para domiciliar**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/coronavirus-condenada-a-27-anos-por-estelionato-e-corrupcao-vai-para-domiciliar/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

ESTADÃO. **Desembargador põe em domiciliar ex-deputado do grupo de risco do coronavírus condenado por lavagem de R\$76 milhões na Lama Asfáltica**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/desembargador-poe-em-domiciliar-ex-deputado-do-grupo-de-risco-do-coronavirus-condenado-por-lavagem-de-r-76-mi-na-lama-asfaltica/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Por coronavírus, ministro do STF pede que juízes avaliem medidas alternativas à prisão**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/diante-do-coronavirus-ministro-do-stf-pede-que-juizes-avaliem-medidas-alternativas-a-prisao.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2021.

G1 PERNAMBUCO. **Por causa da pandemia, Justiça autoriza troca de cadeia por prisão domiciliar para quem não pagou pensão alimentícia**. Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/03/30/justica-autoriza-soltura-de-pessoas-foram-presas-por-nao-pagar-pensao-alimenticia-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

# Artigo

ISTO É. **Paulo Preto vai para prisão domiciliar por risco do coronavírus.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/paulo-preto-vai-para-prisao-domiciliar-por-risco-do-coronavirus/>. Acesso em: 7 nov. 2021.

MEYER, Philip. News media responsiveness to public health. *In*: ATKIN, Charles; WALLACK, Lawrence (ed.). **Mass communication and public health: complexities and conflicts.** Newbury Park: Sage Publications, 1990.

MIGALHAS. **Covid-19:** Marco Aurélio "conclama" que juízes avaliem situação de presos em risco e pede que plenário se pronuncie. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/322032/covid-19--marco-aurelio--conclama--que-juizes-avaliem-situacao-de-presos-em-risco-e-pede-que-plenario-se-pronuncie>. Acesso em: 7 nov. 2021.

MIGALHAS. **“Oportunismo exacerbado”, diz juiz ao negar prisão domiciliar a presos de MG por coronavírus.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/322861/oportunismo-exacerbado---diz-juiz-ao-negar-prisao-domiciliar-a-presos-de-mg-por-coronavirus>. Acesso em: 7 nov. 2021.

O TEMPO. **Coronavírus:** cerca de 1.500 presos começam a ser 'soltos' em Ribeirão das Neves. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/coronavirus-cerca-de-1-500-presos-comecam-a-ser-soltos-em-ribeirao-das-neves-1.2312292>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PINTO, Ákilla Lonardelli Pereira. O Bogotazo em Páramo, de Guimarães Rosa: notas sobre estórias e histórias. **Revista Sinais** – Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, n. 15, jun. 2014.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias:** linhas de análise do discurso jornalístico. 1ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

UOL. **CNJ sugere que tribunais considerem aplicar aberto, semiaberto e domiciliar.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/17/cnj-sugere-que-tribunais-considerem-aplicar-aberto-semiaberto-e-domiciliar.htm>. Acesso em: 8 nov. 2021.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Discourse, power and access. *In*: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcolm Coulthard (ed.). **Texts and practices: readings in critical discourse analysis.** London: Routledge, 1996.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **La Noticia Como Discurso.** 1. ed. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

VEJA. **Ex-médico Roger Abdelmassih vai para prisão domiciliar.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ex-medico-roger-abdelmassih-vai-para-prisao-domiciliar/>. Acesso em: 6 nov. 2021.

# Artigo

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Cuestión Criminal**. 4. ed. Buenos Aires: Planeta, 2012.

<sup>1</sup> Apenas no Brasil, até a presente data, foram 610 mil pessoas. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus-data>. Acesso em: 8 nov. 2021.

<sup>2</sup> As consultas, dados e números desse artigo correspondem ao período de 1º de novembro de 2021 a 15 de novembro de 2021, intervalo no qual se deu a feitura desse artigo.

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: [https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID\\_WRL](https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL). Acesso em: 8 nov. 2021.

<sup>4</sup> O decreto legislativo n. 6 de 2020 reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/leia-linha-do-tempo-de-mortes-por-data-real-por-covid-no-brasil/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

<sup>6</sup> Antes da recomendação n. 91/2021 (em vigência na presente data), a recomendação n. 62/2020 já havia sido alterada pelas recomendações CNJ n. 68/2020 e n. 78/2020.

<sup>7</sup> O Google Notícias é um agregador de notícias e aplicativo desenvolvido pela Google. Apresenta um fluxo contínuo e personalizável de artigos organizados a partir de milhares de editores e revistas. Disponível em: <https://news.google.com/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

<sup>8</sup> Cumpre consignar que a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n. 62, de 17 de março de 2020, foi publicada 3 (dias) antes do decreto legislativo que decretou a ocorrência do estado de calamidade pública no Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso em: 10 nov. 21.

<sup>9</sup> Referido intervalo de tempo coincide com o período em que o Brasil registrou o maior número de mortes por coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 21.

<sup>10</sup> De acordo com Gisálio Cerqueira Filho (2012, p. 182): “O próprio autor Benjamin, em nota biográfica que abre a obra, explica o seu intento, que justifica a renomeação: ‘Este livro propunha-se fornecer uma nova leitura do drama alemão do século XVII. O seu propósito, como ressaltamos, é o de distinguir a forma desse drama, enquanto ‘drama trágico’ (Trauerspiel), da tragédia (Tragödie), e procura demonstrar as afinidades existentes entre a forma literária do drama trágico e a forma artística da alegoria’”.

<sup>11</sup> Nessa época – julho de 2021 –, anterior a minha vacinação, o receio de exposição a situações de risco de contaminação era *real e justificável*.

<sup>12</sup> A disciplina vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), da Universidade Federal Fluminense (UFF), se chamava *Ethos e Pathos: Poder, Cultura e Afeto*. Era oferecida às terças-feiras, das 15hs às 19hs.

<sup>13</sup> Sequelas psíquicas àqueles não acometidos pela doença. Sequelas psíquicas, físicas, locomotoras, respiratórias etc. àqueles acometidos pela doença.

<sup>14</sup> Dados extraídos do “Painel Coronavírus”, do Governo Federal. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

<sup>15</sup> Coluna vertical corresponde aos números de óbitos registrados. Coluna horizontal corresponde a data da notificação. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-03/contra-coronavirus-cnj-recomenda-revisao-de-prisoas-provisorias>. Acesso em: 12 nov. 2021.

<sup>17</sup> Tradução livre do autor: “*El poder punitivo no selecciona sin sentido [...]*” (ZAFFARONI, 2012, p. 234).

<sup>18</sup> Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Levantamento de Informações Penitenciárias (Infopen) – com dados consolidados referentes a todo o ano de 2015 e o primeiro semestre de 2016 –, mostrou que os crimes relacionados ao tráfico de drogas (28%), roubos e furtos (37%) são a maior incidência que leva pessoas às prisões. No recorte por gênero, a questão do encarceramento massivo pela política de drogas se mostra ainda mais cruel: 62% das prisões de mulheres estão relacionadas ao tráfico de drogas – quando levados em consideração somente os homens presos, essa taxa é de 26%. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2021.

# Artigo

<sup>19</sup> Os três demais textos se enquadraram no que chamei anteriormente de primeiro caminho noticioso, ou seja, uma quase íntegra do texto da recomendação, com algumas poucas informações e contextualizações acerca de alguma situação particular do município ou estado em questão.

<sup>20</sup> Como foi o caso noticiado pelo portal Gaúcha/Zero Hora, sobre a fuga um indivíduo colocado em prisão domiciliar, que rompeu a tornozeleira eletrônica e desapareceu. Após o relato da fuga, o texto jornalístico reforça que o indivíduo obteve o benefício com base na recomendação 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), seguido de um espaço dedicado intitulado “Relembre o caso”. Cf. ZERO HORA. *Beneficiado com prisão domiciliar devido à pandemia, condenado por morte de Eliseu Santos está foragido*. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/03/beneficiado-com-prisao-domiciliar-devido-a-pandemia-condenado-por-morte-de-eliseu-santos-esta-foragido-ckmtjvbdh001s0198270zpuxb.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

<sup>21</sup> Refiro-me à sequela como sinônimo de efeito, que pode ser positiva sob um ponto de vista moral, como foi o desencarceramento forçado em razão da necessidade de contenção do coronavírus.

Recebido em: 20/07/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Artigo

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2022i31e56918>

## (In)justiça ambiental e direitos humanos: uma leitura acerca dos refugiados ambientais

César Augusto Costa<sup>1</sup>

Emília da Silva Piñeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo deste ensaio é abordar as relações entre a (in)justiça ambiental e os direitos humanos a partir do conceito de refugiados ambientais. Tais questões estão relacionadas ao posicionamento do Estado frente aos conflitos ambientais envolvendo as populações denominadas como “refugiados ambientais” no Brasil. Entendemos que o deslocamento humano forçado por motivos ambientais não é nenhuma novidade em termos de pesquisas, pois muito se vem discutindo a ausência de amparo jurídico, social e político à essas pessoas. Para isso, o texto está organizado em três momentos: na introdução, traremos um breve panorama sobre o tema dos refugiados no contexto do modelo de desenvolvimento capitalista; no segundo, problematizaremos os refugiados e sua relação com a injustiça ambiental; no terceiro, relacionaremos os impactos da violação dos Direitos Humanos sobre os Refugiados Ambientais.

**Palavras-chave:** (In)justiça ambiental; Direitos humanos; Refugiados ambientais.

*Environmental (in)justice and human rights: a reading about environmental refugees*

### Abstract

*The purpose of this essay is to address the relationship between environmental (in)justice and human rights based on the concept of environmental refugees. Such issues are related to the positioning of the State in the face of environmental conflicts involving populations denominated as "environmental refugees" in Brazil. We understand that forced human displacement for environmental reasons is nothing new in terms of research, since much has been discussed about the lack of legal, social and political support for these people. To this end, the text is organized in three parts: in the introduction, we will bring a brief overview of the issue of refugees in the context of the capitalist development model. In the second, we will problematize the refugees and their relationship with environmental injustice; in the third, we will relate the impacts of human rights violations on Environmental Refugees.*

**Keywords:** *Environmental (In)justice; Human Rights; Environmental Refugees.*

---

<sup>1</sup> Sociólogo. Doutor em Educação Ambiental/FURG. Mestre em Ciências Humanas/PUCRS. Professor no curso de Especialização Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande/FURG; Professor de Pós-Graduação nas Faculdades Anhanguera e de Pós-Graduação em Educação no Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina. <https://orcid.org/0000-0002-7190-6606>. [csc193@hotmail.com](mailto:csc193@hotmail.com)

<sup>2</sup> Advogada. Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL). Bolsista Capes. <https://orcid.org/0000-0003-4377-2636>. [emiliapiñeiro@gmail.com](mailto:emiliapiñeiro@gmail.com)

# Artigo

*(In)justicia ambiental y derechos humanos: una lectura sobre los refugiados ambientales*

## **Resumen**

*El propósito de este ensayo es abordar la relación entre la (in)justicia ambiental y los derechos humanos a partir del concepto de refugiados ambientales. Tales preguntas están relacionadas con la posición del Estado frente a los conflictos ambientales que involucran a las poblaciones denominadas “refugiados ambientales” en Brasil. Entendemos que el desplazamiento humano forzado por razones ambientales no es nada nuevo en términos de investigación, ya que mucho se ha discutido sobre la falta de apoyo legal, social y político para estas personas. Para ello, el texto se organiza en tres momentos: en la introducción, traeremos un breve recorrido sobre el tema de los refugiados en el contexto del modelo de desarrollo capitalista; en el segundo, problematizaremos a los refugiados y su relación con la injusticia ambiental; en el tercero, relacionaremos los impactos de la vulneración de los Derechos Humanos en los Refugiados Ambientales.*

**Palabras clave:** *(In)justicia ambiental; Derechos humanos; Refugiados ambientales.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O deslocamento humano forçado por motivos ambientais não é nenhuma novidade em termos de pesquisas, pois muito se vem debatendo e problematizando a falta de amparo jurídico, social e político frente as pessoas que se deslocam internamente ou internacionalmente de seus locais por impactos ambientais. Ao refletirmos sobre o assunto, nos deparamos com inúmeras pesquisas debatendo sobre a questão da nomenclatura “refugiados ambientais”, uma vez que está não é reconhecida em nenhum instrumento jurídico normativo internacional, tampouco nacional.

A compreensão dos conflitos ambientais, bem como dos refugiados ambientais, já é uma realidade que beira a nossa porta, pois constatamos que, cada vez mais, a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista evidencia a necessidade da luta por Justiça Ambiental.

A questão dos refugiados por motivos ambientais requer destaque não só pelo aumento de eventos danosos que levam a mobilidade de pessoas em níveis nacionais e internacionais. Mas, também, pela ausência de políticas migratórias de Estados, comunidades e locais que os recebem, que passam a ser vistos com olhares de discriminação, repúdio e sob a concepção da competitividade em vários setores e segmentos da sociedade. Devido a não existência de um consenso conceitual para designar os seres humanos que se deslocam motivados por questões ambientais, estes são reconhecidos como “deslocados ambientais”, “refugiados”, “migrantes

# ..... Artigo ..... .....

ambientais” ou “ecorefugiados”. A Organização Internacional de Migrações (OIM) conceitua migrantes ambientais como:

Pessoas ou grupos de pessoas que, por motivos de mudanças bruscas ou progressiva no ambiente que afetam negativamente as suas vidas ou condições de vida, são obrigados a ter que deixar suas casas habituais, ou optar por fazê-lo, temporária ou permanentemente, e que se deslocam, quer no seu território ou no estrangeiro (OIM, 2012, s/p.).

A questão da obrigatoriedade para se deslocar, para se retirar de determinado local, é entendido por Sassen (2016) como uma expulsão. Para a autora, atualmente enfrentamos um problema na economia política global, que é o surgimento de novas lógicas de expulsão, pois nas últimas décadas houve um crescimento na quantidade de pessoas, empresas e lugares expulsos de ordens sociais e econômicas centrais mundiais, que refletem em um capitalismo avançado, complexo e brutal. Ela exemplifica diferentes formas de expulsões, dentre as quais está a que aqui nos interessa: aquelas que estão relacionadas aos impactos ambientais, sociais e financeiros que perpassam as relações com os sujeitos refugiados ambientais.

As complexas expulsões descritas por Sassen (2016) nos demonstram que este conceito está para além das categorias de desigualdade social e segregação, sendo necessário compreender as patologias do capitalismo e a lógica financeira executada pelas grandes empresas. Assim, estamos diante de um enigma social, no qual a capacidade de as finanças gerarem capitais lucrativos deveria ser utilizada para o desenvolvimento social da sociedade, entretanto, o que vivenciamos é um desenvolvimento social de extrema desigualdade, uma democracia comprometida com a lógica mais perversa do capital, a expulsão de pessoas de suas terras e/ou propriedades, e também a degradação do meio ambiente.

A degradação do meio ambiente é, segundo Sassen (2016), o campo mais visível a impetração da lógica das expulsões, porque sabemos que utilizam do meio ambiente e estão destruindo a biosfera. Porém, as políticas ambientais utilizadas não refletem e nem levam a uma compreensão clara de suas condições atuais, ou seja, podemos dizer que as políticas ambientais adotadas são como uma máscara para a população. Evidencia-se que esse extrativismo uma hora vai cessar os recursos naturais, mas nos é escondido como e quais os seus reais objetivos: “contém enormes capacidades de intermediação que agem como uma espécie de névoa, reduzindo nossa capacidade de enxergar o que está acontecendo” (SASSEN, 2016, p. 23).

# Artigo

Para dar contas das questões acima, o texto está organizado em dois momentos, seguidos desta introdução. No primeiro, conceituaremos os refugiados e sua relação com a injustiça ambiental; no segundo momento, relacionaremos os impactos da violação dos Direitos Humanos sobre os Refugiados Ambientais. Por fim, indicamos que as questões que orientam este ensaio buscam compreender o posicionamento do Estado frente aos conflitos ambientais que envolvem populações denominadas como “refugiados ambientais” no Brasil e aos Direitos Humanos para os impactados.

## **2 OS REFUGIADOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL**

A mobilidade humana é permeada por causas políticas, sociais e econômicas, motivadas por diferentes circunstâncias, ligadas a globalização e seus avanços tecnológicos, bem como a uma sociedade complexa, marcada por tensionamentos do modo de produção do capitalismo, que, nos últimos anos, vem demonstrando impactos socioambientais cada vez mais agudos em nível global.

Entendemos que a reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2004) impulsiona lógicas assimétricas visibilizadas na esfera estatal. No caso do Estado brasileiro, vem produzindo refugiados ambientais dentro do seu próprio território, sob a lógica excludente nas, aqui consideradas, novas fronteiras de extensão do capital. Portanto, para o presente escrito, trazemos algumas nuances do nexo entre refugiados ambientais, desigualdade ambiental e justiça ambiental.

O deslocamento forçado de pessoas no Brasil vem se tornando uma realidade social. Segundo dados do Observatório das Migrações Forçadas do Instituto Igarapé, entre 2000 e 2017, 8.8 milhões de brasileiros foram deslocados forçadamente. As causas de deslocamento forçado resultam da construção de infraestruturas de grande porte como usinas hidroelétricas, megaempreendimentos, rodovias, rompimento de barragens, enchentes, deslizamentos, entre outras, aqui consideradas injustiças ambientais, que produzem refugiados ambientais por todo o país – pois, compreende-se que estas pessoas deslocadas de forma forçada são refugiados ambientais.

# ..... Artigo .....

O debate acerca da definição dos refugiados ambientais é fundado por complexidades e controvérsias, mas torna-se cada vez mais necessário esta delimitação e, conseqüentemente, a proteção a estes indivíduos, que se deslocam em estado de vulnerabilidade e necessitam de refúgio devido aos mais variados desastres e degradações ambientais.

De acordo com a pesquisa de Raiol (2010), o termo “refugiados ambientais” (environmental refugees) ganhou notoriedade no ano de 1985, sendo apresentado pelo professor egípcio Essan El-Hinnawi na Conferência das Nações Unidas realizada em Nairóbi, na África. Entretanto, mesmo com a urgência desta nova categoria de refúgio, na época não surtiu nenhum efeito prático, tampouco foi discutido profundamente. Fora com as inúmeras mutações ambientais do século XXI, que essa temática voltou ao centro das pesquisas e debates, demonstrando, assim, o potencial urgente e emergente da causa ambiental.

Muitos pesquisadores distinguem os desastres ambientais causados pelo ser humano (como o rompimento de barragens) dos desastres motivados por força da natureza (enchentes, terremotos) ou por projetos de obras justificadas pelo desenvolvimento e progresso de localidades (construção de hidrelétricas). Entretanto, entende-se que todas estas motivações caracterizam e produzem refugiados ambientais, porque, conforme análise do Coletivo Brasileiro de Pesquisadores de Desigualdade Ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2012), são os grupos socialmente vulneráveis que mais sofrem impactos de catástrofes ambientais, pois são os mesmos que, além de estarem expostos a estes riscos, possuem uma capacidade desigual de proteção adequada por parte das autoridades públicas e do Estado.

No mais, por ser difícil de separar, em alguns casos concretos, o real motivo que leva pessoas a se deslocar, há certa resistência em considerar os que se deslocam por motivos ambientais como refugiados. O maior argumento utilizado para barrar este reconhecimento é o de que esta terminologia enfraqueceria o instituto internacional do refúgio. Entretanto, defendemos o contrário: o reconhecimento dos deslocados por motivos ambientais como refugiados fortaleceria esta pauta, através da renovação do conceito de refugiado.

Em suma, bastando que a pessoa seja forçada a deixar o seu *habitat* tradicional por motivo ambiental, que prejudique a qualidade ou torne insustentável a vida humana, reflete em injustiças ambientais para com estes refugiados. Complementando este posicionamento:

Do mesmo modo, é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso as esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infra-

# Artigo

estrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 8).

Logo, o Estado cumpre relevante papel neste processo de desregulação e injustiça ambiental, pois sua lógica está pautada por um movimento de liberalização da economia e flexibilização de direitos, que garantem a expansão e acumulação do capital e reflete em um meio ambiente gerenciado por interesses do capital, gerador de expulsões e, conseqüentemente, produtor de refugiados ambientais.

Esta retórica engrenagem, movida pela extensão do capital na sociedade, gera impactos diretos ao meio ambiente e a populações residentes de determinadas áreas vistas como lucrativas a este capital: certo é que estas comunidades serão instigadas a se deslocar ou, então, como no caso de rompimento de barragens, serão obrigadas a se deslocar com a anuência e a negligência do Estado. E é este movimento da relação meio ambiente e capital, gerador de refugiados ambientais, que se converge a luta por justiça ambiental.

Henri Acselrad (2010) define justiça ambiental como um movimento de resignificação da luta ambiental, fruto “de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (p. 108). Dessa forma, o significado do conceito de justiça ambiental relaciona-se com os refugiados ambientais pois, sob o olhar de Acselrad (2010), a justiça ambiental identifica a desigual exposição ao risco ambiental, que resulta na acumulação de riqueza a partir na degradação ambiental dos mais despossuídos. Somado a isso, está o aval do Estado, que além de desassistir estas populações, colabora de forma sistemática em favor da desigualdade socioambiental, sendo ausente em políticas que limitem a ação desta lógica de mercado.

Ou seja, na atual conjuntura brasileira, questões sociais e ambientais são inseparáveis e estão intrínsecas ao desenvolvimento econômico do capital, gerando o que Acselrad (2010) identifica como desigualdade ambiental. O Coletivo Brasileiro de Pesquisadores de Desigualdade Ambiental (ACSELRAD *et al.*, 2012) aponta para o combate ao senso comum, que responsabiliza a todos os seres humanos pelos danos ambientais ao planeta, pela ideia de que os desastres ambientais são democráticos. Mas sabemos, conforme nos demonstra Fontes e Miranda (2014), que os atingidos por desastres ambientais pertencem a grupos socialmente vulneráveis – como negros, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, dentre outras

# ..... Artigo .....

populações tradicionais –, de modo que não somos todos responsáveis e tampouco os desastres ambientais são democráticos.

Juntando os posicionamentos de Acselrad (2010) e Pacheco (2008), ganância e preconceito constroem esse cenário emergente político, social e ambiental. Podemos visualizar que o capital possui poder de opção, escolhendo onde quer atuar e quem quer atingir.

Foi na década de 1970, nos Estados Unidos, que surgiu a conceituação de “desigualdade ambiental”, também chamada de “racismo ambiental” por Tania Pacheco (2008), pois, foi a partir de protestos contra um depósito de resíduos tóxicos, que se percebeu que estes locais de descarte eram bairros habitados por negros. Atualmente, após 50 anos do surgimento da denúncia contra desigualdades ambientais e racismo ambiental, Pacheco (2008) afirma que esta luta transcende a cor, pois o Brasil e o seu atual modelo extrativista não demonstram nenhum respeito aos moradores das regiões vistas como lucrativas, que, em sua maioria, pertencem a grupos socialmente vulneráveis.

Loureiro e Layrargues (2013) apontam que os últimos 30 anos no Brasil foram marcados pela liberalização da economia, a flexibilização do trabalho e a reorganização do Estado para garantir a continuidade do modelo expansionista do capital, no qual o meio ambiente possui o papel de servir aos interesses públicos, em uma sociedade que preza pelo poder do interesse privado. E é nesta mudança do Estado brasileiro em prol da continuidade do capitalismo que se formam estas relações políticas, sociais e ambientais.

Portanto, estamos nos referindo a uma crise socioambiental, marcada para além do desmatamento, do aquecimento global, de inundações ou instalações de grandes empresas: é também uma crise social, porque destrói localidades, pessoas e estilos de vida, e todo este prejuízo é socializado pelo capital, ou seja, todos pagam, mas poucos lucram. Por isso se afirmar a existência de desigualdade ambiental e o fato de não ser democrática a distribuição dos efeitos ambientais como nos é pregado.

Segundo tal discurso, fortemente empregado na mídia, mas também identificável em parte da literatura acadêmica, os danos ambientais incidiram de forma igual sobre todos os grupos sociais, considerados parte de “um mesmo planeta”. A noção de desigualdade ambiental, ao contrário, procura evidenciar que o “planeta” não é compartilhado de forma igual entre todos e que para se construir um mundo efetivamente “comum” seria preciso que as iniquidades fossem devidamente enfrentadas (ACSELRAD *et al.*, 2012, p. 166).

# ..... Artigo .....

As comunidades mais vulneráveis são instigadas a se deslocar, já que sua qualidade de vida pode ser deverasmente afetada e, quando se negam a sair de seus locais, são tidas como contrárias ao desenvolvimento, o que não passa de uma manobra criada para que a sociedade os taxe assim: contrárias ao desenvolvimento. Pacheco (2008) enfatiza que para estas comunidades tradicionais resta o exílio, tornando-se refugiados obrigados a residir em assentamentos ou em locais onde não é possível manter suas tradições culturais e laborais. Na maioria das vezes, estas pessoas não encontram um local para residir em plenas condições de sobrevivência.

Este empasse entre comunidades tradicionais e ilusório desenvolvimento desencadeia o “conflito ambiental”, categoria que, pela percepção de Loureiro e Layrargues (2013), qualifica e integra uma ação em defesa da justiça social e ambiental, fruto das relações estabelecidas nos processos antagônicos de interesses entre agentes que disputam recursos naturais e aqueles que buscam legitimar seus modos de vida.

Neste sentido, o Estado, ao adotar o seu modelo de expansão e acúmulo de capital como prioridade, reproduz uma sociedade de exclusão e expropriação, no qual alguns seres humanos não são prioridades. Essa lógica é marcada pela desigualdade ambiental e por injustiças ambientais com algumas comunidades, que se profundam em uma crise socioambiental. Para compreender toda esta dinâmica, é necessário refletir de uma forma conexa e abrangente o social, o capital e o ambiental, buscando alternativas para cessar com este sistema excludente, priorizando o ser humano, seus saberes culturais e modos de vida.

Por fim, também se torna necessário compreender que nesta dimensão social, capital e ambiental, o papel do Estado – a partir de suas políticas de flexibilização do capital, que culminam na flexibilização de leis ambientais, isenções/benefícios fiscais e cessão de terras para grandes empreendimentos – está concomitantemente produzindo refugiados ambientais. Portanto, o objetivo destas notas introdutórias foi debater a questão dos refugiados ambientais juntamente com a justiça ambiental, para fortalecer não somente a luta por reconhecimento jurídico desta categoria, mas também expor problemas causados pelo ataque do capital ao meio ambiente, que provoca a expulsão social humana e da biosfera.

# ..... Artigo .....

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA OUTRA LÓGICA DE DIREITOS HUMANOS PARA OS REFUGIADOS AMBIENTAIS

Contemporaneamente, podemos perceber que existe uma relação intrínseca entre os direitos humanos e a justiça ambiental. Calgaro e Rech (2017) identificam essa relação como uma postura atualmente de grande relevância para a transformação da realidade social. Os autores apontam para uma crescente tendência em relacionar a dignidade da pessoa humana, os direitos humanos e as questões ambientais, especialmente as relacionadas com a luta por justiça ambiental – ligadas a luta por direitos fundamentais. As evidências dessa relação entre os direitos humanos e a dignidade humana, analisadas a partir do contexto social capitalista, originam situações objetos deste estudo, que são os refugiados e os impactos na violação de seus direitos. Tal visão diverge da perspectiva antrópica que responsabiliza a ação humana frente a questão ambiental, pois:

Nesse sentido, ações humanas que provocam o desequilíbrio ecológico, provocam igualmente inúmeras situações que configuram uma negação da dignidade a certos setores e grupos sociais, em especial os grupos em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Portanto, a relação entre um ambiente ecologicamente equilibrado e a dignidade humana é evidente, isto é, a existência de um meio ambiente sadio e equilibrado é condição de possibilidade de uma vida digna (CARVALHO, 2006, p. 78).

Em 1972, a Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano<sup>1</sup> foi o primeiro marco jurídico a reconhecer que as questões ambientais compõem um dos direitos básicos do ser humano. Segundo Thomé (2016), a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano pretendeu marcar a inserção dos Estados no âmbito do debate ambiental a nível global. Ademais, ao final desta Conferência, foi firmada a Declaração sobre o Meio Ambiente, que constitui um prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, como podemos observar em seu primeiro princípio:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1972, s/p.).

# ..... Artigo .....

No mais, a Declaração destaca o ser humano como resultado do meio que o circunda e proclama pela defesa e melhoria do meio ambiente para as gerações presentes e futuras, sugerindo que todos os cidadãos, comunidades, empresas e instituições busquem equacionar desenvolvimento e a preservação ambiental. Logo:

A maior questão que afronta o caráter universal dos direitos humanos são os efeitos da globalização e do pensamento neoliberal, a lógica de mercado atual, a atuação das empresas multinacionais, a posição das instituições financeiras, dentre outras, buscam um desenvolvimento estritamente econômico que não observa os direitos historicamente construídos para a proteção e bem-estar do ser humano com uma vida digna (WOLKMER; LIPPSTEIN, 2017, p. 289).

Consoante com o entendimento de Wolkmer e Lippstein (2017, p. 288), “o caráter universal dos Direitos Humanos enfrenta alguns paradoxos quando depara-se com princípios como a soberania dos Estados ou a autodeterminação dos povos” porque, na maioria das vezes, acaba por legitimar violações aos Direitos Humanos, uma vez que o Estado reconhece os sujeitos de direitos de forma formal, mas não contempla estas pessoas. No caso dos refugiados ambientais, é reconhecido o seu direito a permanecer no seu lugar de origem, mas não é contemplado, enquanto o Estado não os protege e acaba por expulsá-los.

Não obstante, para de fato compreender a questão dos refugiados ambientais no Brasil, é necessária uma compreensão latino-americana de direitos humanos. A América Latina possui uma história de lutas, reivindicações e reconhecimentos de diversas culturas que não condizem com a construção europeia de Direitos Humanos. Para Wolkmer e Lippstein (2017, p. 291), “viver um discurso ideológico que não pertence a América Latina a título de Direitos Humanos universais é admitir a subalternidade e a perpetuação da colonização”.

O atual cenário nos mostra uma outra perspectiva. As ações do capitalismo monopolista impõem à sociedade lógicas mercantis na apropriação da natureza, gerando impactos as populações atingidas por tal perspectiva, provocando inúmeras situações de violação de direitos humanos e negação de direitos fundamentais.

De forma similar, está claro que a depredação deliberada do meio ambiente pode gerar efeitos catastróficos não apenas em termos ecológicos, mas também sobre as populações humanas. Ações estrategicamente planejadas para destruir uma parte importante do meio ambiente representam uma infração aos direitos humanos básicos das pessoas afetadas (FREELAND, 2005, p. 119).

# ..... Artigo .....

Diante disso, o capitalismo e a globalização se sobrepõem a lógica dos direitos universais dos seres humanos, ou seja, existe uma incompatibilidade entre o capitalismo e os direitos humanos que é negada, não discutida. A modernidade e os próprios direitos humanos possuem uma face que não é mostrada, ficando o discurso preso a garantia e a falsa universalidade dos direitos humanos. Ademais, sabemos que os Direitos Humanos não estão ao alcance de todos: as desigualdades existentes atualmente, as expulsões, os refugiados ambientais evidenciam que há uma impotência no alcance global da universalização destes.

A reprodução do capital, que nos aponta Harvey (2004), impõe a transformação da natureza em mercadoria, bem como de todos os bens comuns naturais, o que conduz à destruição do ambiente. Torna-se inconcebível que as populações que vivem em relações mais próximas com a natureza sejam as primeiras vítimas desse ecocídio, e que, muitas vezes, tentam opor-se à expansão devastadora do capitalismo. Vislumbramos não apenas mobilizações em defesa dos rios ou das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao capital. Essas lutas podem ser sobretudo indígenas, mas com frequência elas ocorrem em aliança com camponeses sem terra, ecologistas, comunidades cristãs, sindicatos, partidos de esquerda, pastoral da terra e da pastoral indígena (LOWY, 2014).

Nesta esteira, compreende-se que a matriz colonial de poder instaurou uma racionalidade de *poder, ser e saber* (QUIJANO, 2005) que, através do controle da economia, possibilitou historicamente alicerçar um paradigma civilizacional que tem na apropriação desigual e mercantil da natureza um dos traços mais significativos. Isto aponta para a lógica perversa do “ambientalismo liberalizado” (ACSELRAD, 2015), onde a racionalidade econômica neoliberal está intensificada por meio da desigualdade ambiental, ou seja, a distribuição locacional das atividades portadoras de riscos de forma concentrada para áreas ocupadas por populações mais suscetíveis a agravos.

A competição e a disputa se dão em torno dos recursos naturais e a oferta de espaços a degradar e a espoliar, assim como de áreas de fronteira com povos tradicionais e comunidades camponesas, cujas consequências estão na violência territorial de grupos sociais despossuídos. Em síntese, tal matriz civilizatória postula que são nos grupos mais despossuídos e vulneráveis onde a desigualdade ambiental mostra-se parte integrante da espacialidade do capitalismo liberalizado (ACSELRAD, 2015).

# Artigo

Assim, este contexto expõe que precisamos reconhecer que o sistema universal dos Direitos Humanos possui uma matriz eurocêntrica, apropriada de um discurso de dominação e colonização, que nega e não reconhece direitos e histórias dos “outros povos” – aqueles que não se enquadram no padrão reconhecido pelo eurocentrismo que é o do homem branco, europeu e burguês –, com consequências vistas no processo de dominação da natureza instaurado pela modernidade-colonialidade.

Por isso, é necessário examinar criticamente a historicidade dos direitos humanos, a partir da sua trajetória convencional, porque é necessário reconhecer que existe uma outra história interpretativa no direito dos marginalizados, dos negados, dos injustiçados e, neste caso em análise, dos refugiados ambientais. Ou seja, como os direitos humanos dos refugiados ambientais podem ser vistos? Já que estamos falando de sujeitos negados, ou como nos ensina Dussel (2017), encobertos.

Para isso, é necessário agregar uma crítica emancipadora aos direitos humanos, isto é, os direitos dos negados de cidadania, dos refugiados, dos povos tradicionais, porque há de se ter em mente as lutas sociais das minorias, a busca por reconhecimento do seu modo de viver, o respeito a sua cultura e a preservação da sua identidade.

Portanto, para além da violação dos direitos humanos e ambientais, a luta por justiça ambiental, nestes termos, nos mostra a importância de reconhecer os direitos fundamentais e ambientais para todos os indivíduos. Entendemos que, atualmente, a relação entre os direitos humanos e a justiça ambiental é de grande impacto e relevância, e precisa ser debatida em conjunto ao modelo de desenvolvimento capitalista, sobretudo para os atingidos em seus modos de existir e habitar.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**, ano 18, n. 33, p. 57-68, 2015.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

# Artigo

ACSELRAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **e-cadernos CES** [online], n. 17, 2012.

CALGARO, Cleide; RECH, Moises João. Justiça ambiental, direitos humanos e meio ambiente: uma relação em construção. **Rev. de Direito e Sustentabilidade**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2017.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio ambiente & direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006.

DUSSEL, Enrique. A filosofia da libertação frente aos estudos pós-coloniais, subalternos e a pós-modernidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 3232-3254, 2017.

FREELAND, Steven. Direitos Humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, ano 2, n. 2, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./abr. 2013.

LOWY, Michael. Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina. **Revista Crítica marxista**, n. 38, p. 61-69, 2014.

OIM. **Organização Internacional de Migrações**. Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/definitional-issues>. Acesso em: 30 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano**. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. *In: SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS* (org.). **Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p.11-23.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, Edgardo* (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RAIOL, Ivanilson Paulo Corrêa. **Ultrapassando fronteiras: a proteção jurídica dos refugiados ambientais**. Porto Alegre: Nuria Frabis, 2010.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global**. Trad. de Angélica Freitas. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

..... **Artigo** .....

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental**. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

WOLKMER, Antonio Carlos; LIPPSTEIN, Daniela. Por uma educação latino-americana em direitos humanos: pensamento jurídico crítico contra-hegemônico. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 283-301, jan./abr. 2017.

---

<sup>1</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

Recebido em: 22/12/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2022i31e55989>

**O uso ritual do pó de *yãkoana* entre os Yanomami: um novo olhar para as interações humano-vegetais**

Thamirez Lutaif<sup>1</sup>

Bárbara Modernell<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo teve por objetivo geral apresentar a relação política entre a etnia indígena Yanomami e o pó de *yãkoana* (alucinógeno utilizado em rituais xamânicos) a partir das ideias de domesticação e contradomesticação. Tendo em vista a relação multiespecífica dos Yanomami com os vegetais enquanto seres não-humanos, buscamos entender de que modo as plantas fazem parte da organização sociopolítica desse povo. Os vegetais foram considerados imprescindíveis para a reprodução cultural dos Yanomami, baseada no xamanismo e na aliança com os espíritos da floresta que se alimentam do pó de *yãkoana* inalado pelos xamãs. A metodologia utilizada foi de perfil qualitativo, voltada para a revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Yanomami; *Yãkoana*; Multiespécie; Contradomesticação.

*The ritual use of yãkoana powder among the Yanomami: a new look at human-plant interactions*

**Abstract**

*This article had as general objective to present a political relationship between the Yanomami indigenous ethnicity and the yãkoana powder (hallucinogen used in shamanic rituals) based on the ideas of domestication and counter-domestication. Bearing in mind the multispecific relationship of the Yanomami with plants as non-human beings, we seek to understand how plants are part of the sociopolitical organization of this people. Vegetables were considered essential for a cultural reproduction of the Yanomami, based on shamanism and on the alliance with the forest spirits that feed on the yãkoana powder inhaled by the shamans. The methodology used was a qualitative profile, aimed at a literature review.*

**Keywords:** Yanomami; *Yãkoana*; Multispecies; Counter-domestication.

---

<sup>1</sup> Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC). <http://orcid.org/0000-0001-8462-7852>. <http://lattes.cnpq.br/7868903667814544>. [thamirezlutaif@gmail.com](mailto:thamirezlutaif@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora de Direito e Advogada Indigenista. Doutoranda em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Político pela Universidade Mackenzie (UPM/SP). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Direito pela Amazonas (UFAM). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7024-8568>.

# Artigo

*El uso ritual del polvo yãkoana entre los Yanomami: una nueva mirada a las interacciones humano-vegetal*

## **Resumen**

*El objetivo general de este artículo fue presentar la relación política entre la etnia indígena Yanomami y el polvo yãkoana (alucinógeno utilizado en los rituales chamánicos) a partir de las ideas de domesticación y contradomesticación. Teniendo en cuenta la relación multispecífica de los Yanomami con las plantas como seres no humanos, buscamos comprender cómo las plantas forman parte de la organización sociopolítica de este pueblo. Las plantas eran consideradas esenciales para la reproducción cultural de los Yanomami, a partir del chamanismo y alianzas con espíritus del bosque que se alimentan del polvo de yãkoana que inhalan los chamanes. La metodología utilizada fue de perfil cualitativo, centrada en la revisión bibliográfica.*

**Palabras clave:** Yanomami; Yãkoana; Multiespecie; Contra-domesticación.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este escrito está organizado em quatro seções: na primeira parte, apresentamos uma breve contextualização histórico-política da etnia indígena Yanomami, alguns de seus aspectos cosmológicos e o protagonismo da utilização das plantas no seu cotidiano; na segunda parte, focalizamos na relação interespecífica dos Yanomami com o pó de *yãkoana*, vegetal alucinógeno utilizado em rituais xamânicos; na terceira parte, salientamos os autores que abordam uma nova estrutura teórica, que se vê livre das amarras antropocêntricas do universo ocidental, passando a compreender os vegetais como seres (não-humanos) que estão constantemente em processo de simbiogênese com os demais habitantes (humanos e não-humanos) que integram o seu espaço; e, por fim, na última parte, realizamos uma reflexão sobre a capacidade agentiva do pó de *yãkoana*, que realiza uma forma de contradomesticação sobre o povo yanomami.

A ideia principal deste artigo é analisar como os vegetais exercem um papel central no arranjo sociopolítico dos Yanomami. Desde o seu uso alimentício, ritualístico e arquitetônico, os vegetais acabam moldando a organização deste povo. Evidenciam-se como os humanos e vegetais são espécies companheiras que, devido ao seu relacionamento, tornam-se importantes para a existência e propagação de ambos os grupos. Esse emaranhado de relações inespecíficas desempenha uma forma de mutualismo, em que a existência de um grupo se torna codependente do outro. Portanto, para traçarmos o caminho da continuidade existencial destas espécies, é necessário manter o equilíbrio destas relações dentro de seu ecossistema.

## 2 O PROTAGONISMO DOS VEGETAIS ENTRE OS YANOMAMI

Os Yanomami são uma etnia indígena do norte amazônico, situada no Brasil e na Venezuela. Ficaram conhecidos desde o fim da década de 1960, a partir dos estudos do etnólogo americano Napoleon Chagnon, que trouxe uma abordagem sociobiológica questionável na medida em que classificou a etnia como a mais feroz e primitiva do planeta. Os Yanomami são caracterizados como um grupo de caçadores-coletores e agricultores de roças de coivara. Ocupam uma área de floresta tropical de aproximadamente 192 mil km<sup>2</sup>, em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, sendo que a porção brasileira abrange os estados do Amazonas e de Roraima. A demarcação das terras yanomami foi oficializada em 1991 e a Terra Indígena Yanomami (TIY) foi homologada no ano de 1992 por meio de decreto presidencial, contando com a luta política do movimento indígena e indigenista para sua efetivação (RAMOS, 1993).

É importante ressaltar que o termo “Yanomami” foi criado pelos *napëpë* (não-indígenas) para juntar diversos grupos que possuíam proximidades culturais e linguísticas, sendo apenas um etnônimo generalizante. Contudo, esse povo deve ser dividido em no mínimo quatro subgrupos: Sanöma, Ninam, Yanomami e Yanomae. Além dos indígenas em isolamento voluntário, a população denominada Yanomami soma cerca de 38 mil indígenas, sendo aproximadamente 26 mil brasileiros e 12 mil venezuelanos. Neste escrito, focalizaremos no subgrupo Yanomae, situado no estado de Roraima (BENFICA; MACHADO, 2019).

Apesar da vasta literatura desenvolvida a respeito do povo Yanomami desde os estudos de Napoleon Chagnon, podemos dizer que a questão etnobotânica talvez tenha permanecido em segundo plano. Contudo, o papel secundário das plantas não se deve ao fato de que os Yanomami não tenham uma relação especial com as plantas, mas somente ao fato de que a maioria dos etnógrafos não se aprofundaram tanto nesse tema em suas pesquisas. De acordo com Bruce Albert, um dos autores mais prolíficos a respeito dos Yanomami brasileiros, foram realizados apenas alguns estudos voltados para a utilização dos alucinógenos de origem vegetal, dos fungos comestíveis e dos venenos de pesca (ALBERT; MILLIKEN, 2009).

Assim, nossa intenção é focalizar no conhecimento dos Yanomami em relação às plantas medicinais, sobretudo o pó de *yãkoana*, utilizado em rituais xamânicos. Aqui, utilizamos do termo “planta medicinal” tal como é estabelecido pela concepção ocidental, bem como a

# Artigo

classificação da *yãkoana* enquanto tal. Seguindo os estudos de Albert na comunidade Watoriki (RR), em que vive Davi Kopenawa, é possível destacar também as plantas que são usadas para alimentação, auxílio na caça e na pesca, construção de abrigos e casas coletivas, para o fogo, ornamentação corporal, para fins psicotrópicos estimulantes e medicinais, bem como para a produção de objetos e artefatos (ALBERT; MILLIKEN, 2009).

Antes de abordarmos especificamente o uso ritual do pó de *yãkoana*, é necessário entender a função das plantas na cosmologia yanomami em termos gerais. O xamanismo yanomami está baseado na relação entre os xamãs e os *xapiripë* (espíritos), os quais são convocados em rituais que os xamãs utilizam plantas com efeitos alucinógenos. Em resumo, os *xapiripë* são considerados as *utupë* (imagens) dos seres do “primeiro tempo”, ou seja, do tempo no qual ocorreu a diferenciação entre os humanos, os animais e os seres invisíveis, conforme é narrado na mitologia yanomami. Segundo Albert e Milliken (2009), as *utupë* dos animais ocupam um papel central nessa cosmologia, e as plantas ocupam um papel secundário.

É possível identificar diversas categorias de *xapiripë* do mundo vegetal: espíritos mais fracos como os das árvores comuns, espíritos das folhas e espíritos dos cipós; e espíritos mais fortes, de árvores específicas como a árvore do alucinógeno *yãkoana*, a qual demos maior atenção ao longo deste artigo. As propriedades de cada uma dessas espécies vegetais são determinantes para sua escolha e importância simbólica no xamanismo.

Mas, ainda que as plantas supostamente apareçam em segundo plano nos escritos etnográficos a respeito da mitologia yanomami, as plantas cultivadas e utilizadas por esta sociedade (seja para fins alimentícios, mágicos, rituais, medicinais ou mesmo para construção de ferramentas e de casas) podem ser consideradas centrais para a organização social do grupo, o que não deveria ser dissociado da própria mitologia. Além das principais plantas cultivadas nas roças (como banana, mandioca e tabaco), os Yanomami coletam pupunha para somar na alimentação, urucum para pintura corporal, cipó para feitura dos cestos entre as mulheres, palha de palmeiras para construção do teto da casa coletiva entre os homens, plantas específicas para caça, feitiçaria, ataque aos inimigos, entre outras. A banana, por sua vez, é de suma importância para o *reahu* (ritual funerário yanomami), no qual os parentes consomem mingau de banana misturado com as cinzas do morto (ALBERT, 1985).

De fato, as plantas mágicas desempenham um papel importante na sociabilidade yanomami, podendo ser grosseiramente divididas de acordo com a finalidade – benéfica ou maléfica. A maioria dessas plantas são cultivadas nas roças ou nas clareiras em torno da casa

# ..... Artigo .....

coletiva. Albert (1985) também classifica as plantas mágicas como as utilizadas para feitiçaria amorosa, feitiçaria comum, feitiçaria de rastros e feitiçaria guerreira.

As plantas de feitiçaria amorosa são usadas por homens ou mulheres em casos de ciúme, rejeição ou abuso, com o objetivo de causar doenças de pele na vítima. As plantas de feitiçaria comum são usadas em casos de conflitos entre aldeias próximas quando há suspeita de avareza, covardia, adultério, furtos e demais atitudes avessas aos princípios políticos yanomami. Considerando que os casos de feitiçaria comum envolvem aldeias próximas e provavelmente aliadas, o objetivo não é causar a morte da vítima, mas somente alguma perturbação que possa ser resolvida por meio do próprio xamanismo. Nesse caso, algumas plantas são secadas, trituradas e assopradas na vítima como vingança.

A feitiçaria de rastros é realizada quando algum aliado recolhe a terra de uma pegada de sua vítima e a entrega para inimigos distantes (possivelmente também para os *ōkapë*, figura que será pormenorizada nos parágrafos seguintes), que a misturarão com plantas de finalidade maléfica, com o objetivo de causar doenças nas pernas e até mesmo a morte da vítima. Assim, ao contrário da feitiçaria comum, a feitiçaria de rastros realmente tem por objetivo provocar a morte, sendo fruto de um profundo desafeto, mesmo que de aliado para aliado.

Por fim, a feitiçaria guerreira é realizada pelos *ōkapë* (feiticeiros inimigos), que atacam suas vítimas quando estão isoladas no mato ou na roça. Os *ōkapë* se posicionam a uma certa distância da vítima e assopram um pó, feito a partir de plantas, com o auxílio de uma zarabatana. Logo a vítima começa a sentir fraqueza e tontura, de modo que os *ōkapë* possam se aproximar, quebrar seus ossos e lhe matar. As vítimas dos *ōkapë* geralmente são os *pata thëpë* (homens idosos) e as zarabatanas usadas por eles são ornamentadas com penas de tucanos e possuem cera de abelha em suas extremidades (ALBERT; MILLIKEN, 2009).

Kopenawa comenta que seus avós possuíam plantas de feitiçaria que usavam para enviar *xawara* (fumaça da epidemia relacionada ao contato com os não-indígenas) sobre seus inimigos. Essas plantas eram utilizadas nas expedições secretas dos *ōkapë* e jogadas no fogo perto das casas das pessoas que queriam contaminar. Contudo, Kopenawa diz que os Yanomami não sabem mais usar essas plantas e somente escutava sobre isso quando era criança. A espécie de *xawara* que perpetua na terra yanomami não provém mais dos *ōkapë*, mas somente dos *napëpë*, que insistem em retirar os minérios escondidos debaixo da terra. Na prática, os garimpeiros que, assim como “tatuzões”, escavam a terra em busca do ouro com ajuda de suas grandes máquinas, disseminam a *xawara* na forma de sarampo, malária e mesmo Covid-19 –

# Artigo

doenças quase impossíveis de serem vencidas pelos xamãs e seus espíritos auxiliares (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Kopenawa também explicita que, diante da intensificação do contato com os *napëpë*, os Yanomami deveriam parar de usar da vingança entre os habitantes da floresta e se mostrarem corajosos perante os verdadeiros inimigos *napëpë*. A partir dessa afirmação, podemos entender que, na medida em que os conflitos com os *napëpë* tomaram dimensões maiores que quaisquer possíveis conflitos entre os membros da etnia, foi necessário abandonar um aspecto guerreiro do grupo. Por caráter guerreiro, não pretendemos caminhar na mesma linha de pensamento questionável de Chagnon, sobretudo porque os Yanomami possuem métodos para prevenção e resolução de conflitos altamente refinados, mas apenas retomar a noção de feitiçaria guerreira, tal como é tratada por Kopenawa e Albert (2015).

Em outras palavras, foi necessário abandonar a guerra (e possivelmente o uso de plantas de feitiçaria guerreira) e somar forças no sentido de o grupo consolidar seus direitos perante a sociedade nacional. De fato, seria pouco benéfico alimentar inimizades e guerras dos Yanomami entre si ao mesmo tempo em que os *napëpë* provocam a morte em massa do grupo, sobretudo por meio da *xawara* disseminada pela atividade garimpeira, que conta com mais de 20 mil invasores na Terra Indígena Yanomami (TIY).

Uma figura interessante no contexto da utilização mágica das plantas é o *ōkapë*, a qual é pouco explorada na literatura a respeito dos Yanomami. Segundo Kopenawa, os *ōkapë* atacam principalmente quem está trabalhando sozinho na roça. Vindos de lugares distantes, os *ōkapë* viajam durante a noite e se escondem nas bordas da floresta para assopram seus feitiços com auxílio das zarabatanas. Essas zarabatanas são feitas com árvore de palmeira e nelas amarram uma bolinha de algodão que guarda as plantas maléficas. Os *ōkapë* miram as zarabatanas na nuca da vítima e, assim que atingida, as plantas maléficas se espalham por todo o seu corpo e a pessoa se sente fraca e tonta. Em seguida, os *ōkapë* saem de seus esconderijos, arrastam a vítima para a floresta e quebram seus ossos com o próprio corpo ou com um pedaço de pau. A vítima então é abandonada na floresta e os *ōkapë* apagam os vestígios de sua agressão, para que a pessoa volte para sua casa sem que ninguém saiba do acontecido. Finalmente, depois que volta para casa, com todos seus ossos quebrados e sem nenhum rastro dos *ōkapë*, a vítima morre e não há nada que os xamãs possam fazer. Contudo, quando a vítima é muito atenta e percebe que foi atingida pela zarabatana de um *ōkapë* e logo volta para a casa, os xamãs podem combater as plantas maléficas e curar a vítima (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

### 3 O USO RITUAL DO PÓ DE YĀKOANA

Depois de apresentarmos os aspectos gerais das funções das plantas na cosmologia yanomami, podemos nos aprofundar no uso ritual do pó de *yākoana*. Conforme mencionado no item anterior, existem diversas categorias de *xapiripë* do mundo vegetal e a árvore usada para produzir o pó de *yākoana* está entre os espíritos das plantas mais fortes. Em resumo, a *yākoana* é um poderoso alucinógeno usado pelos xamãs em rituais cotidianos. Tanto o preparo como a utilização dos “pós” vegetais entre os Yanomami foram amplamente explorados na literatura a respeito da etnia desde a década de 1960. Segundo Albert e Milliken (2009), a composição do pó de *yākoana* conta principalmente com duas espécies vegetais: a resina da casca de *Virola spp.* e as sementes de *Anadenanthera peregrina*, que também são usadas por outras sociedades indígenas da América do Sul. Ambas as espécies possuem propriedades psicotrópicas manifestadas em alucinações visuais e auditivas.

Existem, sobretudo, três variedades da resina da casca de *Virola spp.*: *yākoana a* (a mais comum), *haare a* (a mais potente) e *xioka a* (a mais fraca e que causa um desconforto considerável nas narinas do xamã). Mas a confecção do pó de *yākoana*, por sua vez, depende diretamente de outras espécies vegetais. As cascas vazias de castanha-do-pará são usadas como pilões na preparação do pó. Os cipós usados na cestaria yanomami por parte das mulheres também são necessários: um cesto pequeno de ponto fechado e com bordas baixas é usado para peneirar o pó. A partir do caule oco de paxiubinha é fabricado o tubo por meio do qual o pó será ministrado. Meia semente de inajá é colada com auxílio de resina na extremidade do tubo, a fim de vedar o contato com a narina de quem recebe o pó. Outras espécies vegetais também são usadas como apoio na confecção: as propriedades aromáticas das folhas de chambá secas e pulverizadas amenizam o cheiro desagradável da *Virola spp.* e as cinzas de pindaíba podem impedir que o pó se aglutine diante do clima úmido da floresta tropical ou intensificar os efeitos alucinógenos da *yākoana* (ALBERT; MILLIKEN, 2009).

A confecção também depende do fogo: a resina de *Virola spp.* é extraída a partir das cascas da árvore em contato com o fogo. E o uso ritual da *yākoana* depende de, no mínimo, duas pessoas: o xamã e o ministrante. Com a *yākoana* devidamente preparada, xamã e ministrante se agacham em algum lugar do *xapono* (casa coletiva yanomami). O ministrante assopra o pó nas narinas do xamã, alimentando assim seus *xapiripë* famintos. E nem todas as

# Artigo

variedades da resina de *Virola spp.* são encontradas nas proximidades de todas os *xapono*, podendo ser necessário entrar em contato com outras comunidades para trocar sementes. Em resumo, o preparo e o uso do pó de *yãkoana* dependem da relação entre humanos aliados, entre diversas espécies de plantas e do fogo para que, assim, o xamã entre em contato com o mundo dos seres invisíveis.

No uso ritual da *yãkoana* é possível destacar também o caráter medicinal da planta, a partir de sua relação com os *xapiripë*. Durante as sessões em que os xamãs inalam o pó de *yãkoana*, o estado de transe visual e auditivo no qual se encontram permite que os seus *xapiripë* “desçam” de suas casas e mostrem suas danças de apresentação. Os *xapiripë*, invisíveis para as pessoas comuns, são descritos como miniaturas humanoides luminosas e brilhantes. Eles possuem capacidades de cura que podem combater feitiçarias de inimigos, algumas fumaças da epidemia e outras doenças “do mato”. Assim, com o auxílio dos *xapiripë*, os xamãs yanomami trabalham para curar o corpo e a imagem de seus pacientes (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Fora o pó de *yãkoana*, é comum que os xamãs utilizem do *pëë nahe* (brejeira feita com tabaco). Ambos são utilizados para alimentar o espírito de quem sente fome. Ao contrário dos *napëpë*, que deixam seus espíritos passarem fome e os alimentam apenas com álcool, cigarro e outras drogas, os espíritos dos Yanomami são alimentados com *yãkoana* e *pëë nahe*. De acordo com Albert e Milliken (2009), os homens costumam usar um *pëë nahe* na parte inferior do lábio, ou mesmo superior, o que teria função estimulante, elevaria o pH da saliva e ajudaria a prevenir cáries. Já as mulheres usariam um *pëë nahe* mais discreto, a fim de não deformar o lábio. As folhas de tabaco cultivadas na roça são secadas, umedecidas com água e misturadas com as cinzas da fogueira para “acordar o tabaco”.

Por fim, é interessante destacar que, além do uso entre os xamãs, a *yãkoana* também é usada para a caça. Em suas aljavas, os caçadores yanomami costumam carregar algumas espécies de pontas de flecha para serem usadas em situações de caças particulares. Uma dessas pontas de flecha possui entalhes que quebram no corpo da presa e são untadas pela resina retirada da árvore de *yãkoana*. Usada, sobretudo, na caça de macacos, essa ponta de flecha exerce função de relaxante muscular e faz com que as presas caiam da árvore em que estão empoleiradas, facilitando a captura (ALBERT; MILLIKEN, 2009).

Até aqui, apresentamos sobretudo os aspectos utilitaristas a respeito da *yãkoana* e outras plantas relacionadas a ela, partindo da pessoa yanomami em relação aos vegetais. Contudo, assim como a pessoa está para os vegetais, os vegetais também estão para a pessoa, marcando

# Artigo

uma certa relação de simetria. Os vegetais realizam um agenciamento sobre as pessoas iniciadas no xamanismo, o que será pormenorizado adiante nos termos de domesticação e contradomesticação. “Beber” o pó de *yãkoana* é fundamental para que uma pessoa se torne xamã. Quando o iniciado “bebe” esse pó, passa a ver os espíritos que lhes fazem sua dança de apresentação. Assim, os espíritos dependem tanto do xamã para que sejam alimentados com a *yãkoana*, como o xamã depende da *yãkoana* para que veja a dança dos espíritos.

Para que seja iniciado nos rituais tradicionais, o xamã yanomami deve cumprir uma série de preceitos, como fazer longas caminhadas solitárias na floresta, não comer carne de caça e realizar abstinência sexual, na medida em que os espíritos da floresta são alimentados pelo pó de *yãkoana* consumido por ele. Assim, o corpo do xamã se faz uma espécie de instrumento de mediação entre o mundo dos vivos e o mundo dos espíritos, explicitando o agenciamento entre vegetais e humanos para além de uma relação meramente utilitária sobre as plantas. Nas palavras de Kopenawa:

Quando se é jovem, o bom é andar sempre na floresta. É ruim ficar pensando o tempo todo em mulheres e em comer suas vulvas. É deplorável passar as noites a desejá-las a ponto de atravessar a casa engatinhando para encontrá-las às escondidas em suas redes. Melhor preocupar-se em ser bom caçador, sempre ficando atento à caça na floresta. Só desse modo um rapaz pode agradar aos espíritos, que então virão a ele por pensar que ele lhes pertence. Assim, mais tarde, estarão dispostos a dançar para fazer dele um xamã (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 95).

## 4 A RELEVÂNCIA DAS INTERAÇÕES HUMANO-VEGETAIS

Após o estudo da relação interespecífica do pó alucinógeno de *yãkoana* com o povo indígena yanomami, é perceptível a importância das interações humano-vegetais nas relações sócio-cosmológicas desse povo. Após diversos preceitos a serem seguidos, o alucinógeno é utilizado pelos homens para se alcançar o estado de transe, a fim de entrar em contato com os *xapiripë* (espíritos das florestas), ouvindo seus cantos e depois vendo suas imagens em sonhos. Nesse estado de consciência alterada, é possível a pessoa yanomami (geralmente iniciada no xamanismo) ingressar em um estado onírico, no qual surgem visões atribuídas a um mundo sobrenatural (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

No pensamento yanomami, os animais no passado possuíam uma forma humana. Ao virarem caça, seus descendentes teriam assumido os corpos animais que conhecemos hoje,

# Artigo

porém seus espíritos – *xapiripë* – continuariam existindo, preservando suas características humanoides. Apesar de possuírem uma condição fantasmal, pois são como os espectros dos mortos, os *xapiripë* são uma categoria de não-humanos que possuem elementos humanos fundamentais, seja na sua forma corporal, seja nas suas capacidades intencionais e agentivas (ALBERT; CHANDÈS, 2003). Consoante o entendimento de Castro (2006, p. 325):

os não-humanos são aqueles supremamente capazes de assumir uma forma humana *falsa* perante os humanos verdadeiros. Em outras palavras, enquanto (normalmente) invisíveis, esses não-humanos “são” humanos; enquanto (anormalmente) visíveis, esses humanos “são” não-humanos.

Não apenas os animais, mas todos os outros seres da floresta (raio, trovão, chuva, noite etc.) também possuem suas respectivas imagens *xapiripë*. A despeito de serem invisíveis aos homens comuns, são completamente visíveis na sua verdadeira forma humana aos xamãs, que ao inalarem reiteradamente o pó de *yãkoana*, estariam habilitados a entrar em contato com estas imagens, obtendo assim o verdadeiro conhecimento sobre os vários aspectos da floresta. Os próprios xamãs assumiriam, durante o transe, qualidades semelhantes às dos espíritos, tornando-se ao mesmo tempo humanos e não-humanos, vivendo em estado polimorfo. Ao “morrerem” sob o efeito deste alucinógeno, os xamãs são capazes não apenas de enxergar os espíritos, mas de ver o mundo como eles, ou seja, enxergar os humanos como espectros (KOPENAWA; ALBERT, 2003).

É notável que boa parte dos personagens da cosmologia yanomami possui uma condição geral, na qual aspectos humanos e não-humanos se acham completamente emaranhados entre si. O uso do vegetal alucinógeno – pó de *yãkoana* – como um meio de acesso ao mundo não-humano nos transmite a ideia de uma relação entre “espécies companheiras”, nos termos de Haraway (2021), na qual tal planta não é apenas boa para pensar, mas também para transitar e se comunicar com as diversas nações (humanas e não-humanas) que envolvem sua sociedade cósmica. Além disso, conforme visto no tópico anterior, a própria confecção do pó de *yãkoana* depende de espécies companheiras para sua existência.

É possível afirmar que esse emaranhado de relações – vegetais, *xapiripë* e os xamãs yanomami – fazem parte de uma grande teia chamada de “paisagens multiespécies”, nos termos de Tsing (2019). Consoante a autora, os seres humanos são incapazes de sobreviver sem outras espécies. A evolução biológica não seleciona os indivíduos, mas sim relacionamentos que são fundamentais para sua sobrevivência. Sendo assim, os organismos emergem de relações

# Artigo

simbióticas antes de serem indivíduos autônomos com interesses próprios. A perturbação humana não é o marco fundamental que caracteriza o Antropoceno<sup>1</sup>, até porque, como anteriormente visto, as relações dos indígenas com a domesticação das plantas não se traduzem em esgotamento ambiental, ao contrário disso, eles acabam fazendo parte desse ecossistema.<sup>2</sup> Na verdade, o que a temporalização do Antropoceno traduz é a quebra dessas coordenações simbióticas, que são muito mais difíceis de serem corrigidas (TSING, 2019).

Haraway (2021) segue o mesmo eixo teórico ao destacar que nenhum ser existe por si só, pois todos os seres (humanos e não-humanos) estão em uma relação contínua de “*simpoiesis*”. A ideia da autora é retirar os olhares antropocêntricos sobre a concepção de uma natureza-objeto, a fim de destacar a necessidade do ser humano aprender a gerar parentes (“*making kin, not babies*”) em linhas de conexão engenhosas com o ecossistema em que vive.<sup>3</sup> Afinal, somos todos seres entrelaçados em inumeráveis configurações inacabadas de lugares, tempos, matérias e significados.

Ao se observar a paisagem e os elementos que englobam a vida dos yanomami, a partir da perspectiva interespecífica, restam notáveis a indispensabilidade do mutualismo entre as espécies companheiras. Ao mesmo tempo em que os *xapiripë* dependem do pó de *yãkoana* para se alimentarem, os xamãs necessitam dos *xapiripë* para poderem obter o conhecimento da floresta e o poder de cura para combater doenças e feitiçarias inimigas. Essa espécie de mutualismo torna-se visível no relato de Davi Kopenawa:

Não nos tornamos xamãs comendo carne de caça ou plantas das nossas roças, e sim graças às árvores da floresta. É o pó de *yãkoana*, tirado da seiva das árvores *yãkoana hi*, que faz com que as palavras dos espíritos se revelem e se propagem ao longe. A gente comum é surda a elas mas, quando nos tornamos xamãs, podemos ouvi-las com clareza. A *yãkoana*, como eu disse, é o alimento dos *xapiripë*. Eles a chamam *raxa yawari u*, o mingau de pupunha da gente das águas. Bebem-na sem descanso, com avidez. Assim que sua força aumenta, eles a absorvem através do seu pai, o xamã, pois a *yãkoana* penetra nele pelo nariz, que é a entrada de sua casa de espíritos. Então, são muitos os *xapiripë* a alimentar-se dela. Por isso o xamã não desaba no chão. Ao beber *yãkoana*, ele só entra em estado de fantasma e seus espíritos uma vez satisfeitos, descem em seus espelhos, alastrando por toda parte o cheiro suave de suas pinturas de urucum (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 136).

Assim como a alga é responsável por fornecer compostos orgânicos ao fungo, enquanto o fungo garante o ambiente adequado para o desenvolvimento do organismo fotossintetizante, protegendo-o e retendo água e sais minerais, os xamãs seriam os incumbidos em fornecer os

# Artigo

alimentos (pó de *yãkoana*) aos *xapiripë*, enquanto estes seriam os responsáveis em garantir a qualidade do ambiente para o desenvolvimento da vida yanomami.

Percebe-se que o corpo do xamã funcionaria como um instrumento para a realização desse mutualismo, pois, ao inalarem o pó de *yãkoana*, entram em um estado de transe em que adquirem uma característica polimorfa (humana e não-humana) e conseguem transitar dentro do plano dos *xapiripë* sem serem capturados pelo ponto de vista dos mesmos. Ou seja, a partir da capacidade agentiva desta planta, que induzem o corpo dos xamãs a um aspecto de quase morte, garantem a realização deste sistema de “trocas” com os *xapiripë*.

Posto isto, fica perceptível que o uso dos vegetais para este grupo vai além da necessidade de utilizá-las para feitiçaria, caça e cura. Na verdade, elas são excelentes recursos para se relacionar e se comunicar com o mundo humano e não-humano. Thom van Dooren complementa tal entendimento ao afirmar que:

A relacionalidade multiespécies atenta aos registros temporais e semióticos evidencia um mundo animado em que o ser é sempre tornar-se, em que tornar-se é sempre um tornar-se-com (VAN DOOREN; KIRSKEY; MÜNSTER, 2016, p. 1).

Ao realizar um estudo a partir das etnografias do povo yanomami, é notável que a grande maioria do antropólogos acaba recaindo em concepções já muito bem fundamentadas por Bruce Albert e Eduardo Viveiros de Castro, que colocam a predação como o contexto pragmático e central nas relações de sociabilidade desse povo, a qual incide com maior frequência sobre os grandes predadores como as onças, serpentes e aves de rapina, que realizam capturas de imagem e trocas de perspectivas – questões centrais do perspectivismo ameríndio (CASTRO, 2018).

Apesar da grande presença das plantas na cosmologia yanomami, ainda são poucos os etnógrafos que exploram as qualidades e funções que seu uso provoca nas relações e dinâmicas sociais deste povo e por isso acabam sempre ocupando uma posição secundária/coadjuvante em seus relatos de campo. Karen Shiratori (2019), ao relatar sua experiência com os Jamamadi – povo indígena de língua *arawá* que habita a região do médio Purus (Amazonas) –, afirma que tal percepção sobre a predação não deve ser excluída, mas deve-se ter um esforço em matizar o seu lugar como parte de um esquema basal das relações. Antes, o objetivo é mostrar que nem só de consanguinidade e cuidado se modulam as relações com as plantas, há também afinidade (masculina e feminina) e as relações de troca.



Thom van Dooren explica que, diferentemente de se concentrar na relações humano-animais, os teóricos multiespécies estão se perguntando como as vidas humanas acabam se construindo nesses entrelaçamentos em teia com as diversas espécies do universo não-humano. De acordo com o autor, este estudo consiste em se concentrar nos milhares de seres animados (humanos, animais, vegetais, minerais etc.), “que fazem com que eles estejam em meio a relações emaranhadas que incluem, mas sempre também excedem, dinâmicas de predador e presa, parasita e hospedeiro, pesquisador e pesquisado, de parceiro simbiótico, ou vizinho indiferente” (VAN DOOREN; KIRSKEY; MÜNSTER, 2016, p. 2).

## 5 A CONTRADOMESTICAÇÃO PELO PÓ DE YÁKOANA

Durante muito tempo, a Amazônia foi considerada um reduto intocado de florestas virgens, porém, após estudos arqueológicos e antropológicos, foi descoberto que ela seria o resultado de um manejo ancestral realizado pelas populações nativas originárias, que transformaram as paisagens onde habitavam segundo suas concepções cosmológicas: “A complexa combinação de práticas de horticultura e agrofloresta, associadas ao manejo e cultivo de plantas não domésticas nas paisagens amazônicas, revelam manejo sem cultivo, cultivo sem domesticação e domesticação sem agricultura” (PIPERNO, 2011). Este contexto pluridiverso possibilitou a redefinição da Amazônica como um dos maiores centros de domesticação do planeta (CLEMENT *et al.*, 2010; 2015).

Joana Cabral de Oliveira (2019) relembra que não estamos sozinhos neste ecossistema e muito menos pertencemos a paisagens intocáveis. Na verdade, nosso plano de existência depende concomitantemente da nossa coevolução. E os vegetais, através de sua alquimia, elaboraram uma grande estratégia para mover-se, proteger-se e propagar-se no decorrer dos tempos:

[...] seja por compostos tóxicos que geram a morte de predadores, seja por aromas agradáveis que atraem polinizadores, pela docilidade de um fruto que desperta o desejo de um dispersor em carregá-lo, ou pelo seu potencial de inebriar e despertar o desejo de experimentar outras realidades via substâncias psicoativas (OLIVEIRA, 2019, p. 82).

No entanto, devemos destacar que o processo de domesticação não foi um ato unilateral, em que só os vegetais teriam se modificado de acordo com os desejos humanos. Pois é perceptível que os vegetais também impuseram suas condições de existência ao homem,

# Artigo

promovendo a sedentarização, mudanças fisiológicas e transformações corporais nos processos de digestão de raízes, frutos e sementes (VAN DOOREN, 2012).

Apesar da preferência deste artigo em utilizar os termos domesticação e contradomesticação para destacar essa relação humano-vegetal, é necessário alertar os leitores que existe uma desconsonância entre os teóricos sobre a utilização destes termos. Enquanto alguns autores defendem que as ontologias indígenas concebem a floresta como resultado irrefutável da ação de diferentes sujeitos (humanos e não-humanos), há aqueles que evocam as ontologias nativas para problematizar a categoria de domesticação como mais uma imposição da perspectiva do pensamento ocidental aos modos de viver e pensar das sociedades indígenas (SANTOS; SOARES, 2021).

Contudo, nos parece de extrema valia utilizar tais concepções – mesmo ocidentalizadas – para repensar como essas relações multiespécies influenciam uma na outra. Através dessas conexões interespecíficas entre humanos e vegetais é possível repensar alguns lugares que antes pareciam comuns e que agora passamos a confundir os limites entre a condição humana e a vegetal. A casca da árvore utilizada para a confecção do pó de *yãkoana* possui certa ambivalência – assim como o timbó utilizado pelos Suruwaha nas florestas do vale do Purus<sup>4</sup> – pois, ao mesmo tempo em que possuem um caráter “selvagem” devido à toxicidade alucinógena de sua fitologia, também possuem um caráter “domesticado” ao serem manejados pelos humanos yanomami para cura de doenças e socialização com os *xapiripë*.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o pó de *yãkoana* é um tipo de vegetabilidade “domesticada” pelos yanomami, que possuem uma sabedoria ancestral de como manusear sua potência alucinógena/psicotrópica de forma benéfica para o desenvolvimento de sua cosmologia, estes também são “contradomesticados” por essa vegetabilidade, ao terem que seguir longos rituais e preceitos que envolvem abstinência sexual, restrição alimentar e isolamento, a fim de terem seus corpos aptos para o uso de tal substância. Conforme elucidado por Davi Kopenawa:

Por isso a primeira coisa que fazem os xamãs mais velhos que nos dão seus espíritos é nos limpar. Devem nos livrar de todos os restos de caça, de todos os cheiros de carne queimada e apodrecida que ficam em nós. Devem também nos livrar de todo cheiro de pênis. Então podem nos fazer virar espíritos, como eles próprios há muito tempo (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 139-140).

Seguindo a ideia contextualizada na etnografia de Echeverri e Pereira (2005), sobre o uso da coca e seus relatos míticos pelos Uitoto e Muinane (do interflúvio Caquetá/Putumayo)

# ..... Artigo .....

e pelos Yucuna e Barasana (norte de Caquetá), percebe-se que ambos os vegetais (coca e *yãkoana*) possuem um certo tipo de agência e devem ser respeitados pelo grupo que convivem. Através de disciplinas corporais e preceitos, esses povos desenvolvem uma espécie de relação com estes seres, conforme os autores frisam: “não é apenas o consumo da substância ou seus efeitos levemente estimulantes o que importa, mas sim as disciplinas corporais e sociais que derivam dos modos como a planta é entendida” (p. 2).

Ao compreendermos a importância da interação das espécies companheiras, torna-se evidente que os humanos e os vegetais emergem de uma relação coconstitutiva. Os vegetais não são apenas elementos que versam sobre a alimentação, pois também tecem a própria estrutura da vida humana. Vários modos de viver surgem através das relações com estas paisagens mais que humanas. Estas são relações de devir mútuo, nos quais todos os seres são transformados, perspectivas são introduzidas e mundos são constituídos (VAN DOOREN, 2012).

## 6 MUTUALISMO E CODEPENDÊNCIA

Este artigo foi construído com o pressuposto de conferir um novo olhar sobre as relações yanomami-vegetais, através do qual se torna perceptível que o uso das plantas faz parte de um dos pilares da organização sociopolítica deste povo. Desde seu uso utilitário para a construção de casas e ferramentas do seu dia a dia, como também para fins alimentícios e ritualísticos, os vegetais podem ser considerados elementos centrais no arranjo social deste grupo étnico.

Ao adentrarmos especificamente na utilização do pó de *yãkoana* – cuja composição advém da resina da casca de *Virola spp.* e as sementes de *Anadenanthera peregrina* – pelos xamãs yanomami, restou compreensível que tanto o preparo como o uso deste vegetal dependem de uma relação entre espécies companheiras, que envolvem os humanos aliados, diversas espécies de plantas e o uso do fogo, para que, assim, os xamãs entrem em contato com o mundo dos *xapiripë*.

A atividade de mutualismo é evidenciada quando percebemos que tais espécies companheiras são codependentes entre si, ou seja, fica claro que os yanomami são incapazes de sobreviver sem outras espécies, afinal a cadeia evolutiva da vida não seleciona indivíduos, mas sim os relacionamentos que são fundamentais para a existência daquele determinado ser. Enquanto os *xapiripë* dependem do pó de *yãkoana* para se alimentarem, os xamãs necessitam



# Artigo



dos *xapiripë* para obterem o poder de cura e o conhecimento da floresta. A partir da capacidade agentiva deste vegetal, em que induzem os corpos dos xamãs a um aspecto de quase morte, garantem a realização deste sistema de “trocas” com os *xapiripë*.

Por fim, essa capacidade agentiva do pó de *yãkoana* nos fez refletir sobre a ambivalência de seus poderes. Ao mesmo tempo em que este vegetal é “domesticado” pelos yanomami, que possuem uma sabedoria ancestral de como manusear sua potência alucinógena/psicotrópica para o desenvolvimento de sua cosmologia, estes também são “contradomesticados” por essa vegetabilidade, ao terem que seguir longos rituais e preceitos que envolvem abstinência sexual, restrição alimentar e isolamento, a fim de terem seus corpos aptos para o uso de tal substância. Isto significa que além deste vegetal ser um importante mecanismo para se relacionar, ele também é um agente protagonista na história deste povo, ao tecer a própria estrutura de suas relações sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. **Temps du sang, temps des cendres**: représentation de la maladie, espace politique et système ritual chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne). Tese de Doutorado, Université Paris X – Nanterre, Paris, 1985.

ALBERT, Bruce; CHANDÈS, Hervé. **Yanomami - l'esprit de la forêt**. Paris: Fondation Cartier / Actes Sud, 2003.

ALBERT, Bruce; MILLIKEN, William. **Urihi a: a terra-floresta yanomami**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

APARICIO, Miguel. A planta da raiva: Timbó e envenenamento nos Suruwaha do Purus. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (org.). **O uso de plantas psicoativas nas Américas**. Rio de Janeiro: Gramma/NEIP, 2019.

BENFICA, Estevão; MACHADO, Ana Maria Antunes (org.). **As línguas yanomami no Brasil**: diversidade e vitalidade. São Paulo; Boa Vista: ISA/HAY, 2019.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 319-338, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-i edições, 2018.

CLEMENT, Charles Roland *et al.* Origin and domestication of native Amazonian crops. **Diversity**, v. 2, n. 1, p. 72-106, 2010.



# Artigo



CLEMENT, Charles Roland *et al.* The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 282, n. 1812: 20150813, 2015.

ECHEVERRI, Juan Alvaro; PEREIRA, Edmundo. “Mambear coca não é pintar a boca de verde”: Notas sobre a origem e o uso ritual da coca amazônica. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (ed.). **O Uso ritual das plantas de poder**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução de Pê Moreira. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**: generar parentesco en el Chthuluceno. Trad. de Helen Torres. Bilbao: Edición Consonni, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. A sedução das mandiocas. *In*: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (org.). **O uso de plantas psicoativas nas Américas**. Rio de Janeiro: Gramma/NEIP, 2019.

PIPERNO, Dolores. R. The Origins of plant cultivation and domestication in the New World tropics: patters, process, and new developments. **Current Anthropology**, v. 52, n. 4, p. 453-470, 2011.

RAMOS, Alcida Rita. Nações dentro da nação: um desencontro de ideologias. *In*: ZARUR, George (org.). **Etnia e nação na América Latina**. Washington, D.C.: OEA Imprint, 1993.

SANTOS, Gilton Mendes dos; SOARES, Guilherme Henrique. Amazônia indomável: relações fora do alcance da domesticação. **Mundo Amazônico**, v. 12, n. 1, p. 281-300, 2021.

SHIRATORI, Karen. O olhar envenenado: a perspectiva das plantas e o xamanismo vegetal jamamadi (médio Purus, AM). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2019.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Trad. de Thiago Mota Cardoso *et al.* 1. ed. Brasília: IEB – Mil Folhas, 2019.

ULLOA, Astrid. **A era do ser humano**: vivemos no Capitaloceno? Trad. de Soraia Vilela. São Paulo: Goethe-Institut Kolumbien, 2019.

VAN DOOREN, Thom; KIRSKEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade. Trad. de Susana Dias. **ClimaCom** [online], Campinas, Incertezas, ano. 3, n. 7, p. 39-66, dez. 2016.

# Artigo

VAN DOOREN, Tom. Wild seed, domesticated seed: Companion species and the emergence of agriculture. **Philosophy Activism Nature**, Melbourne, n. 9, p. 22-28, 2012.

<sup>1</sup> É necessário abrir um parêntese neste ponto, pois determinados autores usam, preferencialmente, o termo Antropoceno, em vez de Capitaloceno. Enquanto o primeiro enfatiza o papel do ser humano na transformação do mundo biofísico e na origem dos problemas ambientais globais, o Capitaloceno daria um passo adiante ao afirmar que as valorizações econômicas capitalistas de apropriação da natureza e de territórios, e não apenas as ações humanas diretas, são a causa das transformações ambientais. Cf. ULLOA, Astrid. **A era do ser humano: vivemos no Capitaloceno?** Trad. de Soraia Vilela. São Paulo: Goethe-Institut Kolumbien, 2019.

<sup>2</sup> “Pesquisas atuais na Amazônia reconhecem parte das suas florestas como derivadas de processos de domesticação de paisagens e de populações de plantas que interagiram com populações indígenas que as manejavam ou as cultivavam ao longo de centenas de anos” (p. 108). Cf. APARICIO, Miguel. A planta da raiva: Timbó e envenenamento nos Suruwaha do Purus. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (org.). **O uso de plantas psicoativas nas Américas**. Rio de Janeiro: Gramma/NEIP, 2019.

<sup>3</sup> “Chthuluceno é um composto de duas raízes gregas (khthôn y kainos) que juntas nomeiam um tipo espaço-tempo para aprender a seguir com o problema de viver e morrer com responsabilidade em uma terra danificada” (p. 20). Cf. HARAWAY, Donna J. **Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno**. Trad. de Helen Torres. Bilbao: Edición Consonni, 2019.

<sup>4</sup> “O timbó *kunaha* é coletado nas matas de terra firme do Purus pelos Banawa e Hi Merimã, e cultivado nas roças dos Suruwaha, nas quais é plantado e colhido anualmente com o tabaco, o milho, as bananas, os cajus. Esta planta apresenta uma ambiguidade que a faz oscilar entre o seu caráter *selvagem* (a toxicidade das suas raízes, nas quais se concentra a rotenona, deriva da sua fisiologia, não da manipulação humana) e o seu caráter *doméstico* (manejado pelos humanos, interessados na sua eficácia para obter recursos de pesca)” (p. 109). Cf. APARICIO, Miguel. A planta da raiva: Timbó e envenenamento nos Suruwaha do Purus. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra Lucia (org.). **O uso de plantas psicoativas nas Américas**. Rio de Janeiro: Gramma/NEIP, 2019.

Recebido em: 15/09/2021

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

**Ícones feministas e supostas ações libertárias: cases que a propaganda  
construiu, mas que os fatos e as evidências esfacelaram**

Cintia Coelho da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo aborda o movimento feminista sob uma ótica alternativa à habitual com o objetivo de desmistificar algumas ações supostamente libertárias realizadas por ou em nome de mulheres, sendo algumas dentre elas consideradas verdadeiros ícones do movimento. Para isso, buscou-se realizar uma investigação histórica sobre eventos relacionados à causa feminista e análise de peças publicitárias, por meio do método do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas – resultando na constatação do uso de *false flags*, envolvimento da CIA, propaganda e outras ações mascaradas (*cover-ups*) por detrás do movimento.

**Palavras-chave:** Feminismo; Propaganda; Consumo; Mediações; *False flags*.

*Feminist icons and supposed libertarian actions: cases that propaganda has built, but that facts and evidences have shattered.*

**Abstract**

*This article approaches the feminist movement from an alternative perspective to the usual one with the objective of demystifying some supposedly libertarian actions carried out by or on behalf of women, some of which are considered true icons of the movement. For this, we sought to carry out a historical investigation about events related to the feminist cause and analysis of advertising pieces, through the method of the Generative Path of Sense of Greimas – resulting in the use of false flags, CIA involvement, propaganda and other cover-up actions behind the movement.*

**Keywords:** *Feminism; Propaganda; Consumption; Mediations; False flags.*

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e graduada em História pela mesma instituição. Pós-graduada em Comunicação Corporativa e com MBA em Marketing na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Atua com criação de conteúdo textual e possui ampla experiência em comunicação corporativa e marketing. Orcid: 0000-0001-7999-1748. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7832345010827170>. E-mail: [contato@cintiacoelho.com](mailto:contato@cintiacoelho.com).

# Artigo

*Íconos feministas y supuestas acciones libertarias: casos que construyó la publicidad, pero que los hechos y las evidencias destruyeron*

## **Resumen**

*Este artículo aborda el movimiento feminista desde una perspectiva alternativa a la habitual con el objetivo de desmitificar algunas acciones supuestamente libertarias realizadas por o en nombre de las mujeres, algunas de las cuales son consideradas verdaderos íconos del movimiento. Para ello, se buscó realizar una investigación histórica sobre hechos relacionados con la causa feminista y análisis de piezas publicitarias, a través del método de la Ruta Generativa del Sentido de Greimas – resultando en el uso de banderas falsas, participación de la CIA, propaganda y otras acciones de encubrimiento detrás del movimiento.*

**Palabras llave:** *Feminismo; Publicidad; Consumo; Mediaciones; False flags.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O que é propaganda? Seriam apenas as peças publicitárias, ou seja, os anúncios? A resposta é não. A verdade é que obras literárias, cinematográficas, músicas, discursos, movimentos, protestos e outros conteúdos sem “cara de publicidade” podem também desempenhar ou atuar como esta ferramenta do marketing: a propaganda.

Embora, os profissionais de marketing façam uma divisão pormenorizada de técnicas e tipos de propaganda, tais como: informativa, persuasiva, propaganda de lembrança e propaganda de reforço, todas têm em comum um caráter persuasivo, ou seja, a propaganda sempre visa promover uma ideia e fazer esforços que convençam os indivíduos (receptores da mensagem) a realizar uma determinada ação (KOTLER; KELLER, 2006, p. 542).

O *timing* e os temas da propaganda e da mídia em geral são dois pontos que apresentam ou que abrem espaço para a reflexão sobre as duas características principais da propaganda/mídia, respectivamente: **(1)** o imediatismo, o tempo rápido em que sempre parece haver um senso de urgência, seja para noticiar algo tido como iminente (aquilo não pode esperar) ou para divulgar a novidade da vez (a ânsia do consumo)<sup>1</sup> e; **(2)** a superficialidade, o raso, o conciso, expressões e formatos que não permitem grandes aprofundamentos.

É por meio desta abordagem rápida e rasa, entranhada no cotidiano em diferentes formatos e roupagens, que a característica central da propaganda (a persuasão) tem sido utilizada por muitos publicitários que se apoiam nela para suscitar e promover não apenas novos hábitos de consumo, mas “verdadeiros acontecimentos históricos”. Eventos que foram posteriormente desmistificados, como é o caso da campanha *torches of freedom*<sup>2</sup>, realizada na

# ..... Artigo ..... .....

década de 1920. Uma estratégia articulada por Edward Bernays<sup>3</sup>, considerado um gênio do Marketing e o pai das relações públicas.

## 2 SUPOSTOS ÍCONES E AÇÕES LIBERTÁRIAS

Até a década de 1920 não era permitido às mulheres o ato de fumar, mas tudo isso muda com a contratação de Bernays pela companhia *American Tobacco* e, conforme palavras do presidente da companhia em 1928, Mr Hill: “*It will be like opening a new gold mine right in our front yard*”<sup>4</sup>. Bernays recebeu a demanda de mudar aquele cenário a fim de aumentar os lucros obtidos com a venda de cigarros, ao incluir as mulheres como público-alvo e potenciais clientes da *American Tobacco*. Assim, Bernays aciona o jornal de Nova York pedindo a cobertura de um suposto “protesto” realizado por mulheres que ocorreria nas ruas de Boston. Mas o que se soube anos depois pelo próprio Bernays<sup>5</sup>, é que todas aquelas mulheres segurando um cigarro na mão, pedindo por “liberdade” e dizendo que aqueles cigarros eram suas *torches of freedom* (em português, “tochas da liberdade” – FIGURA 1) tinham sido na verdade pagas pelo publicitário para realizar tal ação, que chamaríamos talvez, na contemporaneidade de uma espécie de marketing de guerrilha<sup>6</sup>.

Dito isto, evidenciamos como a propaganda não se restringe apenas a peças típicas de divulgação e persuasão – já que temos neste suposto “protesto” um grande exemplo de ação propagandista que visava tão somente os interesses comerciais de uma companhia, mas que se apresentou como a vontade da população estadunidense do sexo feminino da década de 1920. Não se tratou de uma ação de marketing convencional e/ou explícita, assim como não se tratou de uma ação propagandista facilmente identificável por todos aqueles que ali estavam ou que cobriram (o jornal informado da ação) tal ação. Tal ação não podia se dar da forma tradicional/convencional, uma vez que o consumo de tal substância/produto era proibido para mulheres, assim para que a *American Tobacco* pudesse alcançar o seu objetivo de ampliar sobremaneira os seus lucros, era preciso mudar a lei local. O que nos leva a constatar que os artifícios da propaganda são utilizados para as mais diversas finalidades – podendo visar à mudança de leis, o *establishment* de uma determinada época, a forma de vida (*lifestyle*) de uma nação e/ou de várias nações e até mesmo de todo o mundo.

The cigarettes were Lucky Strike. The march was orchestrated by Edward Bernays, the father of public relations, in line with feminist concerns. Freud’s

# ..... Artigo ..... .....

nephew Bernays, an Austrian who had settled in the United States, was working for the company American Tobacco, which was seeking to expand the habit of smoking to a public so far unexplored – women. The movement was therefore articulating female freedom with a market opening (LEAL; FREIRE FILHO; ROCHA, 2016, p. 49).

Deste episódio em diante, a indústria de tabaco iniciou uma série de anúncios publicitários voltados para as mulheres, glamourizando o cigarro. Tais anúncios, como exemplificado na Figura 1, mesclam dois teores predominantes, o primeiro voltado para o glamour e a sedução; e o segundo voltado para a “quebra de grilhões” e alusão a uma suposta liberdade atrelada ou vinculada ao consumo do tabaco.

**Figura 1** – Anúncios da campanha da marca de cigarros Lucky Strike.



Fonte: Yourstory e Pinterest CIEE - RVA

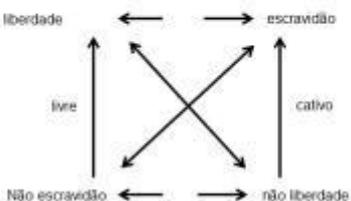
O anúncio da marca de cigarro Lucky Strike da American Tobacco localizado à esquerda traz uma mulher em destaque, vestida aparentemente apenas com um sutiã e com uma expressão facial de provocação (sedução). Logo abaixo, na parte inferior do anúncio há a imagem do produto.

# Artigo

O anúncio igualmente da marca de cigarro Lucky Strike da America Tobacco localizado à direita apresenta ao centro a ilustração de uma mão masculina, cujo punho traz uma vestimenta nas cores da bandeira dos Estados Unidos, junto com os dizeres “*American Intelligence*.” A mão está estraçalhando correntes, quebrando os supostos grilhões que prendiam tal sociedade. Na imagem, as correntes quebradas parecem “desaguar” na imagem do produto. Ao fundo há pessoas com roupa de banho que se divertem e socializam em uma praia.

Ambos os anúncios trazem na parte superior os seguintes dizeres principais: “*An ancient prejudice has been removed*.” Ao submetermos tal enunciado ao método do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas, temos a seguinte análise (quadro 1):

**Quadro 1** – Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – anúncios da marca de cigarros Lucky Strike.

|   |   |   |
|---|---|---|
| Anúncio publicitário                      |  |  |
| Objeto de valor apresentado como eufórico | Liberdade.  |   |
| Dizeres do anúncio                        | An ancient prejudice has been removed.  |   |
| Tradução                                  | Um antigo preconceito foi removido. (tradução nossa)                                |   |

**Fonte:** elaborado pela autora com base no método do Percurso Gerativo de Sentido do Greimas.

# Artigo

**Quadro 2** - Análise realizada por meio do percurso gerativo de sentido de Greimas – anúncios da marca de cigarros Lucky Strike.

|                                      |                                       | Percurso gerativo de sentido  |   |                |                 |  |
|--------------------------------------|---------------------------------------|---|---|----------------|-----------------|--|
|                                      |                                       | Sintaxe   | Semântica   | Valor eufórico | Valor disfórico |  |
| Nível fundamental<br>Nível Narrativo | Oposição semântica                    | Liberdade versus escravidão.  |   | Liberdade.     | Escravidão.     |  |
|                                      | Objeto de valor                       | Liberdade.  |   |                |                 |  |
|                                      | Tipos de enunciado                    | Enunciados de estado  | O cigarro Lucky Strike é sinal de liberdade.  |                |                 |  |
|                                      |                                       | Enunciados de fazer   | O enunciatário tornar-se livre ao consumir o cigarro Lucky Strike.                    |                |                 |  |
|                                      | Tipos de relação                      | Junção  | Com a liberdade.  |                |                 |  |
|                                      |                                       | Disjunção   | Com a escravidão.   |                |                 |  |
|                                      | Narrativas                            | Privação (início conjunto e final disjuncto)  | N/A   |                |                 |  |
|                                      |                                       | Liquidação (início disjuncto e final conjunto)  | Existem pessoas em escravidão, mas consumindo Lucky Strike o enunciatário se liberta. |                |                 |  |
|                                      | As quatro fases de narrativa complexa | 1- <b>Estratégia</b> (tentação, intimidação, sedução e provocação)  | Intimidação, provocação e sedução.  |                |                 |  |
|                                      |                                       | 2 – <b>Competência</b> ( <i>poder fazer</i> )   | Lucky Strike é o objeto capaz de proporcionar liberdade.                              |                |                 |  |
|                                      |                                       | 3- <b>Performance</b> (transformação)   | O enunciatário escravo torna-se livre.  |                |                 |  |
|                                      |                                       | 4- <b>Sanção</b> (resultado)  | O enunciatário torna-se livre e o enunciador obtém popularidade e vendas.             |                |                 |  |
|                                      | Nível discursivo                      | O discurso revestido de Roupagem/sentido  | Mesmo em um mundo cheio de pessoas cativas, fumar Lucky Strike te torna livre.        |                |                 |  |
| Temporalização (tempo)               |                                       | Tempo presente.   |   |                |                 |  |
| Espacialização (espaço)              |                                       | Cenário 1: ausência de fundo. Cenário 2: praia.   |   |                |                 |  |
| Actorialização (pessoas)             |                                       | A mulher que usa o relógio.   |   |                |                 |  |
| Figurativização (facultativa)        |                                       | Cenário 1: mulher vestida aparentemente apenas um sutiã. Cenário 2: mão masculina, cujo punho traz uma vestimenta nas cores da bandeira estadunidense | N/A   |                |                 |  |
| Tematização (obrigatória)            |                                       |   | Liberdade   |                |                 |  |

Fonte: elaborado pela autora com base no método do Percurso Gerativo de Sentido do Greimas.

Em suma, o enunciado “*An ancient prejudice has been removed*” traz um discurso que apresenta como desejável a liberdade (valor eufórico) proporcionada pelo produto (Lucky Strike), afirmando de forma indireta ou subliminar que tal cigarro é o objeto necessário para se tornar livre. Enquanto, implicitamente, aponta a escravidão como valor disfórico, dizendo de forma implícita que ao não consumir o produto, o enunciatário é alguém cativo.

*These new representations were part of a historical moment in which female roles were being discussed and redefined in public sphere. It will be shown, through a brief history of the links between smoking and gender relations, how cigarettes were no longer a practice restricted to men in the 19th century and becomes a symbol of women’s freedom in the first decades of the 20th century. Based on the literature of gender studies and the anthropology of consumption, this work contextualizes historical conditions that made it possible for women smoking to be transformed into a sign of freedom (LEAL; FREIRE FILHO; ROCHA, 2016, p. 50).*

# ..... Artigo .....

Mas este não foi o único caso em que as mulheres por meio de supostas reivindicações feministas foram usadas como “ferramenta/instrumento” para a propaganda. Um dos maiores ícones do movimento feminista, durante a década de 1960, período conhecido como a 2ª onda do feminismo<sup>7</sup>, Gloria Steinem<sup>8</sup> (FIGURA 2), também foi “descoberta” em seus reais intentos. Steinem era na verdade contratada da CIA<sup>9</sup> com a finalidade de se infiltrar e prejudicar movimentos que visavam direitos civis. Seu objetivo, especificamente, era tirar a atenção da questão racial, ou seja, distrair a população para as questões e reivindicações da população negra que buscava o fim das discriminações entre os negros e brancos.

*Gloria Steinem faced criticism from some feminists, including the Redstockings, for her association with the CIA-backed Independent Research Service. And others questioned her commitment to the feminist movement because of her glamorous image.<sup>10</sup>*

Este case (Gloria Steinem) evidencia um caso típico de *false flag*<sup>11</sup> com intuito de promover distração entre a grande massa, tema que analisaremos mais adiante neste artigo no tópico **A Propaganda Branca, Cinza e Negra**<sup>12</sup>. Além de explicitar mais uma vez como a propaganda não se restringe apenas a peças publicitárias convencionais, ao contrário, evidencia que a propaganda é algo multiforme e está entranhada na vida cotidiana, seja por meio de manifestações políticas, eventos e produções socioculturais.

**Figura 2** – Imagem de Gloria Steinem.



Fonte: Encyclopædia Britannica

# Artigo

A descoberta do envolvimento de Steinem com a CIA e outras questões ideológicas abalou o movimento no período, e provocou dissensão, como mostra o artigo de Lucinda Franks, publicado no New York Times, em 1975:

*In 1967, Miss Steinem disclosed that she worked for a C.I.A.-supported foundation, the International Research Service, that sent students to Communist-sponsored international youth festivals in 1959 and 1962. She said then that she saw nothing wrong with her job, since the agency had no influence on policy decisions and that it showed that there were liberals in government. [...] Miss Steinem at first tried to ignore the Redstockings charges, privately calling them too fantastic to warrant a response, but pressure mounted for her to reply. In her six-page response, Miss Steinem concedes for the first time that her association with the International Research Service was "a mistake . . . but I didn't realize it at the time."*<sup>13</sup>

Outra figura controversa do movimento feminista é Margaret Sanger<sup>14</sup> (FIGURA 3), fundadora do Planned Parenthood<sup>15</sup> que se originou da liga de controle de natalidade (American Birth Control League) do American Eugenics Society<sup>16</sup>. Para Sanger:

*"[Birth control] means the release and cultivation of the better racial elements in our society, and the gradual suppression, elimination and eventual extirpation of defective stocks - those human weeds which threaten the blooming of the finest flowers of American civilization."*<sup>17</sup>

A origem do Planned Parenthood, como exposto acima, está associada à eugenia, ou seja, à seleção das características hereditárias desejadas, criada no século XIX por Francis Galton, a fim de promover uma espécie de "melhoria racial"<sup>18</sup>, e no caso de Sanger, esta melhoria, significava o "clareamento" da população norte-americana:

*She's a HUGE component. Planned Parenthood is self-perpetuating EUGENICS against Blacks! And it's working!!! The fact that he doesn't mention her TRUE intent makes his work questionable/BIAS:*

*Sanger once said, "Birth control must lead ultimately to a cleaner race" and even said, "We should hire three or four colored ministers, preferably with social-service backgrounds, and with engaging personalities. The most successful educational approach to the Negro is through a religious appeal. We don't want the word to go out that we want to exterminate the Negro population, and the minister is the man who can straighten out that idea if it ever occurs to any of their more rebellious members." (BLACK, 2012).*

# ..... Artigo ..... .....

**Figura 3** – Imagem de Margaret Sanger.



Fonte: Greenlane.

Assim vemos como Sanger, em suas intenções e esforços de promover o controle de natalidade, queria na verdade eliminar a população negra, não se opondo ao aborto quando se tratava de bebês negros ou latinos.

*If abortion wasn't important and didn't align with the tenets of Sanger and Eugenicists, it wouldn't have been included as a feature in Planned Parenthood later on, whose centers are strategically more densely located in Black areas than Whites. She was not anti-abortion for Blacks (BLACK, 2012).*

Outro caso muito conhecido e polêmico de propaganda ligado ao movimento feminista é a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, uma vez que o movimento feminista se coloca como sendo o responsável pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho. Mas será que este ingresso se deu de fato devido às reivindicações do movimento feminina (agitações simbólicas) ou a questões conjunturais ou outras? Segundo Simone de Beauvoir, a resposta seria não: *“La société a toujours été mâle, et les femmes n'y ont rien changé. L'action des*

# Artigo

*femmes n'a jamais été qu'une agitation symbolique, elles n'ont gagné que ce que les hommes ont bien voulu leur concéder; elles n'ont rien pris.*" (PERROT, 2008, p. 162-168); e segundo Lois Rita Helmbold, que levanta dados a respeito da mulher no mercado de trabalho, a resposta também seria não.

Helmbold observa que durante a Grande Depressão (1929) o desemprego ou o subemprego de maridos e/ou filhos teria sido o motivo que levou as mulheres para o mercado de trabalho (YESIL, 2006, p. 103-117).

Já durante a Segunda Guerra Mundial, vemos uma grande campanha publicitária, cujo marco foi o anúncio de *Rosie the Riveter* (em português, "Rosie, a rebitadeira") que trazia como enunciado: "*Yes, we can do it*" (FIGURA 4).

A Segunda Guerra Mundial demandou milhões de novas posições de trabalho e a realocação de outras posições nas principais indústrias de guerra, devido à escassez de mão-de-obra que alcançou pontos críticos, no período. Assim, o governo começou a usar propaganda para engajar e recrutar mulheres para a força de trabalho a fim de moldar o papel das mulheres no esforço de guerra. (CARDINALI; GORDON, 2002, p. 23-24). Agências ou órgãos, tais como, *War Manpower Commission (WMC)* e o *Office of War Information (OWI)*, não só incentivaram as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho, mas também buscaram "apagar" qualquer oposição à contratação de mulheres. "In the words of Commissioner Paul McNutt, 'getting the women to go into industry [was] a tremendous sales proposition' for the WMC."<sup>19</sup> O que nos revela que as conjunturas e interesses político-econômicos constituem a verdadeira força motriz para as mudanças sociais:

*With the collaboration of the media, the WMC and the OWI praised women who joined the labour force, and glamorized war work. Compelled by the need to recruit women as labourers and in growing numbers, wartime propaganda idealized the image of the war worker woman and portrayed her as the strong, competent, courageous 'unsung heroine of the home front'. The popular image of muscle-baring Rosie the Riveter in overalls and bandana seemed to challenge the notion of women's 'proper place' in society and posed a threat to traditional gender roles (YESIL, 2006, p. 2).*

Mas isso não para por aí, embora as mulheres tenham ocupado novas posições e com melhor remuneração, durante a Segunda Guerra Mundial, é preciso ressaltar que a mulher já trabalhava antes da Guerra, como já mencionamos neste artigo e como bem aponta Yesil:

*That women entered better-paying and new kinds of occupations and increased their participation in the labour force during the Second World War*

# ..... Artigo .....

*is certainly true, but it must also be acknowledged that women did work prior to the war. During the Great Depression, as men lost their jobs in industry, women were nonetheless able to land positions in the expanding clerical and service sectors and thus enjoy a measure of protection from unemployment (YESIL, 2006, p. 3).*

**Figura 4** – Anúncio Rosie The Riveter.

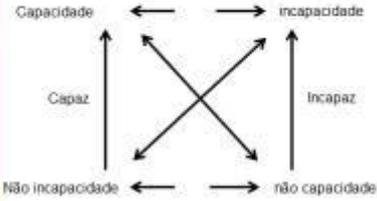


Fonte: Wikipedia.

O icônico anúncio da Segunda Guerra Mundial, “*Rosie, the Riveter*”, traz a personagem/ilustração vestida com uma camisa azul cuja gola traz um logo conhecido como Emblema de emprego da Rosie. A personagem/ilustração mostra seu músculo, remetendo à força física/braçal para o trabalho e na parte superior do anúncio há o enunciado: “*We Can Do It?*”. Ao submetermos o enunciado do pôster ao método do Percurso Gerativo de Sentido de Greimas, temos a seguinte análise (quadro 3):

# ..... Artigo ..... .....

**Quadro 3** – Análise realizada por meio da semiótica discursiva de Greimas (o quadrado semiótico) – anúncio de *Rosie the Riveter*.

|  |   |   |
|--|---|---|
| <p>Anúncio publicitário</p>                      |  |  |
| <p>Objeto de valor apresentado como eufórico</p> | <p>Capacidade</p>   |   |
| <p>Dizeres do anúncio</p>                        | <p>We can do it!</p>  |   |
| <p>Tradução</p>                                  | <p>Nós podemos fazer isso.<br/>(tradução nossa)</p>                               |   |

Fonte: elaborado pela autora com base no método do Percurso Gerativo de Sentido do Greimas.

# Artigo

**Quadro 4** - Análise realizada por meio do percurso gerativo de sentido de Greimas – anúncio de Rosie the Riveter.

|                                      |                                       | Percurso gerativo de sentido   |   |                |                 |  |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---|----------------|-----------------|--|
|                                      |                                       | Sintaxe  | Semântica   |                |                 |  |
|                                      |                                       |  |   | Valor eufórico | Valor disfórico |  |
| Nível fundamental<br>Nível Narrativo | Oposição semântica                    | Capacidade versus incapacidade.  |   | Capacidade.    | Incapacidade.   |  |
|                                      | Objeto de valor                       | Capacidade.  |   |                |                 |  |
|                                      | Tipos de enunciado                    | Enunciados de estado   | A mulher é capaz para o trabalho.   |                |                 |  |
|                                      |                                       | Enunciados de fazer  | O enunciatário (mulher) tomar-se igualmente capaz para o trabalho.  |                |                 |  |
|                                      | Tipos de relação                      | Junção   | Com a capacidade.   |                |                 |  |
|                                      |                                       | Disjunção  | Com a incapacidade.   |                |                 |  |
|                                      | Narrativas                            | Privação (início conjunto e final disjunto)  | N/A   |                |                 |  |
|                                      |                                       | Liquidação (início disjunto e final conjunto)  | Há mulheres que não estão no mercado de trabalho, mas elas são capazes para o trabalho.                       |                |                 |  |
|                                      | As quatro fases de narrativa complexa | 1- Estratégia (tentação, intimidação, sedução e provocação)  | Intimidação.  |                |                 |  |
|                                      |                                       | 2 – Competência ( <i>poder fazer</i> )   | O trabalho feminino é o objeto que permite a expressão da capacidade da mulher.                               |                |                 |  |
|                                      |                                       | 3- Performance (transformação)   | O enunciatário (mulher) incapaz torna-se capaz.   |                |                 |  |
|                                      |                                       | 4- Sanção (resultado)  | O enunciatário (mulher) torna-se capaz e o enunciador obtém trabalhadoras.                                    |                |                 |  |
|                                      | Nível discursivo                      | O discurso revestido de Roupagem/sentido   | Mesmo em um mercado de trabalho predominantemente masculino, o enunciatário (mulher) é capaz para o trabalho. |                |                 |  |
| Temporalização (tempo)               |                                       | Tempo presente.  |   |                |                 |  |
| Espacialização (espaço)              |                                       | Fundo amarelo.   |   |                |                 |  |
| Actorialização (pessoas)             |                                       | Rosie, a rebiteira.  |   |                |                 |  |
| Figurativização (facultativa)        |                                       | Rosie vestida com uma camisa azul cuja gola traz um logo conhecido como Emblema de emprego de Rosie. | N/A   |                |                 |  |
| Tematização (obrigatória)            |                                       |  | Capacidade  |                |                 |  |

Fonte: elaborado pela autora com base no método do Percurso Gerativo de Sentido do Greimas.

Em suma, o enunciado “*We can do it.*” traz um discurso que apresenta como desejável a capacidade (valor eufórico) do trabalho feminino. Enquanto que, implicitamente, aponta a incapacidade como valor disfórico, dizendo de forma implícita que ao não trabalhar, o enunciatário (mulher) é alguém incapaz.

Além do mais, obras sobre a história econômica apresentam documentação que comprova o trabalho feminino desde à idade média até o século XIX, ou seja, mesmo em períodos em que o trabalho fora de casa consistia em tarefas pesadas, perigosas e, muitas vezes, distante de casa (CREVELD, 2013), por exemplo, o trabalho que era exercido nas minas de carvão que exploravam até crianças (HUMPHRIES, 2013), e onde as mulheres também trabalharam. E isto evidencia que a participação ou inserção da mulher no mercado de trabalho não foi uma conquista do movimento feminista, mas sim das mulheres de acordo com as conjunturas sociais e demandas econômicas.

# Artigo

*Economic historians such as Georgiana Hill (1896), Edith Abbott (1910), Elisabeth Hutchins (1915), Alice Clark (1968) and Evy Pinchbeck (1981), documented the work and economic contributions of women, from the Middle Ages to the late nineteenth century. The research team of Edward Cadbury, Cecile Matheson and George Shann published an extensive sociological study of working women in 1906. The Fabian Women's Group's survey of Working Women and their Dependants in 1915 (Smith 1915) was corroborated by Hogg's study published in *Economia* in 1921 (FEINER; KUIPER, 2005, p. 15).*

Uma autora que observa e aborda esta relação entre a mercantilização e emancipação é a Nancy Fraser, embora a autora frise que não se pode concluir que a emancipação feminina esteja aliada à mercantilização (FRASER, 2013, p. 233). E que portanto, a segunda onda feminista (1960-1980), período tratado pela autora, não poderia ser “culpada” pela ascensão do neoliberalismo (FRASER, 2013, p. 224). Entretanto, a Fraser aponta a necessidade de: **(1)** reconstruir a segunda onda, **(2)** deslegitimar o capitalismo neoliberal e **(3)** pesar a recuperação da emancipação do feminismo (FRASER, 2013, p. 211).

Sendo assim, concluímos que a inserção da mulher no mercado de trabalho se dá a despeito dos movimentos feministas. E que tal inserção ocorre de acordo com as demandas econômicas e/ou políticas.

### **3 A INDEPENDÊNCIA DAS MEDIAÇÕES (RECEPTORES) E O MITO DA IMPARCIALIDADE (EMISSORES)**

A propaganda está em toda parte, ora de forma explícita ora implicitamente, fazendo-se presente inclusive em movimentos, protestos, causas e outras diversas manifestações culturais e sociais como vimos nos cases exibidos. Entretanto, por mais que possam existir esforços para tentar moldar percepções e opiniões e estes possam, por fim, lograr um possível êxito (SOULES, 2015, p. 55-77), é preciso nos lembrar sobre a independência das mediações (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 81).

Enquanto ferramenta de marketing, a propaganda é o meio usado para tentar incutir e promover ideias e não mede esforços para obter os seus objetivos, fazendo uso de todos os elementos possíveis a fim de persuadir um determinado público. Mas quando paramos para analisar o processo de comunicação (emissão de mensagem, recepção e mediações) precisamos enfatizar, nesse processo, a importância das mediações. Os espaços entre a produção e a recepção da mensagem, lugar onde as apropriações ocorrem, ou seja, onde cada receptor pode

# Artigo

ressignificar ou não a mensagem e fazer diferentes usos delas, inclusive a possibilidade de uso previsto ou desejado pelo emissor.

Embora existam incansáveis esforços de persuasão, podendo inclusive ter o uso de técnicas avançadas como a do neuromarketing<sup>21</sup>, assim como também existe o fato da mídia selecionar os tópicos/temas de seu interesse (filtro) moldando, restringindo e controlando a informação, vale, contudo, ressaltar mais uma vez, que a mídia (emissor) não controla as mediações. Ou seja, a despeito da manipulação de dados (seletividade da informação), os meios de comunicação, incluindo a propaganda, não possuem controle quanto à apropriação que o receptor faz da mensagem. Pelo menos enquanto não existir uma tecnologia que consiga interferir efetivamente no pensamento, como os desenvolvedores ou estudiosos e entusiastas da inteligência artificial, por exemplo, já sinalizam<sup>20</sup>. E este tema (controle da mente) aparece muito na indústria do entretenimento<sup>21</sup>, por meio da produção e do consumo de filmes, séries e afins que trazem esta temática da possibilidade de se “implantar ideias” ou “controlar pensamentos”. Ideia já tentada pela CIA<sup>22</sup>. Poderíamos especular que tais filmes poderiam ser verdadeiras campanhas de propaganda, utilizando a tática denominada como *predictive programming* (BEAVER, 2018), que basicamente consiste em lançar uma ideia em um contexto fictício, como filmes e afins, para que as pessoas se familiarizem com uma determinada ideia, deixando aquela informação no inconsciente, assim quando ela acontecer no contexto não fictional, as pessoas poderiam assimilar aquilo de outra forma. Entretanto, existem posicionamentos que colocam o *predictive programming* como uma teoria conspiracionista.

This was first described and proposed by researcher Alan Watt who defines Predictive programming as “Predictive programming is a subtle form of psychological conditioning provided by the media to acquaint the public with planned societal changes to be implemented by our leaders. If and when these changes are put through, the public will already be familiarized with them and will accept them as natural progressions, thus lessening possible public resistance and commotion.” (BEAVER, 2018).

O *predictive programming* é um fenômeno real construído a partir de fatos não reais (ficcional) por meio de uma programação audiovisual<sup>23</sup> que introduz discursos, narrativas e ideias. Mas será que esta questão poderia se tornar mais palpável? Por exemplo, será que haveria uma espécie de *predictive programming* do consumo? E não necessariamente apenas relacionado a grandes acontecimentos e possíveis transformações sociais de significativo impacto, normalmente classificados como teorias conspiracionistas? A resposta é sim. E existe

# ..... Artigo .....

em inglês um termo que descreve este fenômeno: *defictionalization*. Embora não fique igualmente evidenciado (ou seja, não podemos provar) a intencionalidade de tais casos, em outras palavras, embora não possamos afirmar que os criadores de tais filmes (direção e roteiro) agiram de forma deliberada, há, contudo, ou houve produtos, inicialmente, ficcionais que se transformaram em produtos reais e comercializáveis. Tanto que o Business Insider<sup>24</sup> elencou em 2014 alguns produtos fictícios, ou seja, que existiam apenas em filmes, mas que posteriormente passaram a ser reais<sup>25</sup>.

Assim, o fenômeno e ferramenta de propaganda *predictive programming* ou *defictionalization* fica mais palpável e crível até porque se apresenta como fato, tratandose, portanto de uma constatação. Talvez porque seja mais confortável e aceitável para as pessoas acreditarem em bens tangíveis e consumíveis do que em fenômenos e outros acontecimentos sociais de maior relevância e proporção. Assim esta ferramenta de propaganda parece não ser tão óbvia, exceto quando relacionada ao consumo, como vimos acima.

Uma hipótese que levantamos quanto a esta incredulidade relacionada ao *predictive programming* e também quanto à mídia é a questão do mito da imparcialidade, pois, seja um conteúdo fictício, jornalístico, publicitário ou até mesmo acadêmico, todos sem exceção, não conseguem se isentar da parcialidade, ou seja não há neutralidade de posicionamento, por mais que adotemos um lugar de fala enquanto especialista sobre um determinado assunto, não é possível despir-se de seus valores, crenças e vivências ao abordá-los. Entretanto, todos os meios de comunicação/comunicadores, pesquisadores, estudiosos e afins insistem em se declarar imparciais, o que o receptor da mensagem ativo em suas apropriações pode entender que não, gerando conseqüentemente uma falta de confiança e incredulidade por parte deste último.

## 4 A PROPAGANDA BRANCA, CINZA E NEGRA

Como vimos, no início deste artigo, a propaganda é mais do que peças publicitárias explicitamente falando. E ela pode estar em qualquer parte, adotando diferentes formatos. Segundo O'Shaughnessy (2005), a propaganda, normalmente, não é uma mentira, antes é persuasão.

*One clear problem in the recognition of propaganda is the frequent difficulty encountered in distinguishing it other than retrospectively. Propaganda in the social environment is often 'naturalised' and we are unaware of it. The merit*

# Artigo

*of seeking to redeploy the term in critical discourse once again is that it does duty as a sensitizing concept. Foulkes (1983) drew attention to 'invisible propaganda perpetuating itself as common sense'. and quotes Orwell: 'all art is to some extent propaganda' (O'SHAUGHNESSY, 2005, p. 2).*

O progressivo crescimento midiático, principalmente, após os avanços tecnológicos (advento da mídia digital), facilitou muito, a distribuição/disseminação da propaganda por meio de jornais, revistas eletrônicas, plataformas de conteúdo audiovisual e outros meios de comunicação de massa. Contudo, pouco se fala sobre a multiforma da propaganda e como ela está disseminada por toda parte em nosso cotidiano, camuflandose de diversas formas, afinal, um livro, um filme, uma série e afins também podem ser itens propagandísticos. Pois como vimos nos cases apresentados, é totalmente possível criar-se campanhas de diferentes formatos (exemplo: forma de protesto) que se utilizam de *false flags*, ou seja, ações que omitem suas reais intenções, utilizando ou usurpando “bandeiras” que funcionam ora como “isca” ora como elementos de distração e ora como ações que buscam até subverter valores e causas.

Existem três tipos ou tons de propaganda: a propaganda branca (composta por informações verdadeiras e com citação de fonte); a propaganda cinza (composta parcialmente por informações verdadeiras e sem citação de fonte) e a propaganda negra (composta por informações não verdadeiras, ou seja, notícias e outros dados falsos contendo atribuição inadequada de fontes – que é quando se atribui o conteúdo a fontes não responsáveis por sua criação).

*[...]White propaganda comes from a source that is identified correctly, and the information in the message tends to be accurate...Although what listeners hear is reasonably close to the truth, it is presented in a manner that attempts to convince the audience that the sender is the 'good guy' with the best ideas and political ideology. [...]Black propaganda is credited to a false source, and it spreads lies, fabrications, and deceptions. [...]Gray propaganda is somewhere between white and black propaganda. The source may or may not be correctly identified, and the accuracy of information is uncertain (GARTH; O'DONNELL, 2006, p. 17-22).*

E assim como a propaganda segue tons onde se misturam mentiras e verdades, a mídia em geral está cercada de informação e desinformação. O que na era da *fake news* (XXI) suscita grandes reflexões e questionamentos. Afinal quem seriam os definidores da verdade? No mundo midiático onde reina o mito da imparcialidade quem seriam os “isentões” que poderiam julgar o que é informação e desinformação, dentro dos grandes conglomerados dos meios de comunicação controlados por poucos?<sup>26</sup>

..... **Artigo** .....

## REFERÊNCIAS

ABBERLEY, Edward. **English Fiction and the Evolution of Language - 1850–1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. New York: Ig Publishing, 2004.

BEAVER, Dahria. **Predictive Programming**. The psychology of extraordinary beliefs: ordinary students exploring extraordinary beliefs. College of arts and sciences. The Ohio State University. Apr, 2018.

BLACK, Edwin. **War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race**. Dialog Press, 2012.

CARDINALI, Richard and GORDON, Zandralyn. Woman Power: the fuel that propels the equal opportunities engine: examining the war years, 1941–1945. **Equal Opportunities International**, 21(3) (2002), 23–24.

CHAFE, William. **The American Women: her changing social, economic, and political roles, 1920–1970** (New York: Oxford University Press, 1972).

CREVELD, Martin Van. **The Privileged Sex**. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2013.

FRANKS, Lucinda. Dissension Among Feminists: The Rift Widens. **The New York Times**. Aug.29, 1975.

FEINER, Susan; KUIPER, Edith; OTT, Notburga; SAP, Jolande et TZANNATOS, Zafiris. **Out of the Margin: Feminist Perspectives on Economics**. London: Routledge, 2005.

FRASER, Nancy. Feminism, Capitalism, and the Cunning of History; Between Marketization and Social Protection: Resolving the Feminist Ambivalence. *In: Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres, Nova Iorque: Verso, 2013, p. 209-241.

GARTH, Jowett; O'DONNELL, Victoria. **Propaganda and Persuasion**. Newbury Park: Sage, 2006.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976.

HUMPHRIES, Suzanne; BYSTRIANYK, Roman. **Dissolving illusions: Disease, vaccines, and the forgotten history**. Scotts Valley: Createspace, 2013.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

# Artigo

LEAL, Tatiane; FREIRE FILHO, João; ROCHA, Everardo. Torches of Freedom: Women, cigarettes and consumption. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 13, p. 47-70, set/dez. 2016.

LE BON, Gustave. **The Crowd: A Study of the Popular Mind**. SMK Books, 2015.

LERNER, Daniel. **Psychological Warfare Against Nazi Germany: The Sykewar Campaign, D-Day to VE-Day**. Cambridge: MIT. Press, 1971.

O'SHAUGHNESSY, Nicholas Jackson. **Politics and Propaganda: Weapons of Mass Seduction**. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

PERROT, Michelle. Simone de Beauvoir et l'histoire des femmes. **Le Temps Modernes**. N° 647-648. p.162-168. Jan, 2008.

SOULES, Marshall. **Media, persuasion and propaganda**. Edinburgh: University Press, 2015.

MARLIN, Randal. **Propaganda and the Ethics of Persuasion – Second Edition**. Peterborough: Broadview press, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SOULES, Marshall. **Media, persuasion and propaganda**. Edinburgh: University Press, 2015.

YESIL, Bilge. Who said this is a Man's War?: propaganda, advertising discourse and the representation of war worker women during the Second World War. **Media History**. V, 10:2, p.103-117, Aug, 2006.

---

<sup>1</sup> A crescente velocidade da informação, em parte ligada ao surgimento de redes sociais, somada a pressão econômica (concorrência), abala o princípio da confirmação de notícias e afins. Na França, por exemplo, segundo o relatório anual de jornalismo do I'Institut Reuters (2019) apenas 24% dos entrevistados franceses dizem confiar na mídia (TV, imprensa de papel e online). Essa é a pontuação mais baixa já registrada nesta pesquisa lançada em abril de 2012 em cinco países diferentes (Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos e Dinamarca). Quando o estudo começou a medir a confiança em 2015, a taxa foi de 38% para a França. NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; KALOGEROPOULOS et NIELSEN, Ramus Kleis. **Digital News Report**. Reuters Institute, 2019. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR\\_2019\\_FINAL\\_0.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_0.pdf). Acesso em 08 jun. 2020.

<sup>2</sup> LEAL, Tatiane; FREIRE FILHO, João; ROCHA, Everardo. Torches of Freedom: Women, cigarettes and consumption. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v.13, p. 47-70, set/dez. 2016.

<sup>3</sup> Edward Louis Bernays, austro-americano, foi um pioneiro na área de relações públicas e da propaganda. Ele combinou as ideias de Gustave Le Bon e Wilfred Trotter com as ideias psicológicas de Sigmund Freud, que era seu tio.

# Artigo

<sup>4</sup> Brandt AM (1996) Recruiting women smokers: the engineering of consent in smoking and women's health. *Journal of the American Medical Women's Association*. 51:63-66.

<sup>5</sup> MOSTEGEL, Iris. The Original Influencer. *History Today*, Londres, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://www.historytoday.com/miscellanies/original-influencer>. Acesso em: 07 jun. 2020.

<sup>6</sup> Marketing de Guerrilha é uma estratégia pouco convencional de um produto ou serviço. O termo foi criado pelo publicitário Jay Conrad Levinson, no final dos anos 70, inspirado pelas táticas alternativas usadas na Guerra do Vietnã.

<sup>7</sup> FRASER, Nancy. Feminism, Capitalism, and the Cunning of History; Between Marketization and Social Protection: Resolving the Feminist Ambivalence. In: *Fortunes of Feminism*. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. Londres, Nova Iorque: Verso, 2013, p. 209-210.

<sup>8</sup> Gloria Steinem é uma jornalista estadunidense conhecida por seu engajamento com o feminismo, na década de 1960.

<sup>9</sup> Central Intelligence Agency é a agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos.

<sup>10</sup> Gloria Steinem. **History.com Editors**. 16 dez. 2009. Disponível em: <https://www.history.com/topics/womens-history/gloria-steinem>. Acesso em: 08 jun. 2020.

<sup>11</sup> (1) A political or military action that is made to appear to have been carried out by a group that is not actually responsible. (2) Something such as political cause that is used to hide someone's true beliefs or the true reasons for their actions. **Cambridge Dictionary**.

<sup>12</sup> A base bibliográfica utilizada classifica e nomeia os três tipos de propaganda usando as três cores mencionadas. Portanto, iremos neste trabalho, manter a forma de classificação utilizada pelos autores.

<sup>13</sup> FRANKS, Lucinda. Dissension Among Feminists: The Rift Widens. *The New York Times*. New York, 29 ago. 1975. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1975/08/29/archives/dissension-amongfeminists-the-rift-widens.html> Acesso em: 07 jun. 2020.

<sup>14</sup> Margaret Higgins Sanger ou Margaret Louise Higgins foi uma enfermeira, sexóloga, escritora e ativista do controle de natalidade norte-americana.

<sup>15</sup> Principal clínica de aborto dos EUA. Embora, segundo matéria do *New York Post*, o Planned Parenthood não deseja ser conhecido como tal. LOWRY, Rich. Planned Parenthood's pathetic '3 percent' lie. *New York Post*. New York. 03 ago. 2015. Disponível em: <https://nypost.com/2015/08/03/planned-parenthoodspathetic-3-percent-lie/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

<sup>16</sup> GUR-ARIE, Rachel. American Eugenics Society (1926-1972). **The Embryo Project Encyclopedia**. 22 nov. 2014. Disponível em: <https://embryo.asu.edu/pages/american-eugenics-society-1926-1972>. Acesso em: 08 jun. 2020.

<sup>17</sup> SANGER, Margaret. Apostle of Birth Control Sees Cause Gaining Here; Hearing in Albany on Bill to Legalize Practice a Milestone in Long Fight of Margaret Sanger - Even China Awakening to Need of Selective Methods, She Says. **The New York Times**. New York. 8 abr. 1923. Disponível em <https://www.nytimes.com/1923/04/08/archives/apostle-of-birth-control-sees-cause-gaining-here-hearing-in-albany.html>. Acesso em: 07 jun. 2020.

<sup>18</sup> WILSON, Philip K. Eugenics. **Encyclopædia Britannica**. 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/science/eugenics-genetics>. Acesso em: 07 jun. 2020.

<sup>19</sup> Quoted in Joan Ellen Trey, 'Women in the War Economy – World War II', *Review of Radical Political Economics*, 4 (1972), 42.

<sup>20</sup> MARKOFF, John. Elon Musk's Neuralink Wants 'Sewing Machine-Like' Robots to Wire Brains to the Internet. *New York Times*. jul, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/16/technology/neuralink-elon-musk.html>. Acesso em 18 ago. 2021.

<sup>21</sup> Aplicação da neurociência no marketing: o neuromarketing. É a ciência que estuda a estrutura e o funcionamento do cérebro (sistema nervoso), observando as reações físicas e químicas da interação do consumidor com um determinado produto ou mensagem, ou seja, diante de estímulos (propagandas, embalagens, marcas), a fim de compreender o que acontece no cérebro humano no momento da tomada de decisão. A partir de ferramentas e técnicas de scanner e *eye tracking*, o neuromarketing consegue observar as partes dos cérebros que estão sendo ativadas (gatilhos) no momento da compra e que podem ser estimuladas, ajudando na persuasão. O neuromarketing mensura não só a parte racional (consciente), mas também o inconsciente.

# Artigo

<sup>22</sup> É preciso dizer que já houve projetos reais de busca de controle da mente humana, por exemplo, *MK Ultra* - projeto da CIA de 1953. LOOS, Hendricus G. Nervous system manipulation by electromagnetic fields from monitors. US6506148B2 Disponível em: <https://patents.google.com/patent/US6506148B2/en>. Acesso em: 08 jun. 2020. O estudo aponta a questão das ondas magnéticas como forma de tentativa de controle da mente. Algo que a TV já tenta fazer, mas cujo frequência baixíssima (coisa de 2.4 hz / 1 ciclo por segundo ) não resultaria em efeitos reais, contudo com o 5g (25-39 GHz / 1 bilhão de ciclos por segundo) parece que isso passaria a ser possível, entretanto, por ora, isso seria meramente especulativo, não quanto à parte das ondas interferirem no sistema nervoso, porque isso já foi evidenciado no próprio documento sobre o MK Ultra, mas sim quanto à possibilidade de controle efetivo sobre os pensamentos, percepções e etc.

<sup>23</sup> Existem diversos artifícios e técnicas usadas pela propaganda, como a técnica da repetição exaustiva de uma ideia, seja a repetição de um slogan, ou discursos e falas propagadas pela mídia. Por exemplo, o caso do Sinclair Broadcast Group (a maior emissora dos EUA, proprietária/operadora de 193 canais de televisão), que fez com que dezenas de âncoras de jornal repetissem o mesmo discurso, cujas linhas foram: *“The sharing of biased and false news has become all too common on social media.”* *“Some members of the media use their platforms to push their own personal bias.”* *“This is extremely dangerous to our democracy.”*. FORTIN, Jacey; BROMWICH, Jonah Engél. Sinclair Made Dozens of Local News Anchors Recite the Same Script. The New York Times. 02, abr, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/04/02/business/media/sinclair-news-anchors-script.html>. Acesso em: 07 jun. 2020.

<sup>24</sup> O Business Insider é um site de notícias publicado pelo Insider Inc. fundado em 2007 nos Estados Unidos.

<sup>25</sup> Dentre os exemplos de produtos fictícios que passaram a ser reais, elencados pelo Business Insider estão: (1) A empresa de camarão Bubba Gump do filme *Forrest Gump* que agora é um restaurante de verdade com filiais em todo o mundo; (2) A fábrica de doces Willy Wonka em Itasca, Illinois, surgiu após o filme “A Fantástica Fábrica de Chocolates”. Em 1971, a The Quaker Oats Company financiou parcialmente o filme como forma de promover sua nova linha de doces em expansão. A linha de doces que conhecemos hoje como a fábrica de doces Willy Wonka foi licenciada por uma empresa diferente, a Breaker Confections, no mesmo ano, para que pudessem ser usadas como uma ligação de merchandising. Em 1988, a subsidiária Willy Wonka passou a ser da Nestlé. E (3) O *Palm Pilot* foi inspirado nos painéis da nave de “*Star Trek*”, Martin Cooper foi um inventor que trabalhava na Motorola como gerente de sistemas na década de 1960, quando “*Star Trek*” apareceu na TV. Cooper relata que assistiu o capitão Kirk andar em diferentes planetas conversando com sua tripulação com um telefônico sem fio e decidiu que tinha que inventar algo que pudesse fazer isso. Então, em 1973, Cooper inventou o primeiro telefone celular do mundo. Ele registrou a patente do Motorola Dyna-Tac. KONHEIM, Orrin. 10 Fictional Products from Movies that Now Exist in Real Life. **Business Insider**. 09 mai, 2014. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/products-from-movies-that-now-exist-2014-5>. Acesso em: 07 jun, 2020.

<sup>26</sup> ROUSSEAU, Agnès. Le pouvoir d’influence délirant des dix milliardaires qui possèdent la presse française. **Basta!**, Paris, 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.bastamag.net/Le-pouvoir-d-influencedelirant-des-dix-milliardaires-qui-possedent-la-presse>. Acesso em: 07 jun. 2020 ; LUTZ, Ashley. These 6 Corporations Control 90% of the Media In America. **Business Insider**, New York, 14 jun. 2012. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/these-6-corporations-control-90-ofthedia-in-america-2012-6>. Acesso em: 07 jun. 2020; MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Media Ownership 2015. Media Ownership Monitor Brazil**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/en/owners/>. Acesso em 07 jun. 2020.

Recebido em: 13/04/2022

Aceito em: 03/03/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional** que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.